



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DEMÉTRIO ALVES DE MELO

**A EDUCAÇÃO CRÍTICA EM ADORNO E A VIGILÂNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO
NO BRASIL**

FORTALEZA

2022

DEMÉTRIO ALVES DE MELO

A EDUCAÇÃO CRÍTICA EM ADORNO E A VIGILÂNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO NO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

Coorientador: Prof. Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M485e Melo, Demétrio Alves de.
A educação crítica em adorno e a vigilância sobre a educação no Brasil. / Demétrio Alves de Melo. – 2022.
94 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.

Coorientação: Prof. Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto .

1. Autoritarismo. 2. Personalidade autoritária;. 3. Educação emancipadora. 4. Psicologia das massas. I. Título.

CDD 370

DEMÉTRIO ALVES DE MELO

A EDUCAÇÃO CRÍTICA EM ADORNO E A VIGILÂNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO NO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

Coorientador: Prof. Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto

APROVADA EM: 31/03/2022

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Orientador)

Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto (Coorientador)

Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Rosalvo Schütz

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Quem, de três milênios,
Não é capaz de se dar conta,
Vive na ignorância, na sombra,
A mercê dos dias, do tempo.
Johann Wolfgang von Goethe

DEDICATÓRIA

A Johannes Kepler, meu filho, que com apenas 10 anos, ainda não faz ideia do quanto me motiva.

Ao professor Jackson Braga. Obrigado por sempre acreditar em mim.

Ao professor Enéas Arraes, pela coragem de me permitir construir um trabalho livre em pensamento.

Ao professor Eduardo Chagas, pela imprescindível recepção e apoio acolhedor, tão necessários para concluir esta trajetória.

Ao professor Rosalvo Schütz, pela ajuda perspicaz em nossa caminhada final.

Ao professor David Moreno, por todas as preciosas observações fornecidas para esta dissertação.

A todos os professores e colegas do LABOR-UFC que calorosamente me receberam e contribuíram de forma enriquecedora para este trabalho.

RESUMO

A presente investigação perpassa pelos temas centrais relacionados aos conceitos de *personalidade autoritária*, *educação emancipadora*, *propaganda de massas* e *psicologia das massas*. Os citados eixos de análise entrecruzam-se e questionam o atual cenário nacional, na busca de compreensão das circunstâncias sócio-políticas. Debruçando-se nas abordagens do âmbito geral e particular, é possível destacar algumas das principais influências oriundas destas narrativas e levantar hipóteses do quanto as ideologias autoritárias penetram no ambiente educacional. Perseguiu-se discutir a hipótese quanto ao grau de influência que as ideologias de caráter autoritário, tão proeminentes atualmente, tiveram em projetos que visavam o controle do processo e das metodologias de ensino das instituições. Para tanto, faz-se necessário uma análise crítica das contradições inerentes ao processo educacional, para compreender os meios e instrumentos com os quais o discurso autoritário ganhou terreno, até mesmo no campo onde deveria ser a principal trincheira a combatê-lo. Será adotado o método histórico dialético, valendo-se de pesquisa de caráter qualitativa e bibliográfica, onde predominam as interpretações dos fenômenos pesquisados e sua subsequente atribuição de significados. Guiando-se pela atual dinâmica de embates no seio da educação nacional, objetiva-se identificar a essência ideológica autoritária que constitui principalmente o escopo do projeto Escola sem Partido e quais as suas estratégias para influir nas diretrizes que regem o atual modelo educacional no Brasil. No que concerne aos procedimentos, foi realizada uma re-abordagem aprofundada de textos referentes aos temas nevrálgicos que serão comparados com os documentos que demonstrem o caráter autoritário e desejoso de controle, promovido pelo atual sistema educacional conservador governamental. Munidos principalmente da abordagem elaborada por Theodor Adorno acerca do perigo de retorno dos movimentos autoritários, foi elaborada uma compreensão dos elementos psicanalíticos que alimentam a chamada *personalidade autoritária* de determinados grupos sociais predispostos a tais ideologias. Identificado o caráter autoritário presente nestes movimentos, é possível investigar o como estas ideologias autoritárias se materializam em projetos de raiz conservadora do atual governo. Assim, a pesquisa desafia-se a apresenta os elementos que fundamentam o atual ideal autoritário, como as massas absorvem estas ideologias, sua influência no seio escolar e maneiras de combatê-las.

Palavras-chave: autoritarismo; personalidade autoritária; educação emancipadora; psicologia das massas.

ABSTRACT

This investigation goes through central themes related to the concepts of authoritarian personality, emancipatory education, mass propaganda and psychology. The aforementioned analysis axes intertwine and question the current Brazilian scenario, looking to understand its sociopolitical circumstances. Working under general and particular approaches, it is possible to highlight some of the main influences coming from those narratives and bring up hypotheses on how deep authoritarian ideologies go into the educational environment. It was intended to discuss the hypothesis on the degree of influence the authoritarian character ideologies, so prominent today, have had in projects that seeked control over teaching institutions' teaching process and methodologies. To reach such goal, a critical analysis of the inherent contradictions to the educational process is necessary, to understand the means and instruments the authoritarian discourse has gained ground with, even in the field where said educational process should be the leading force on fighting it. The dialectic historical method will be adopted, supported by a bibliographical and quality research, where there is a predominance of interpretations of the researched phenomena and their subsequent attribution of meanings. Having as guide the current clash dynamics in Brazilian education's core, the objective is to identify the authoritarian ideological essence that constitutes essentially the scope of the School Without Parties project and what are its strategies to influence the guidelines that conduct the current educational model in Brazil. Regarding the procedures, a deep reapproach was conducted on written material about the sensitive themes that will be compared to documents that demonstrate the authoritarian and wishful character for control, promoted by Brazilian government's current conservative educational system. Equipped mainly with the approach developed by Theodor Adorno about the danger of returning authoritarian movements, it was possible to elaborate an understanding of the psychoanalytic elements that feed the so called authoritarian personality adopted by a few groups who are predisposed to such ideologies. Once the authoritarian character present on those movements is identified, it is possible to investigate how these authoritarian ideologies materialize in conservative rooted projects by the current Brazilian government. Thus, the research challenges itself to present the elements that provide basis to the current authoritarian ideal, how masses absorb those ideologies, their influence on the school core and the ways to fight them.

Keywords: authoritarianism; authoritarian personality; emancipatory education; mass psychology

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2.	TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA	23
2.1	A construção do objeto de estudo e suas origens	23
2.2	Delimitação do objeto de pesquisa	33
2.2.1	<i>Elementos centrais da pesquisa</i>	33
2.2.2	<i>Abordagem metodológica</i>	39
3	O FASCISMO INSEPULTO	41
3.1	A construção social da personalidade autoritária	41
3.1.1	<i>A personalidade autoritária e a simbiose com as massas</i>	47
3.1.2	<i>O líder como personificação do “eu”</i>	51
4	A PROPAGANDA COMO A ALMA DO REGIME	58
4.1	A propaganda ganha almas	58
4.2	A propaganda autoritária e o ataque à educação	65
4.3	Propaganda como meio, radicalismo como método	68
5	UM ESPECTRO RONDA O BRASIL	71
5.1	Eclode o ovo do fascismo	71
5.2	A serpente oculta do fascismo	74
5.3	A “serpente do fascismo” ameaça a educação	80
6	CONCLUSÃO	85
	REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos autoritários parecem ter tomado um novo fôlego em vários países do mundo. No caso do Brasil, o seu crescimento e sua significativa ameaça à educação brasileira é objeto de nossa investigação nesta dissertação. Em nosso país, a retórica de caráter fascista encontrou um terreno fértil para ressurgir, escancarando sob uma nova faceta o autoritarismo há muito já existente em nossa sociedade, mas que se encontrava adormecida. Diante de tal perspectiva, é crível que as massas hoje, assim como em períodos históricos marcados pelo totalitarismo e pela barbárie, continuem a alimentar seu potencial autoritário com aquilo que lhes oferecem os seus líderes. Os estudos de Theodor Adorno nos fornecem instrumentos que nos possibilitem entender não apenas o porquê, mas o como as massas absorvem e tomam para si ideologias claramente prejudiciais a certos grupos. Além disso, é de extrema importância compreender como ideologias desta natureza conseguiram penetrar no sistema de ensino brasileiro com tamanha força, como foi o caso do projeto Escola sem Partido. Decerto que se acreditava que o espaço do saber, da crítica e do conhecimento, estava blindado contra a penetração do discurso da banalização e do ódio. Esta crença, por sua vez, demonstrou-se inverossímil, dando a escola daqui por diante, o trabalho hercúleo de descobrir meios de resguardar-se contra o pensamento autoritário.

O pensamento autoritário possui inúmeras características. Muitos destes traços são perfeitamente visíveis e explícitos quando confrontados com situações de maior tensão social, enquanto outros permanecem como que, adormecidos, aguardando o momento ideal no qual determinados sujeitos sociais possam sentir-se seguros o suficiente para escancarar suas pretensões intolerantes. A qualquer tempo e lugar, tal possibilidade não seria digna de nenhuma admiração, pois Theodor Adorno (1995) já comentara que, mesmo após os eventos da Segunda Guerra Mundial, o nazismo ainda sobrevivia. Sendo assim, a humanidade encontra-se sob o constante perigo de retorno ao controle autoritário, sendo que os seus mecanismos de poder estariam sempre latentes e à espreita de um momento oportuno para parir um regime de matiz nazifascista. Entrementes, para que o processo de dominação vá para além dos aspectos políticos e econômicos já tão bem estudados por Karl Marx, torna-se de vital importância adentrar o universo da percepção subjetiva humana e investigar outras instâncias que mobilizam as massas e influenciam os coletivos sociais a determinados comportamentos como nos é indicado pela seguinte ideia: “As relações sociais não afetam somente as condições da produção econômica e material, mas também interagem no plano da ‘subjetividade’, onde originam relações de dominação” (ADORNO, 1995, p. 19)

Contrariamente a previsão de Francis Fukuyama acerca da vitória dos sistemas liberais e de seu domínio no pós-Guerra Fria, significando assim o “fim da história”¹, o mundo adentrou em um novo redemoinho político impulsionado por uma onda dita conservadora, que se propunha a edificar uma “nova” leitura da realidade a partir do uso de velhos instrumentos de propaganda e controle autoritários. No Brasil em particular, estas estratégias também têm alvos e focos específicos que procuram, para além de vários outros objetivos, controlar o que seria a espinha dorsal do conhecimento e do saber, a estrutura educacional. Como nos diz Leon Maar ao perceber no pensamento adorniano a compreensão do papel singular da educação como instrumento de longevidade de um respectivo regime, “Em Adorno a teoria social é na realidade uma abordagem formativa, e a reflexão educacional constitui uma focalização político-social. Uma educação política” (ADORNO, 1995, p. 15). Sendo assim, esse novo fluxo político que tem ganhado força no mundo e no Brasil, não caminha à esmo ou no escuro. Há uma construção de ideias que giram em torno de determinadas bandeiras de luta que, por conseguinte, de forma consciente ou não, solidificam-se no direcionamento de um movimento que visa impor sua ideologia autoritária às instituições de educação.

Na contramão do que era esperado fervorosamente pela maior parte das sociedades democráticas do pós-Segunda Guerra, os movimentos reagrupados que se espelhavam nos nazifascistas não sucumbiram com o fim daquele conflito. Apesar da fragorosa derrota, os movimentos autoritários que ressurgem e ganham nova força no Brasil e no mundo, constituem-se como um modelo turvo de espectro histórico e ideológico de uma entidade supostamente já sepultada naquele período. Então, como foi possível que os princípios daquelas ideias pudessem ressurgir com tanta força? Esta foi uma questão que inquietou profundamente Theodor Adorno, quando ainda mesmo nos primeiros anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, era notório por vários ângulos de análise social uma vívida predisposição de uma parcela expressiva da sociedade ao retorno do estado de barbárie fascista. É possível perceber esta posição na passagem da obra *Estudos sobre a personalidade autoritária*, em que nos remete ao seguinte entendimento: “De forma geral, os resultados encontrados demonstram que o sujeito potencialmente fascista e mais etnocêntrico está longe de ser raro” (ADORNO, 2019, p. 22).

Aparentemente, algo de muito arraigado nas massas ainda estava pujante o suficiente como uma doença dentro de um hospedeiro, preservava-se e alimentava-se para

¹ Francis Fukuyama, “The End of History?”, *National Interest*, n. 16, verão de 1989, pp. 3-18, citação sobre p. 4; Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (Nova York: Free Press, 1999).

emergir no momento propício. Entre estas massas, estavam também os indivíduos mais medíocres em termos de capacidade intelectual. Pessoas que eram tão medianas em suas potencialidades e atitudes, quanto fora o próprio Adolf Eichmann, nos dizeres de Hannah Arendt. É possível pensar que Eichmann fosse um tipo de indivíduo ao qual não se daria nada especial ou espetacular, mas participou do holocausto por ser o que era e nos tempos em que viveu. Baseado no exemplo anterior, é possível compreender um pouco da posição do carrasco nazista levando em consideração o pensamento de Freud (2017), segundo o qual, o indivíduo sentir-se-ia confortável ao estar em sintonia ideológica com os grupos sociais que confirmariam as suas posições políticas, sentindo-se sujeito e agente de um processo coletivo de mobilização alinhado a seus respectivos líderes.

Estando as predisposições autoritárias constantemente latentes na sociedade e contando sempre com indivíduos que as defenderiam, certamente, um complexo de configurações sociais seriam necessárias para aflorar o desejo coletivo de atuação autoritária. Dentro deste ensejo, é verossímil que hajam alguns elementos básicos que, agindo em conjunto, tornariam as massas suscetíveis ao chamado da trombeta fascista. Talvez aí repousem algumas das respostas que nos ajudem a compreender o porquê, apesar de todos os crimes do período nazista e de todas as investidas fascistas, ainda assim, possamos nos deparar com o perigo constante de uma nova onda de ameaça às nossas liberdades e ao que concebemos por civilização.

De fato, apesar das lutas travadas nos diversos campos possíveis contra o totalitarismo antes mesmo da Segunda Guerra e após a vitória dos Aliados, ainda assim, ele sobreviveu no interior de muitos indivíduos predispostos ao saudosismo de suas práticas. Sendo isso perceptível sem grandes dificuldades, como nos atestam as pesquisas de Theodor Adorno em sua profícua obra *Estudos sobre a personalidade autoritária*, cabe-nos agora tentar enxergar mais além e observar estes fenômenos em seu caráter comportamental do sujeito, quanto as suas reações às circunstâncias históricas, política e econômicas nas quais ele encontra-se imerso. Entretanto, cabe ressaltar também que a análise do fenômeno do fascismo e seus desdobramentos pós-Segunda Guerra, para além das percepções políticas tradicionais, não diminuem e muito menos eliminam outras abordagens como a psicanalítica-social. Aliás, elas não são contraditórias, embora por vezes seu entrecruzamento torne o entendimento holístico dos movimentos autoritários nas sociedades capitalistas carregados de uma indizível complexidade.

Ademais, o conjunto de interpretações tendem a nos levar a compreensões limítrofes de até onde um elemento ou outro pode ter contribuído para alimentar o surgimento e perpetuação de uma determinada ideologia. Há alhures, inequivocamente, um campo vasto de observação e análise destas condicionantes sociais que extrapolam as fronteiras da economia, da política e da história como algumas leituras do pós-guerra haviam, por ventura, se concentrado. Theodor Adorno, Hannah Arendt e Sigmund Freud nos apontam portentosas possibilidades de análise desse sujeito autoritário ao adentrar no até então inopinadamente, universo psicológico desses movimentos específicos. De posse destes instrumentos basilares de compressão do sujeito autoritário e da sociedade autoritária, ficaremos mais seguros na construção de uma análise dos fenômenos em nosso momento atual.

Sigmund Freud não viveu o período posterior à Segunda Guerra Mundial, tendo falecido em 1939. Desta forma, não pôde presenciar a derrota dos movimentos nazifascistas dos quais também foi vítima e nem teve a oportunidade de analisar os resultados daquela barbárie em toda a sua desgraça. Também, não foi possível que analisasse a continuidade das ideias que serviram de combustível para os consequentes conflitos da Segunda Guerra. Coube a pensadores como Theodor Adorno, Hannah Arendt, Robert Paxton, Slavoj Žižek, entre outros, o desafio de uma análise interpretativa do “caráter sobrevivente” do autoritarismo. No caso de Adorno em sua já citada obra *Estudos sobre a personalidade autoritária*, nos indica a predisposição engastada aos princípios autoritários nos indivíduos. Por sua vez, Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo* refere-se ao processo de constituição de um modelo de propaganda que até hoje, são utilizadas com selvática profusão na sociedade. Já Robert Paxton, em sua rica obra *A anatomia do fascismo* nos leva a pensar em outras variantes do fascismo, mas que as particularidades de cada nação nos desafia a perceber a existência de vários “fascismos” que se interligam por meio de importantes pontos em comum. No caso do filósofo Slavoj Žižek, representado por sua complexa e profunda obra *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*, nos remete a um estudo acerca do poderoso caráter da ideologia nesses movimentos, levantando questões que intercalam os elementos que dirigem e inflamam as ações coletivas autoritárias. Estes são alguns dos pensadores, em meio ao vasto campo em que é possível debruçar-se, a fim de elucidar alguma centelha de compreensão de tão instigante universo que liga a educação, a filosofia e a psicanálise.

Deveras, Freud estruturou a base para uma leitura que posteriormente, como é possível encontrar nos estudos defendidos por Adorno (2015) em sua abordagem do caráter autoritário do sujeito e de forma mais explícita ou implícita em outros autores, possibilita-nos

uma rica pesquisa sobre os aspectos psicanalíticos e sociológicos dos movimentos autoritários. É perceptível nos trabalhos do próprio Freud e mais especificamente em *Psicologia das massas e análise do eu*, que há uma posição clara quanto ao caráter não apenas individual da perspectiva psicanalítica do sujeito, mas trazendo o indivíduo consigo os aspectos sociais dos quais ele inevitavelmente está inserido. Acerca disso, Sigmund Freud nos direciona ao entendimento segundo o qual “A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas que, à primeira vista, pode nos parecer muito significativa, perde muito de sua nitidez ao ser examinada mais a fundo” (FREUD, 2017, p. 35).

Desta feita, é possível compreender as condicionantes formadoras do amálgama social necessário à simbiose destas ideologias e no qual os movimentos de caráter autoritários são edificados. Contextualmente, seria altamente arriscado gerar interpretações parcas e sem consistência ao construir uma análise calcada no simplismo, tendendo as generalizações inverossímeis e às particularidades desconectas de seus respectivos contextos, caso desprezássemos uma observância calcada nas perspectivas dos estudos psicanalíticos desses movimentos de massa. Caso optássemos por uma perspectiva histórica, de modo algum incorreríamos necessariamente num erro, pois tratar-se-ia de uma escolha de abordagem diferenciada pelo qual um pesquisador poderia propor-se a enveredar.

Porém, seria uma escolha que optaria por deixar de lado a análise da figura do “sujeito autoritário” que, segundo os estudos mais atuais, demonstram-se cada vez mais esclarecedores para uma elaboração mais abrangente dos movimentos autoritários. Compreendendo esta lacuna nas pesquisas acerca deste espectro político, Adorno (2015) se debruça na tentativa de perceber algumas das chaves que possam elucidar os aspectos psicanalíticos destes fenômenos. Para tanto, assenhora-se dos indícios perceptíveis ora de forma clara, ora de maneira mais oculta, entre os grupos que canalizam estas ideologias, como nos afirma Theodor Adorno acerca deste elo, quando defende que “A psique – desligada da dialética social, tomada abstratamente por si e pesquisada com lupa – conforma-se como ‘objeto de pesquisa’ na sociedade, que ‘emprega’ os sujeitos como meros pontos de referência da força de trabalho abstrata.” (ADORNO, 2015, p. 97).

Adorno coaduna-se com a percepção freudiana acerca das ligações relacionadas às questões psicanalíticas pessoais e o processo dialético que é próprio da dinâmica social e sem o qual veríamos nada mais que um sujeito atomizado à deriva na sociedade. A diligência em torno destes dois eixos, constitui-se como um alargamento das possibilidades de estudo dos movimentos autoritários, especialmente os inspirados no nazifascismo.

Diante do já exposto, não é nosso objeto de estudo elaborar uma análise acerca das origens do fascismo, do mecanismo de funcionamento desses regimes em seu estado clássico ou das circunstâncias propriamente históricas de seu surgimento. Para tanto, uma pesquisa desta natureza exigiria um trabalho de grande envergadura e destoaria de nosso objetivo primordial que é compreender a perspectiva dos emergentes movimentos autoritários no Brasil por meio de seu reflexo em mecanismos intrusivos nas instituições educacionais brasileiras, como o projeto Escola sem Partido, à luz do conceito adorniano de psicologia social.

Conforme os pilares epistemológicos calcados na psicanálise e na teoria social demonstram-se bem definidos e compreendendo a ligação que os mantêm conectados, torna-se mais segura a trajetória de análise da reconfiguração da personalidade autoritária em dois pontos elementares que se entrecruzam durante a trajetória de nossa abordagem investigativa: o primeiro relaciona-se à questão da sobrevivência e da revitalização das ideologias autoritárias de inspiração nazifascista, mesmo após a sua derrota na Segunda Guerra Mundial. O segundo ponto está ligado às estratégias que estes movimentos adotam para expandir suas ideologias no seio da sociedade, impactando inevitavelmente, o ambiente escolar.

Repousando este estudo numa perspectiva meridianamente clara, apontamos enfaticamente que buscamos a promoção da autonomia e da democracia no espaço escolar pela formação crítico-política de educandos e educadores, identificando e superando os focos autoritários que atualmente ameaçam o fazer educativo. Para tanto, é preciso refletir acerca da preocupação de Theodor Adorno quanto ao sentimento autoritário ligado à estrutura ideológica e estética de matriz nazifascista que ainda sobrevive. Como atesta Mounk (2019), o período posterior à Segunda Guerra apresentou um recrudescimento dos movimentos de caráter autoritário no mundo.

Deveras, o caráter autoritário de cada sociedade traz em seu cerne as condições peculiares de sua dinâmica social. Naturalmente, não seria diferente com as estruturas de poder conservador que compõem o aparato governamental brasileiro desde tempos idos. Desta forma, compreende-se que sendo o autoritarismo brasileiro anterior ao nazifascismo clássico, esta circunstância não anula o fato dos atuais movimentos autoritários demonstrarem pontos em comum produzidos pelos seguimentos autoritários do período Entreguerras. Evidentemente, Adorno à sua época, observa a sobrevivência destes movimentos por meio de uma leitura temporalmente muito mais próxima e com uma equivalência maior com o nazifascismo testemunhado por ele, o que no caso brasileiro não se aplica, pois é natural a conservação das

particularidades próprias da dinâmica histórica e social brasileira, como já afirmado anteriormente.

A distinção entre os atuais movimentos autoritários brasileiros e o nazifascismo clássico são marcados não apenas pelo aspecto temporal que os afasta, mas sobretudo pela sua inserção social diferenciada. Entretanto, uma abordagem psicanalítica desses movimentos em suas características comuns, possibilitará perceber pontos de comunhão que mobilizam e alimentam a ambos, independentemente da época ou momento histórico que estejam inseridos. Levando em consideração que o nosso esforço passa pela análise dos fatores que mobilizam estas massas para o comportamento autoritário, adentraremos principalmente nos aspectos que esclareçam muito mais os pontos de comunhão do que de diferenças entre eles.

Surpreendentemente, a ideologia que se materializava na personalidade autoritária permanecia adormecida e entranhada em algumas sociedades. Possivelmente, pelo menos no que tange ao aspecto dos seus estudos quanto à compreensão da personalidade autoritária, esta constatação tornar-se-ia uma das questões mais inquietantes para Adorno. Isto porque de alguma maneira, estes ideais foram se perpetuando por fatores que visivelmente estavam ligados à questões fortemente ideológicas e que, sendo assim, carecem de uma análise que pudesse enxergar de forma mais profunda e para além da análise histórica este espectro sobrevivente. Segundo as suas próprias palavras, Adorno apresenta a ideia de que o nazismo sobrevive, mas que “continuamos sem saber se o faz apenas como fantasma daquilo que foi tão monstruoso a ponto de não sucumbir à própria morte, ou se a disposição pelo indizível continua presente nos homens bem como nas condições que os cercam” (ADORNO, 1995, p. 29).

Acima, estão as duas incógnitas das quais nascem os objetivos desta Dissertação de Mestrado e pelos quais ela se justifica. As chaves para a compreensão das resultantes e consequências dos movimentos totalitários para os anos posteriores a sua queda, precisaram ser revistos e ressignificados por uma nova abordagem que compreenda e explique o porquê a consequente derrocada política e militar do nazifascismo não resultou em seu colapso ideológico. Para tanto, segundo Paxton (2007), não é possível relutar a um exame abrangente do fascismo como apenas um movimento saído da vontade de um ditador todo poderoso. Caso assim procedêssemos, reproduziríamos o erro de tentar enxergar naquilo que sobrou do fascismo no pós-guerra, nada mais do que apenas um conjunto de tufos cadentes de uma ideologia fanática.

Entretanto, uma ideologia como o fascismo não poderia valer-se apenas da esperança em dar-se ao luxo de poder contar com o apoio de uma determinada classe específica. Seu discurso direcionava-se para todas as classes sociais e foi da parcela de cada uma delas, que obteve o apoio necessário à sua chegada e manutenção do poder. Sendo assim, o fascismo torna-se transversal e atravessa as fronteiras das classes sociais como diria Reich (2001). Destes muitos sujeitos que mesmo “invisíveis”, estavam marcadamente presentes durante estes regimes, foram vitais para o funcionamento não apenas da máquina governamental, mas também do conjunto estrutural de repressão necessário a estes ditadores. Quanto a isso, nos diz Robert Paxton que “Os excessos do fascismo no poder exigiam também uma ampla cumplicidade entre os membros do *establishment*: magistrados, policiais, oficiais do exército, homens de negócios”. (PAXTON, 2007, p. 34). Seguindo o raciocínio deste argumento, observa-se que na realidade, entre o que poderia nomear-se de “ralé” ou “elite”, constituía-se num universo bastante abrangente de pessoas das quais os regimes fascistas em particular comunicam-se e recebem um expressivo retorno. Baseado nestes princípios é possível traçar um paralelo quanto ao apoio que estes regimes sempre encontram nas instituições educacionais de países dirigidos por governos autoritários, levando-nos assim a fazer as seguintes indagações: quem dirigiam essas escolas? Quem estava à frente dos programas de educação básica destas instituições na Itália e na Alemanha no período Entreguerras? Quais pessoas dirigiam as universidades? Estes indivíduos certamente não pertenciam ao “lúmpemproletário”² e muito menos as elites de poder expressivo em seus respectivos países. Demonstra-se assim que, invariavelmente, as ideologias de caráter autoritário podem também adentrar nas atuais instituições educacionais no Brasil e tentar controlar o processo educacional do país. Estas tentativas se materializam e se demonstra hoje em várias investidas como o próprio projeto Escola sem Partido, do qual detalharemos sua importância como espelho dessa ideologia autoritária em momento oportuno.

Dos exemplos históricos aos quais nos reportamos, no caso italiano e alemão, restam-nos a constatação evidente da intenção permanente de controle para além de outras instâncias da sociedade, em especial do próprio processo educacional. Os movimentos autoritários que se locomovem no Brasil, embora muito longe de estarem à altura da envergadura e carisma político que representaram os movimentos das primeiras décadas do século XX, bebem de alguma maneira daquela fonte e inspiram-se de forma explícita ou implícita, direta ou indireta, em suas ideias e ações, atos e palavras. Apesar do que nos diz Paxton (2007), segundo o qual

² Refere-se ao grupo do proletariado em condição marginal, de acordo com a sociologia marxista.

esses regimes nascem e prosperam rápido no seio de pessoas ligadas muito mais a iniciativa de agir do que de pensar, não é de se admirar que, como identificado por Theodor Adorno, um dos primeiros elementos constituintes da ânsia pelo domínio do campo cultural e educacional dá-se exatamente na perseguição e afrontamento contra a classe dos intelectuais, como afirma “que o termo ‘intelectuais’ tenha sido difamado a partir dos nazistas, parece-me um motivo a mais para assumi-lo positivamente” (ADORNO, 1995, p. 54).

É arriscado afirmar se os intelectuais estão entre os primeiros a serem atacados já no início desses movimentos, mas de toda e qualquer forma, se não se constituem como os primeiros alvos, certamente estão entre os principais. É improvável destituir um poder sem desconstruí-lo. Impensável pretender substituí-lo sem enfraquecer o seu discurso. Impossível a mudança de um regime, seja ele qual for, sem a transformação de suas narrativas por meio da construção de um novo conjunto de ideias que o justifiquem e sustentem no campo ideológico. A constituição do Império Romano em 27 a. C, as Revoluções Inglesas do século XVII, a Revolução Francesa do século XVIII, a ascensão de Mussolini em 1922 e de Hitler em 1933, trazem no seio de suas dinâmicas algo inerente às transformações percebidas na História da humanidade. Porém, independente da época em que ocorreram e trazendo suas características únicas como é próprio também dos fatos históricos, eles carregam uma mudança na visão de mundo, de perspectiva quanto ao futuro e interpretação do passado. Esta apropriação só parece possível quando é construída, apresentada e solidificada uma nova narrativa às sociedades em questão.

Agora, é o caso de questionarmos: mas quem serve ao papel de construtor destas narrativas? Neste ponto, deparamo-nos com o desafio de identificar os supostos ícones que formariam uma intelectualidade orgânica dentro do universo amiudado do fascismo. Justificadamente, o fascismo em seu comportamento invariavelmente pragmático, valorizava muito mais os renques formados por seus párias e estava muito mais comprometido com esta linha de ação, do que com a construção de um projeto teórico que servisse de sustentáculo ideológico ao seu movimento. Entretanto, parece plausível, segundo Paxton (2007), que a formação dos grupos autoritários fossem oriundos das classes médias destas sociedades e de longe, tornaram-se numerosas nas fileiras do fascismo ao mesmo tempo que serviram como uma espécie de formadores de opinião ideológica para os membros acostumados unicamente a obedecer.

Possuidor de uma base ideológica pobre, medíocre e claramente desconexa da realidade, mais próxima de um conjunto de ideias turbilhonantes do que a um ordenado

coerente, o fascismo ainda assim, cresceu. Entretanto, foi necessário o ribombar destas ideias para ter o tão almejado alcance e não esperar que as ideologias autoritárias simplesmente fossem professadas ao público. Valer-se apenas da verbalização e fazer as pessoas saberem que elas existiam, não seria o suficiente. Era vital e necessário que os indivíduos “vissem”, “enxergassem” e até mesmo, “sentissem” aquelas palavras. Inúmeros membros do movimento nazista fascinaram-se não somente pelas falas inflamadas de seus líderes, mas com a forma teatralizada pela qual seus membros apresentavam as suas crenças. As manifestações insufladas de um frenesi que beirava um flamejante esoterismo, foi uma das estratégias principais que vislumbravam a atenção dos indivíduos sedentos de um novo caminho, como por exemplo o arquiteto nazista Albert Speer, que demonstrou em suas memórias a fascinação que sentiu ao presenciar as paradas organizadas por Joseph Goebbels e como aquele modelo organizacional chamou a sua atenção³.

É intrigante pensar que indivíduos como Albert Speer e Adolf Eichmann, oriundos de famílias tradicionalmente respeitáveis e com uma formação educacional razoavelmente refinada, tenham se deixado convencer por uma ideologia de violência e matança. Entretanto, é nesta questão que se encontra um ponto nevrálgico de nossa investigação quanto aos elementos de arregimentação das massas. O acúmulo ou a falta de cultura e educação formal demonstrou ser um fator irrelevante quando falamos de adoção de ideologias autoritárias. Quanto ao fascismo, ele mesmo não tem a pretensão de se constituir como um movimento onde os seus princípios estejam justificados no espectro da “argumentação racional” (ŽIŽEK, 1992; SAFATLE, 2016). Pelo contrário, todo o esforço volta-se para o “assujeitamento e ao sacrifício irracional e incondicional” dos militantes. Sendo assim, talvez o cerne da questão esteja centrado não apenas no convencimento puro e simples da retórica, mas também pela “performatividade do discurso totalitário” e seus respectivos caráter atrativo. Os regimes totalitários parecem ter entendido muito bem que há mais vantagem em ganhar as massas pela emoção ao invés da razão, é talvez neste fundamento, onde encontram a chave de seu sucesso em relação de ganho com as massas, como nos direciona o filósofo Slavoj Žižek sobre este entendimento quando pontua que “o poder do discurso fascista deve ser buscado, precisamente, [...] na ausência da ‘argumentação racional’, no caráter puramente ‘formal’ da demanda apodítica da fé e do sacrifício ‘absurdo’/‘incondicional’” (ŽIŽEK, 1992, p. 26).

³ Depoimento de Albert Speer em sua biografia: SERENY, gita. **Albert Speer: sua luta com a verdade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, p. 125.

É possível que nessa percepção da irracionalidade, esteja uma centelha de esclarecimento para a reflexão central do pensamento adorniano acerca da sobrevivência do ideal autoritário. Porém, isso torna a questão ainda mais preocupante, pois se o autoritarismo não depende de racionalidade para nascer e sobreviver, não haveria nenhum impedimento para que ele ressurgisse em qualquer outro momento da história do pós-guerra, inclusive no momento atual em que vivemos no Brasil. Desta feita, independente da faceta com que os movimentos autoritários pudessem novamente apresentar-se, eles teriam no seio da própria sociedade a estrutura de massas necessária que os proporcionaria reacender a qualquer tempo, como ocorre em nosso país hoje.

Ademais, as explicações ou justificativas apresentadas para a adesão a princípios autoritários nos *Estudos sobre a personalidade autoritária*, nos possibilitam pensar que, expressivamente falando, os grupos que assumem certa posição não apresentam no geral, características de personalidade excepcionais que as diferenciem de forma gritante do restante das massas. Max Horkheimer parece arriscar-se a tipificar-nos um certo modelo de sujeito tendencioso ao fascismo, sem incorrer no risco dos estereótipos, mas que certamente nos ajudam a compreender o aspecto social geral de qualquer pretense candidato estudado por seu colega Theodor Adorno. Quanto a este aspecto, comenta Horkheimer em sua seguinte afirmação “Ele é ao mesmo tempo esclarecido e supersticioso, orgulhoso de ser um individualista e com medo constante de não ser como todos os outros, zeloso de sua independência e inclinado a se submeter cegamente ao poder e à autoridade” (ADORNO, 2019, p. 29.)

Levando em consideração e pondo em perspectiva as posições de Theodor Adorno e Slavoj Žižek, resfolegamos em nossa projeção de quanto podemos encontrar de contingente nestas duas visões. Por um átimo, podemos nos flagrar imaginando que algum ou outro elemento se configure de maneira luzidia, como fator preponderante da força motriz do movimento autoritário. Entretanto, parece que perseguir tal motivação seria comprometer a alacridade de algo possuidor de vários contrapontos em seu ensejo e múltiplas perspectivas de análise.

Consequentemente, para além do fato do líder fascista vociferar como um mastim para as multidões, entende-se em Žižek (1992) que este ato em si, de certa forma poderia ser inócuo, caso esta mensagem caísse em ouvidos acostumados a seguir padrões racionais. Quanto ao que sugere Adorno (2019), como é possível extrair de seu entendimento, o perfil irracional típico que compunham as hordas autoritárias poderiam não ser a maioria, mas certamente

estavam longe de ser exceção. Além do fator autoritário ser notoriamente observado em nossa sociedade atual com suas devidas variações e consequentes adaptações aos aspectos da velocidade e massificação típicas das comunicações do mundo informatizado, preservou-se os princípios elementares da propaganda de massa e estetização tão intensamente pensadas por Arendt (2012), que oportunamente terão o seu caráter de importância aprofundado neste estudo. Estes elementos propagandísticos se constituem como fatores de importância essencial na divulgação e concepção das ideias defendidas por estes grupos.

De antemão, parece-nos que o desafio de compreensão da aceitação do autoritarismo nos seus mais diversos projetos encontra-se recôndito entre a psicanálise comportamental do indivíduo em relação às massas e por outra perspectiva, a personificação do papel do líder em suas mais diversas variantes de ação e estratégias de propagação ideológica. Cabe-nos agora investigar os pontos que ligam estes dois polos e o como eles atuam na criação e propagação da irracionalidade ideológica visando atacar principalmente, no caso do Brasil, as instituições de produção de ensino e conhecimento. Eis o objetivo tão ambicionado pelos movimentos de caráter autoritário onde quer que possam apresentar-se e independente do modo como possam operar em termos de narrativas ou construção de ideologias que justifiquem as suas ações.

Para lograr êxito e ameaçar estas instituições foi necessário atacá-las constantemente, contando até mesmo com indivíduos componentes destas próprias instituições (PAXTON, 2007). Estes personagens sociais são os “cidadãos médios” descritos por Reich (2001), que por sua vez encontram-se dispersos em todas as sociedades e que serão posteriormente estudados em seu devido grau de importância no processo de ascensão do autoritarismo. Certamente não são muito diferentes dos que surpreenderam Theodor Adorno no seu estudo de um tipo de personalidade autoritária, sendo que a geração descendente dos que serviram de base para os estudos de Adorno, estão vivos hoje e muito provavelmente alimentando-se da mesma irracionalidade que levou o século XX ao extremismo e à barbárie nazifascista.

Sendo o ideal autoritário alimentado pelo irracionalismo, poderia ser ele combatido por estratégias racionais? Caso seja guiado pelo racionalismo cínico, poderia ser desdobrado pelo diálogo e confronto racional no campo das ideias? Em caso afirmativo, como impedi-lo de crescer e adentrar nos espaços educacionais democráticos e de produção de conhecimento? Não seria essa uma batalha inglória e em sua origem, já perdida? Desta feita, as proposituras aqui expostas apresentam o cerne na qual a presente dissertação se desdobra. Centrando-se no

trabalho de analisar a força invasiva do discurso autoritário sobre as massas e, por conseguinte, nas instituições educacionais. Para tanto, os capítulos foram organizados de uma maneira que nos ajudem a perceber a relação, a assimilação e a influência do discurso autoritário nas instituições por meio da proposta de institucionalização da vigilância docente, como ficou patente na tentativa de imposição de projetos como o Escola sem Partido. Nos parágrafos seguintes, estarão explicitados de forma abreviada o trajeto central de cada uma das partes desta dissertação e em qual foco de análise elas estão centradas.

No capítulo dois é explanada a trajetória teórico-metodológica sobre a conexão de três perspectivas principais perseguidas na dissertação. Primeiramente a análise da concepção adorniana de *personalidade autoritária* como aspecto vital de favorecimento à sobrevivência do ideal fascista no pós-Segunda Guerra. Entretanto, a fim de compreender a tese adorniana acerca da persistência dos princípios fascistas na sociedade, é mister contarmos com os estudos da psicanálise para entender a sua força fundante. Neste aspecto, o segundo passo principal é a percepção freudiana de *psicologia das massas* no que tange aos aspectos comportamentais coletivos que mobilizam as mesmas. Por último, a introdução da análise do papel da propaganda na visão Hannah Arendt, fornece-nos instrumentos essenciais para o entendimento dos mecanismos utilizados pelas forças autoritárias hoje, que mobilizam as massas referidas por Freud e Adorno.

O capítulo três transita de forma aprofundada sobre dois eixos conceituais importantes. Um deles é o concepção adorniana de *personalidade autoritária* e o outro refere-se a ideia freudiana de *psicologia das massas*. Estas duas proposituras servem de base para o delineamento de um elemento chave para observar os movimentos autoritários atuais no que tange a composição coletiva destas forças. Sendo a própria natureza e sentido de existência dos movimentos autoritários organizadas e mobilizadas por um conjunto coeso de crenças, não se poderia perder de vista que a construção de um movimento de caráter fascista dá-se em significativa medida, pela simbiose entre a aceitação do sujeito autoritário em face da influência coletiva que o circunda. Esta relação foi analisada a luz destas duas teorias, demonstrando que a dimensão individual ganha sentido ao confrontá-la com o universo da construção ideológica coletiva e esclarecendo a identificação do indivíduo com a personalidade do líder.

No decorrer do capítulo quatro é analisada sob a perspectiva de Hannah Arendt em relação a sua abordagem sobre o poder da propaganda como instrumento de construção de narrativas, fator de coesão ideológica e formação de identidade coletiva em torno do líder. Apesar dos aspectos atuais do uso da propaganda, seu estudo tem sido vital na fundamentação

de princípios ideológicos e na construção de visões de mundo direcionadas de forma estratégica. Ou seja, demonstra-se que apesar do uso aparentemente aleatório da propaganda, ela enverga o seu potencial de maneira bem construída, atingindo não apenas aqueles de quem não se espera nada em termos de ações concretas em torno do autoritarismo, mas principalmente daqueles que absorvem abertamente os ideais fascistas, aos quais Adorno chamou de tendencialmente autoritários.

As resultantes do impacto dos movimentos autoritários na educação, são objeto de atenção no quinto capítulo. Os efeitos deletérios da propaganda contra as instituições educacionais e os docentes, são estudados no âmbito tanto da forma como a propaganda é construída, quanto de seus efeitos. A intenção do projeto Escola sem Partido de solapar a autoridade docente e a credibilidade da escola, é colocada em evidência e analisada no sentido em que ela se propõem a impor à escola uma política educacional autoritária e alienante. Desta forma, explicita-se neste capítulo que o projeto Escola sem Partido é a materialização autoritária contra a educação. Para que este autoritarismo possa se impor sobre a educação é preciso um arsenal ideológico disseminado por intensa propaganda direcionada, o que por sua vez, gerou efeitos devastadores de perseguição e vigilância no ambiente escolar. Daí a importância de analisar a cadeia de ações que foram criadas com o intuito de forçar mudanças no processo educacional do país.

Por fim, no sexto e último capítulo, correspondente a conclusão, apresentaremos as apreensões relativas à invasão do ideal autoritário na escola. Concluiremos que de alguma maneira a escola continua incapaz de impedir que os princípios autoritários penetrem em seu ambiente. É defendido a necessidade de uma nova abordagem da educação para que se tente fugir do estado de refém ao qual a educação parece ter se tornado, dos movimentos conservadores. Movimentos estes que, por sua vez, encontraram eco nos setores mais retrógrados contra a educação crítica e emancipadora idealizada por Adorno. A questão urgente encontra-se no fato da educação não ter sido capaz de combater com eficácia os movimentos autoritários atuais e se será capaz de fazê-lo.

2 TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1 A construção do objeto de estudo e suas origens

Conforme exposto na introdução, os ataques atuais à democracia são produto de ideologias que sobreviveram à Segunda Guerra, tornando o entendimento dos regimes totalitários como algo de extrema necessidade prática e cuidado circunspecto. Os insólitos acontecimentos do holocausto haviam sido capazes de demonstrar mais uma vez o contrafeito da capacidade humana em relação ao próximo. Era necessário naquela tentativa de construção de um novo mundo pós-Segunda Guerra, pensar aquelas circunstâncias de uma maneira pragmática e perscrutiva, haja vista não ter sido construído com a tenacidade necessária uma compreensão mais complexa de freios ao crescimento de qualquer regime de natureza autoritária no período Entreguerras. Refletindo sobre o estudo de Paxton (2007) é possível perceber que embora já fosse notório o caráter bárbaro nos conflitos humanos antes mesmo do nazifascismo, o que o transforma em movimento singular é o sistemático e tenaz enfrentamento à movimentos de caráter político e ideológico divergentes.

Contudo, o nazifascismo não fora pioneiro do *modus operandi* baseado na violência e apesar do conjunto de atitudes tão características da barbárie totalitária, estas práticas já demonstravam-se pujantes no caso da Europa antes mesmo dos governos constituídos de Adolf Hitler e Benito Mussolini. Como exemplo de um dos fatos mais marcantes de genocídios perpetrados anteriormente ao nazifascismo é citado por Adorno (1995) no exemplo do extermínio armênio impetrado ainda em princípios da Primeira Guerra, adentra e se aprofunda no conflito, sendo ali cometidos pelos líderes turcos-otomanos. A questão que se coloca diante de uma espécie de repetição do absurdo na história da humanidade, preenche as preocupações de Theodor Adorno ao deparar-se com os estudos de Sigmund Freud em suas obras *O mal-estar na cultura & Psicologia das massas e análise do eu*, tendo estas leituras possivelmente alimentado de forma ainda mais intensa sua angústia interna no que tange às suas impressões da humanidade, quando por exemplo afirma Theodor Adorno que “Se a barbárie encontra-se no próprio princípio civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de desesperador” (ADORNO, 1995, p. 120).

Theodor Adorno nos provoca a pensar algumas questões intrigantes, que parecem soar como um conjunto de paradoxos aparentemente insolúveis quando colocadas em

perspectiva das condicionantes históricas da humanidade ao nos proferir reflexões pertinentes como a que segue:

O desejo de libertar-se do passado justifica-se: não é possível viver à sua sombra e o terror não tem fim quando culpa e violência precisam ser pagas com culpa e violência; e não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo (ADORNO, 1995, p. 29).

Ainda complementando o raciocínio adorniano anteriormente exposto, nos é igualmente caro uma percepção conceitual bastante importante que se coaduna com o trecho anterior e que se demonstra tão soturna quanto o que já apregoado pelo autor alemão em diversas outras oportunidades:

Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. (...) É isto que apavora. Apesar da não visibilidade atual dos infortúnios, a pressão social continua se impondo. Ela impede as pessoas em direção ao que é indescritível e que, nos termos da história mundial, culminaria em Auschwitz. Dentre os conhecimentos proporcionados por Freud, efetivamente relacionados inclusive à cultura e à sociologia, um dos mais perspicazes parece-me ser aquele de que a civilização, por seu turno, origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório (ADORNO, 1995, p. 119).

O temor de Theodor Adorno e Sigmund Freud, parece demonstrar que a história reserva de forma inexorável à humanidade um presente e futuro de constante tensão quanto ao modo como as sociedades irão enfrentar as suas contradições. A experiência histórica parece ter insistentemente demonstrado aos homens que em seu seio obscuro sempre se gesta a semente daquilo que é inumano. Entretanto, o que parece ser desesperador e parte intrínseca de uma luta inglória, pode quem sabe nos servir de alerta para aquilo que se demonstra de maneira tão prosaica em suas circunstâncias atuais. É possível que estas variantes derivativas do autoritarismo hoje, sirvam de notório alerta para que possamos nos resguardar com todas as armas possíveis na urgência de impedir que vivenciemos em nossa geração e nas futuras, tudo aquilo que a história já nos legou por meio das experiências negativas do passado.

Segundo Paxton (2007), o movimento fascista que compôs boa parte do espectro político da Europa no século XX, em realidade sofreu variações nos respectivos países em que ele impôs a sua violência, sendo coerente referirmo-nos aos “fascismos”. As particularidades de cada movimento fascista não excluem e não tornam inócua o esforço de encontrar pontos de comunhão em meio as singularidades de cada movimento nacional. Se assim o fosse, seria-nos impossível fazer qualquer correlação entre os movimentos fascistas europeus entre si e suas variantes que estiveram presentes no Brasil como o movimento da Ação Integralista Brasileira (AIB). Porém, só o termo “fascismo” já pode nos suscitar a ideia de que

todo e qualquer movimento autoritário e violento possa ser incluído na lista de organizações ou movimentos fascistas. Acerca desta concepção, remetemo-nos ao entendimento de Leandro Konder ao nos afirmar que:

Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou autoritarismo (KONDER, 2009, p. 25).

Desta feita, o uso indiscriminado e que não obstante visa muitas vezes a simples agitação política em determinadas circunstâncias, pode impedir a utilização do conceito de forma adequada e com o devido rigor científico. Compromete-se assim, caso seja esta a maneira de abordagem das circunstâncias políticas em questão, a extração do seu emprego assertivo, que é a base de “uma análise realista e diferenciada dos movimentos das forças que lhe são adversas” como nos afirma Konder (2009, p. 25).

Diante do exposto, embora os movimentos autoritários atuais sejam bastantes distintos dos regimes nazifascistas clássicos, isso não exclui a possibilidade de possuírem elementos em sua composição que sejam inspirados naqueles regimes políticos. Da mesma maneira, o fato de reproduzirem certas nuances do fascismo não os credencia como legítimos portadores das ideias deste regime e todo o seu conjunto de práticas. Em se tratando do caso brasileiro, deparamo-nos com o histórico autoritarismo no qual nossa sociedade foi costurada e constituída, como nos afirmam Lombardi e Lima (2017, p. 2) que “No passado e no presente as forças jurídicas e repressivas (militares) atuaram e atuam para (...) garantir a segurança e o funcionamento do Estado Burguês”. Desta maneira, não é difícil perceber que estas forças repressivas e autoritárias que outrora sempre estiveram presentes nos meandros do Estado brasileiro, tenham encontrado uma nova roupagem de representação de seu conservadorismo e autoritarismo mais tosco.

Consequentemente, a história demonstra que o autoritarismo das elites brasileiras possui um enraizamento longínquo em sua formação. Porém, a sua forma de impô-lo naturalmente exigiu mudanças, acrescentando de forma consciente ou não, alguns elementos ideológicos concernentes ao século XX que acreditava-se não passarem de uma malograda e incômoda lembrança de um passado distante. No entanto, estas esperanças vãs foram frustradas e o cenário político do Brasil, inundado pelo ideal autoritário do atual governo, apresenta alguns traços de uma reverberação mau elaborada e esdruxulamente ensaiada do autoritarismo fascista clássico. Apesar de sua apresentação externa que beira o ridículo teatral, internamente, não se pode menosprezar as intenções mais perversas de uma ideologia que tem em seu cerne

ideológico a violência e o desprezo pela vida. Os movimentos conservadores no Brasil, como resultante das possibilidades ainda maiores que mundo das comunicações instantâneas de hoje possibilitam, acabam por manter contatos diretos e indiretos com organizações e governos internacionais de matiz fascista, embora conservem as suas particularidades em simbiose com o seu próprio histórico autoritário. Quanto a isto, nos afirma Ricardo Antunes ao dizer que: “No Brasil, mesmo diante dessas evidências terríveis, ainda ouvimos saudosistas e lacaios da ditadura militar, profascistas e fascistas, defendendo o horror, pedindo a volta dos militares” (ANTUNES, 2017, p. 53). Também Dermeval Saviani corrobora com esta hipótese quando trata sobre o atual contexto político brasileiro quando afirma: “E isso é muito perigoso porque está em curso uma onda fascista que se manifestou explicitamente com saudações nazifascistas e incitação ao armamento da população” (SAVIANI, 2017, p. 216).

Desta feita, parece razoável no entendimento de alguns pensadores brasileiros como Ricardo Antunes, Vladimir Safatle e Dermeval Saviani, acerca da existência de elementos fascistas nos atuais movimentos autoritários no Brasil. Obviamente, esta interpretação não exclui o contexto histórico autoritário que o Brasil construiu em toda a sua trajetória desde a sua época colonial. Entretanto, nosso escopo concentra-se na investigação das nuances dos atuais movimentos conservadores brasileiros no que tange ao pontos explícitos ou velados da prática fascista que porventura, eles possam carregar. Levando em consideração, por exemplo, suas recentes e explícitas tentativas, não de mudanças e melhorias, mas de efetivo e sistemático controle e vigilância do sistema organizacional e pedagógico do sistema educacional brasileiro.

Sendo perceptível os traços fascistas presentes nos movimentos autoritários atuais, é plausível reconhecer que, se não em sua forma pura e clássica, pelo menos em sua perspectiva de mundo o ideal em torno dos modelos fascistas estão ávidos de ressurreição. No caso do Brasil, podemos afirmar que ocupam setores importantes do governo em busca de influenciar na constituição de projetos que afetem o modelo educacional estruturado na liberdade de cátedra. Entendemos a partir dessa constatação que as questões que mais nos atinam, relacionam-se à necessidade de perceber as ligações ideológicas que os movimentos autoritários exasperam em suas práticas. Somos imbuídos de uma delicada e confusa tarefa, além de sermos inevitavelmente levados a constatar que os receios de Theodor Adorno, Sigmund Freud, Hannah Arendt e tantos outros pensadores que com uma temeridade assertiva, enxergaram a possibilidade do reagrupamento destas forças num futuro qualquer. Fato este que mostrou-se na atual circunstância histórica, mais do que possível e real. Diante do exposto, aquilo que era apenas uma macabra possibilidade, agora ganha contornos de evidente concretude ao apresentar-se como uma clara ameaça às nossas liberdades.

Consequentemente, somos desafiados a investigar as seguintes variantes que perpassam pilares fundamentais e que nos possibilitam analisar esses processos à luz da atualidade. Segundo Yascha Mounk (2019), as democracias liberais no mundo pós-Guerra Fria, com exceções regionais, pareciam ser o caminho inevitável para a maioria dos países do mundo. O colapso do comunismo com a queda da União Soviética aparentava ter arrastado juntamente com o seu fim, um modelo político que não estava calcado na democracia. A partir disso, transformando o mundo em um ambiente mais aberto aos princípios da democracia liberal. Esta crença passou a difundir-se de forma generalizada entre muitos pensadores deste período recente, como nos afirma o autor na seguinte passagem: “Impressionados com a estabilidade sem paralelo das democracias ricas, os cientistas políticos começaram a conceber a história do pós-Guerra em diversos países como um processo de ‘consolidação democrática’” (MOUNK, 2019, p. 18).

Aparentemente ou pelo menos em tese, estas justificadas esperanças pareciam arrefecer o temor que autores como Theodor Adorno e Sigmund Freud já haviam demonstrado em seu notório desânimo quanto à esse aspecto degenerante da humanidade. Isto porquê, a semente anticivilizatória que esta mesma humanidade vez ou outra acabava por criar em seu interior, apresentava-se sempre como uma ameaça a tudo que fora conquistado e considerado caro à civilização. Ademais, segundo Mounk (2019), os avanços dos princípios iluministas que nos legaram mesmo que de forma heterormativas, aquilo que parece haver de mais avançado em termos de convivência entre “poder” e “direitos”, entrara em profunda crise. Deste ponto e sem correr o risco de estarmos agindo pressurosamente, identificamos o conflito geral que dialeticamente analisado perpassará de forma implícita por toda a nossa pesquisa, pois é exatamente do confronto ou harmonia entre o “poder” e os “direitos” que podemos mensurar o nível de autoritarismo ou não de uma sociedade em questão e, invariavelmente, o como isso adentra e afeta o universo educacional básico de cada país.

A relação entre as esferas do “poder” e dos “direitos” tem sido há muito objeto de reflexão e tratados políticos de toda natureza. Amiúde, com o passar dos séculos, filósofos e pensadores tem se debruçado sobre esta questão não por acaso, mas porque ela reflete o nível de harmonia ou conflito que possa existir em uma sociedade dependendo da forma como um determinado povo enxerga e/ou relacionasse com seus respectivos governos. Como primeiro exemplo, a forma como um governante exerce o poder sobre os seus cidadãos ou súditos é objeto de atenção e análise primordial já em Nicolau Maquiavel. A crença maquiavelista de que o poder deve ser exercido ou pelas “leis” ou pela “força” indica um caminho claro de que no seu entendimento, as relações entre governantes e governados centra-se no fato de que o

governante sempre “Procure, pois, um príncipe vencer e preservar o Estado” (MAQUIAVEL, 2000, pp. 109 e 111). Desta feita, o exercício do poder sobre os governados não encontra nenhum limite por parte dos governantes se está em jogo a preservação do seu reino/poder. Os “direitos” ou que se entende por eles, não servem como barreiras limítrofes contra quaisquer abusos por parte de poderosos.

Do renascimento para o iluminismo, a perspectiva do exercício do poder sobre os indivíduos que compõem o corpo social muda substancialmente. Para os considerados filósofos do contratualismo como, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes, é central a preocupação quanto aos limites e o caráter do exercício do poder do governante sobre a sociedade, dando a este Estado ou não, status de legitimidade. Nesta circunstância, para que um governo seja legítimo, ele não pode estar baseado apenas em sua tomada pela força e mantido pelos mesmos mecanismos, mas contar com a aceitação dos governados e sem prescindir do reconhecimento por parte de seu povo. Para Locke (2005), sendo o homem naturalmente livre, não se obriga ao julgo de quaisquer leis ou governo que não seja pelo seu desobrigado consentimento. Rousseau (1997) propõe que a democracia seja direta e atenda necessariamente, através do pacto entre governantes e governados, a vontade de todos. Seria a renúncia, inclusive dos privilégios de alguns para que o coletivo sobressaia, tendo a participação direta do povo ou a democracia direta como chave da harmonia social. De tal modo que a própria participação do povo no governo já vislumbra o controle do poder pelo próprio povo, evitando assim o seu abuso. Thomas Hobbes percebe de forma limitada a concepção de liberdade que embora vacilante, coloca a relação entre “poder” e “direitos” numa situação pendular e “mediante pactos mútuos” que seriam fracos por sua natureza, mas ao mesmo tempo perigoso rompê-los, como diria Hobbes (1999). De toda forma, a ideia de contratualismo transita de sua interpretação mais conservadora de monarquia hobbesiana, perpassando pelo viés liberal de John Locke e chegando ao projeto mais radical e popular de Jean-Jacques Rousseau. Por conseguinte, estas posições tangenciam num ponto em comum, que é o da existência de uma relação diferenciada da concepção maquiavélica entre o Estado e os indivíduos, traçando uma relação dali por diante, de alguma relativização entre o limite do exercício do “poder” por parte do governo e o acesso aos “direitos” pelos governados.

Consequentemente, os princípios elaborados e defendidos pelos filósofos contratualistas em suas particularidades e pelo iluminismo de forma mais abrangente, se constituem como um entrave aos movimentos autoritários, especialmente os fascistas do século XX, que o atacaram de forma mais direta e direcionada. Haja vista que os limites impostos ao poder pela abordagem matricial iluminista passam a ser relativizados pela nova interpretação

elaborada pelos regimes autoritários. Por sua vez, esta nova elaboração ousa desconstruir a capacidade objetiva e conhecimento do ser humano em seu potencial leitura da realidade, da ciência e a capacidade do coletivo de decidir seus próprios rumos.

Para tanto, o mesmo relativismo que joga fora a busca objetiva de interpretação da realidade por meio da razão e da ciência, ganha corpo no momento atual do Brasil. A escola é questionada como espaço de construção do conhecimento, o professor é afrontado em sua autoridade do saber e a ciência ganha ares de senso comum e mera especulação opiniosa. Acerca disso, nos fala Steven Pinker em sua obra *O novo iluminismo*:

Como Mussolini deixou claro, Nietzsche foi uma inspiração para os relativistas de todo o mundo. Desprezando o compromisso com a busca da verdade dos cientistas e pensadores do iluminismo, afirmava que ‘não há fatos, somente interpretações’, e que ‘a verdade é uma espécie de erro sem o qual uma certa espécie de vida não poderia viver’ (PINKER, 2018, p. 520).

Longe de representar um oxímoro, o “intelectualismo fascista” buscou e ainda procura dar ares de credibilidade intelectual à desconstrução da análise racional da sociedade. A irracionalidade, para além de uma leitura de mundo, serve como instrumento de posição política contra uma autoridade qualquer, seja ela política ou intelectual. Desta feita, baseado no princípio de relativização completa das convenções que constituem as relações modernas de política oriundas do iluminismo, os regimes de inspiração fascista desprezam essa tentativa assertiva de enxergar o exercício do poder como passível de controle. Deixar com que o exercício do “poder” esbarrasse nos limites do “direito” seria entregar às massas um poder de decisão da qual elas não teriam nenhuma competência para usufruir. Então, o iluminismo tirou dos detentores do governo o exercício pleno e livre do poder, dando aos indivíduos a capacidade de questioná-lo e perseguir novos caminhos. Acerca da visão fascista sobre o iluminismo, nos afirma Steven Pinker que na perspectiva daqueles movimentos: “A civilização ocidental [...] Foi especialmente corrompida pela ‘moral escrava’ do cristianismo, pelo culto da razão pelo Iluminismo e pelos movimentos liberais do século XIX que buscavam reformas sociais e prosperidade compartilhada” (PINKER, 2018, p. 519).

Invariavelmente, é necessário aos movimentos autoritários colocar em dúvida determinados aspectos da liberdade individual, relativizando a percepção construída desde o iluminismo acerca da relação entre o “poder” governamental e os “direitos” dos governados. Ocorre que a tentativa de supremacia do idealismo sobre o materialismo, do relativismo sobre o cientificismo, funcionam como instrumentos transpostos para o universo da educação

juntamente com toda a sua carga de desconstrução dos métodos universalmente concebidos como caminhos ao conhecimento. Disso resulta que, assim como na relativização do exercício do poder e do conhecimento fundamentado em base material, transbordam para o questionamento da própria educação no sentido de ataque à análise crítica do processo educacional ao tentar colocar no mesmo patamar de credibilidade o senso comum e o método cientificamente orientado.

Os elementos que demonstram uma ascensão de movimentos autoritários de inspiração fascista parecem ser perceptíveis nos dias de hoje, embora não pareçam exatamente delineados com os modelos clássicos que estamos acostumados a perceber. Deveras, é visível que atitudes autoritárias por parte de muitos governos no mundo se apresentem em estado de plena prática, assim como no caso do Brasil, como pontua Mounk (2019). Estando nosso entendimento corroborando com esta interpretação, cabe-nos uma importante tarefa que perpassa uma trajetória de três passos principais na edificação de nossa pesquisa.

Primeiramente, tendo o pensamento de Adorno como foco principal de nosso estudo é preciso reanalisar as inquietações que o levaram a um estado de desconfiança em relação a humanidade e ao risco de retorno à barbárie. Certamente, são analisados elementos que não denotam um princípio determinista, mas que compreendidos em seus contextos específicos e perspectivas de análise, nos levam a reflexões pertinentes quanto ao caráter dos movimentos autoritários latentes ainda hoje em nossa sociedade. Compreender os elos que estejam ativos entre as matrizes fascistas clássicas e os movimentos autoritários, certamente nos trará luz à compreensão da prática dos atuais grupos conservadores de extrema direita.

Em um segundo momento, sugerimos para o estudo em questão a necessidade de identificar de forma clara os princípios que atualmente auxiliem na organização epistemológica do torvelinho que se tornou o emaranhado ideológico que sustenta os movimentos conservadores brasileiros. Entrementes, iremos refletir até que ponto a influência da propaganda foi capaz de potencializar as ações desses movimentos no sentido de transformá-los em forças capazes de influência social. Para tanto, é necessário observar o crescimento dos movimentos de extrema direita a partir de 2013 e como a sua construção ideológica foi se constituindo em poderosa narrativa anticiência, antiescola e anti-intelectualismo, materializando-se em poder de ingerência que vemos hoje na estrutura da educação brasileira.

Na terceira e última parte de nosso estudo, elencaremos as principais categorias trabalhadas por Theodor Adorno e outros autores que nos levam a repensar categorias tidas como solidificadas em certos conceitos históricos, como fascismo e nazismo, visando alcançar algumas respostas que perpassam as ignominiosas práticas dos movimentos conservadores

brasileiros. Analisando o projeto Escola sem Partido e seus objetivos à luz do pensamento adorniano, que em nossa percepção desvela muito bem um retorno inspirativo aos regimes totalitários clássicos, buscaremos respostas às seguintes indagações: Em termos ideológicos, quão próximos estão os atuais movimentos conservadores de extrema direita brasileira da matriz nazifascista? Quais métodos de propaganda e estratégias de ação esses grupos utilizam em seu fazer político? Quais espectros da “personalidade autoritária” estudadas por Theodor Adorno é possível identificar entre os asseclas do conservadorismo? Quais estratégias ou métodos são possíveis utilizar como ferramentas de combate aos insidiosos movimentos autoritários contra a educação?

É mister pensar que sobre as indagações explicitadas acima, pairam a dinâmica da qual estamos analisando e que se referem a um intenso entrelaçamento de ideologias que disputam uma imposição de narrativas. Desta feita, a complexidade das circunstâncias pelos quais estes movimentos foram se construindo e as estratégias utilizadas pelos mesmos, devem ser objetos de atenção especial em nossa pesquisa. Por meio dessa trajetória poderemos compreender o como elas atingiram as estruturas educacionais do Brasil, visando claramente ao domínio deste setor, na busca de uma reformulação radical de seus princípios metodológicos e da interferência nos valores democráticos da educação. Então, diante das circunstâncias que refletem a pujança das ideias autoritárias no atual cenário político do país, derivamos a urgente necessidade de encontrar meios de compreender estes movimentos no contexto histórico nacional.

Conseqüentemente, investigar-se-á as semelhanças e diferenças do projeto autoritário apresentado pelos movimentos de extrema direita para a educação, possibilitando-nos desta forma, uma linha de compreensão do autoritarismo já pregresso em nosso país com o modelo estudado por Theodor Adorno no pós-guerra. Quanto ao aspecto sociológico, cabe-nos observar na perspectiva dos movimentos atuais as ações que buscam atalhar os elementos democráticos em nossa sociedade no qual eles se fortalecem para atacar aspectos relacionados à educação. Do ponto de vista da inserção ideológica, é importante compreender de que maneira as ideias contidas no projeto Escola sem Partido ingressam no ambiente de produção do conhecimento, gerando um estado de embate entre o saber cientificamente constituído e a imposição autoritária do dogma fanático que beira o totalitarismo.

Como já anteriormente exposto, para interpretar de forma assertiva os meandros da perspectiva histórica e da contextualização psicanalítica, revisitaremos primordialmente o estudo de Adorno quanto ao caráter performativo dos movimentos autoritários. Entretanto, para a acuidade minuciosa de nosso estudo, será preciso uma confrontação teórica com alguns dados da realidade. A partir de documentos corroborados pelo atual governo do presidente Jair

Bolsonaro, que nos possibilitem apreender algumas posições subjetivas e objetivas em relação ao processo de construção de uma narrativa pelos movimentos autodeclarados conservadores e de direita no ambiente educacional do país. Neste ponto metodológico, explicitaremos e detalharemos mais adiante.

Para o êxito de nosso objetivo, precisaremos em linhas gerais buscar primeiramente identificar alguns aspectos dos movimentos autoritários hoje, tendo como aportes os princípios basilares herdados das leituras de Theodor Adorno, Hannah Arendt e Sigmund Freud. Em segundo plano, é importante compreender como eles agem em consonância com suas posições ideológicas e neste aspecto, recorreremos as reflexões de alguns pensadores como Slavoj Žižek (1992) no que tange a dialetização do sujeito em face de suas posições pessoais e a ideologia socialmente apregoada, assim como também traremos a concepção de Vladimir Safatle (2016) quanto ao “circuito dos afetos” e a “irracionalidade como construção do discurso político”. Como terceiro eixo geral de análise, pretendemos encontrar as perspectivas de embate às ideologias e práticas de caráter autoritárias na sociedade em geral e nas instituições de ensino em particular. Inevitavelmente, discutiremos os entrelaces que o projeto Escola sem Partido trouxe para a educação brasileira e analisaremos como seus pontos nevrálgicos se consubstanciam em políticas de matriz autoritária. Políticas estas que visam única e exclusivamente aplacar a ciência e o conhecimento, além de perseguir e calar os docentes ao impedi-los do livre debate de ideias e reflexões, valendo-se até mesmo da legitimação e legalização de expedientes notoriamente fascistas de vigilância em sala de aula.

Em suma, diante da urgência que o momento histórico nos impõe, temos o dever de trabalhar no intuito de identificar condições políticas e ideológicas que possam servir de instrumentos que dirimam o autoritarismo nas suas mais diversas formas e meios. Não apenas em seus aspectos mais gerais e óbvios, mas em suas diversas matizes como hoje se apresentam. É preciso combater as práticas de movimentos que podem nos levar ao ponto que Theodor Adorno mais temia, o retorno ao estado de barbárie. Para tanto, a educação cumpre um papel essencial nesse processo de combate aos movimentos de inspiração fascista não apenas em seu espaço específico de conhecimento, mas em toda a sociedade. Todavia, só será possível compreender os meios de atuação adequados das instituições quando se identificar também as suas falhas. Sendo assim, justifica-se um retorno aos estudos que norteiam a compreensão da atuação destes movimentos inclusive, no âmbito psicanalítico.

2.2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

2.2.1 Elementos centrais da pesquisa

A necessidade de retorno ao elemento psicanalítico anteriormente citado dá subsídios para entendermos as ameaças sofridas pela educação com a ascensão dos movimentos autoritários. É necessário compreender o porquê a barbárie persistia dentro dos coletivos sociais. Porquanto, quando Theodor Adorno inaugura o seu trabalho *Educação e Emancipação* com um texto inicial batizado com o título: O QUE SIGNIFICA ELABORAR O PASSADO, parecia tentar esclarecer a tarefa que a educação ainda teria na construção de um projeto civilizatório. Deveras, o passado alimentou um delicado dilema no pós-Segunda Guerra no que tange ao fato de pensar a emblemática reflexão: deveríamos construir todo um esforço para rememorar o passado e tentar resgatar os seus significados mais amplos e obscuros, por mais dolorosa que possa se constituir esta empreitada?

Do ponto de vista de Adorno (1996), o resgate em forma de elaboração do passado pode resultar numa tentativa de tudo esquecer e perdoar, na perspectiva dos ofensores. De outro modo, este mesmo esforço de “elaborar o passado”, pode servir de instrumento de justiça para com os ressentidos e a quem fora infligido tais abusos. Para que possamos encontrar as razões de uma determinada circunstância exemplar na história, seria necessário observar as suas mais diversas variantes e perceber em seu conjunto, as motivações que levaram aos seus respectivos contextos. Como afirma Karel Kosik ao afirmar que “A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo” (KOSIK, 1976, p. 14). Desta feita, será preciso traçar um paralelo entre passado e presente, observá-los em suas respectivas particularidades para que seja possível identificar as correlações que possam haver entre os movimentos fascistas clássicos e os que se propõe a resgatar suas ideologias e práticas no mundo de hoje. Essa observância deve ser feita na perspectiva da chamada decomposição da realidade, procurando construir uma análise que possa elucidar de forma singular a dinâmica própria e temporal dos eventos políticos atuais. Estas singularidades demonstram-se fundamentais e alcançá-las em nossa pesquisa trará elementos que fortificarão o nosso estudo.

Sendo assim, uma das questões norteadoras de nossa pesquisa científica, objetiva esclarecer que estes movimentos atuais são incontinentes em relação aos fascismos clássicos, porém tão perigosos e nocivos quanto, à depender das circunstâncias políticas dadas. Materializando-se as circunstâncias históricas por sua natureza única e construídas de eventos

singulares, nos remetem a pensar que por mais que pareçam repetir-se, sempre trazem novos elementos como é possível lembrar na tradicional máxima de Karl Marx (2011) em que diz: “A história se repete, a primeira vez como tragédia. A segunda como farsa”. Como nos é possível inferir, a tragédia pode muitas vezes ser confundida com a farsa, mas ambas possuem uma natureza diversa e distinta entre si.

Entretanto, este estudo não se propõem a ressignificar ou reinterpretar o passado a partir das origens dos movimentos totalitários, haja vista não tratar-se de uma pesquisa de caráter histórico. Doravante, uma análise geral e a apreensão dos conceitos historicamente já consagrados acerca das características dos movimentos fascistas, serão de bastante valia para traçarmos um eixo de confluência com algumas características dos movimentos de direita no Brasil. Será a partir dessa breve retomada que encontraremos algumas raízes que se tangenciam entre estes movimentos separados pelo tempo para a partir de então estudar suas características, ações e estruturas ideológicas autoritárias no hoje.

As ideologias conservadoras e autoritárias miraram de maneira ainda mais agressiva às instituições de ensino do Brasil nos últimos anos. Essa tendência vem se evidenciando de forma ainda mais notória a partir de 2013 com o enfraquecimento dos movimentos e partidos de espectro mais à esquerda e/ou progressistas. Trata-se neste caso, não apenas de algo circunstancial ou de caráter genérico, mas de uma ideologia e de um comportamento que estando entranhado na sociedade brasileira, esbarrou em condições favoráveis para a sua reaparição social mais escancarada, como em certo sentido nos direciona Adorno:

Considero a sobrevivência do nacional-socialismo na democracia como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas contra a democracia. A corrosão por dentro representa algo objetivo: e as figuras ambíguas que efetivam o seu retorno só o fazem porque as condições lhes são favoráveis. (ADORNO, 1995, p.30).

Indubitavelmente, cabe-nos refletir sobre as bases ideológicas que fundamentam estes novos movimentos. Analisar as condições favoráveis como refere-se Adorno (1995), que puderam servir de sustentação ao reerguimento de traços da ideologia fascista e perceber o como elas atingem o campo educacional. Inevitavelmente, devemos esmiuçar as estratégias que são construídas no campo das narrativas ideológicas. Embora não seja novidade que as mídias

sociais cumpriram um papel de importância inquestionável e crucial para a capilarização destas mesmas narrativas entre as várias camadas sociais a uma velocidade e alcance inimaginável.

Diante do que já fora apresentado não basta saber que o fascismo ainda vive, mesmo que com uma nova aparência. Também não nos basta estar cientes de que seu discurso alcança uma parcela significativa da sociedade brasileira, pois as eleições de 2018 já demonstraram de forma contundente o poder que o discurso conservador e autoritário pode ter no Brasil. A questão é como a narrativa explicitamente autoritária transformou-se em ideologia de massas e esta por sua vez, em ideologias políticas direcionadas a uma prática antidemocrática. Não há viés político autoritário de governo, desvencilhado de seus instrumentos de controle. Sejam estes mecanismos implementados por seus instrumentos tradicionais de repressão institucional ou por suas estratégias de domínio ideológico, sendo que estes por sua vez, legitimam aqueles. Desta feita, calca-se a opção de inspiração fascista de dominação, pois dele deriva em última instância o aspecto imaterial, porém, de imenso poder controlador dos sujeitos sociais, como nos revela Slavoj Žižek:

O fascismo faz essa abolição avançar no sentido contrário, passa a proteger a dependência, em vez de realizar a liberdade potencial: em vez de os sujeitos se conscientizarem de seu inconsciente, ele procede à expropriação do inconsciente através do controle social. É que a psicologia, mesmo continuando a testemunhar a servidão do indivíduo, implica, não obstante, uma forma de liberdade, no sentido de uma certa autossuficiência e autonomia do indivíduo. (ŽIŽEK, 1992, p. 22).

Em seu entendimento, Slavoj Žižek nos aponta uma importante perspectiva no que tange às estratégias de massificação do poder autoritário na sociedade. O fascismo tem mecanismos eficientes de subjugação de seus adeptos, o que faz com que este caminho não ocorra de forma espontânea e sem estratégias na propagação de ideias que visam o controle ideológico de seus membros. Essa aceitação interna por parte dos indivíduos seria o processo de “despsicologização” que constroem nos sujeitos, uma condição de “não reconhecimento de seus anseios, ódios, temores, etc” (ibid.).

Nesta perspectiva, o agente ideológico e mobilizador dos princípios autoritários se predispõe a ser parte de uma espécie de orquestra política, onde o sujeito passa a reconhecer-se e a enxergar-se como uma peça chave no processo de composição das ações e ideias professadas pelo grupo. As ações de caráter autoritário buscam de forma efetiva e coordenada interferir nos mais diversos segmentos da sociedade, haja vista tratar-se de uma concepção que se nutre do

ideal totalitário, como pensa Arendt (2012) em seu conceito. Para tanto, precisam abarcar uma gama de setores que detém a sua própria dinâmica social de funcionamento. Cientes disso, os movimentos autoritários tendem a utilizar-se de instrumentos ideológicos que tem por objetivo principal simplificar a realidade para apresentá-la da forma mais fluida e assimilável possível para as massas embebedadas de dogmatismo e fanatismo.

Desta feita, escolhemos analisar as estratégias que se materializam em ameaças ao processo educativo brasileiro, o que por sua vez têm demonstrado estreita relação com forças reacionárias ainda mais poderosas por justamente estarem organizadas com tamanha força política, algo que há muito não se via na história recente do Brasil. Entretanto, para além dos aspectos mais generalizantes que este tema possa nos remeter, é imprescindível que nos desafie aos pormenores individualizadores de todo este complexo processo, como é indicado por Karel Kosik em sua obra *Dialética do Concreto*. Daí, debruçarmo-nos também sobre o aspecto psicanalítico destes comportamentos e o como eles nos auxiliam na construção de um entendimento entre o coletivo e o indivíduo como nos aponta Theodor Adorno ao afirmar que “Por isso se considerou necessário, com relação ao fascismo, completar a teoria da sociedade com a psicologia, sobretudo a psicologia social analiticamente orientada” (ADORNO, 2015, p. 71 e 72). Assim, consideramos de extrema importância identificar nestas duas esferas as suas respectivas relações condicionantes no que tange ao projeto afirmativamente autoritário que impacta de forma ferrenha a educação.

Invariavelmente, é certo que a propaganda exerce um papel fundamental sobre a instrumentalização da política como já apontava Hannah Arendt ao afirmar de maneira categórica que “as massas tem de ser conquistadas por meio da propaganda” (ARENDR, 2012, p. 474). Um artifício de dominação calcado na repetição massiva e insistente de seus princípios que, como ferramenta, servem de arcabouço aos movimentos autoritários de maneira extremamente eficaz na ressonância de ideias calcadas naqueles princípios. Deveras, o caráter policromático da propaganda carrega em sua natureza a capacidade de fluidez e capilaridade no esteio social e por conseguinte, entre as instituições que as compõem, como as universidades e escolas. Por meio disso, argumentamos que a energia dos ataques autoritários contra a educação e suas estratégias de propagação ideológica ganharam força para penetrar nesses espaços de maneira tão intensa, chegando mesmo ao ponto de gozarem da receptiva simpatia de muitos indivíduos nestes espaços.

Afiguramos que o irrompimento de uma nova configuração dos movimentos autoritários no Brasil atual, guardam estreitas relações com o contexto global. Para atestar o exemplo clássico dessa tendência, basta lembramos da eleição de Donald Trump nos EUA, trazendo toda uma carga tornitruante e apocalíptica de suas teses para o mundo. Quanto a isso, podemos valer-se do seguinte trecho da obra *O povo contra a democracia*:

Pela primeira vez em sua história, a democracia mais antiga e poderosa do mundo elegeu um presidente que despreza abertamente normas constitucionais básicas – alguém que deixou os seus apoiadores ‘em suspense’, ameaçando não aceitar o resultado da eleição; que defendeu a prisão de sua principal opositora política; e que sem exceção preferiu os adversários autoritários do país a seus aliados democráticos (MOUNK, 1992, p. 16)

Como defendido por Yascha Mounk, a normalização das tendências autoritárias tem se transferido da esfera do discurso de grupos até então mantidos no seu lugar de radicalidade para o controle e influência de governos importantes ao redor do mundo. Como já afirmado anteriormente, o temor de Theodor Adorno quanto ao risco de retorno à barbárie vivida no holocausto talvez esteja mais que justificado pois como nos é sabido, o “holocausto desenvolveu-se passo a passo” (PAXTON, 2007, p. 260) e não de súbito. O governo autoritário é então construído de forma ora explícita, ora implícita. Entretanto, nos dois casos é a resiliência do movimento que infringe golpe após golpe nos inimigos até que se consiga conquistar o controle e encrostar seus princípios. Desta maneira, observamos de maneira geral que comparativamente falando, não são estratégias muito diferentes das praticadas aqui em nosso país. As temáticas podem mudar, mas as táticas e métodos de ataque e de propaganda contra o inimigo comum e de construção do movimento são muito semelhantes. Talvez seja exatamente por isso que funcionem tão bem, principalmente quando não recebem respostas firmes das instituições que deveriam resguardar a democracia a qualquer preço.

Aparentemente, por mais insólita que pareça ser todo o espectro que ronda o fascismo e todas as suas variantes autoritárias, o perigo que estas ideias demonstram ao estarem circunscritas à grupos de tendência radical, de longe se igualam ao risco de quando elas contam com a anuência de seus respectivos cidadãos. Quanto a isso, nos afirma Yascha Mounk ao exemplificar esta concepção com o atual cenário político norte americano e mundial:

Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos das democracias liberais estava muito satisfeita com seus governos e o índice de aprovação de suas instituições era elevado; hoje, a desilusão é maior do que nunca. Há um quarto de século, a maioria dos

cidadãos tinha orgulho de viver numa democracia liberal e rejeitava enfaticamente uma alternativa autoritária a seu sistema de governo; hoje, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. E há um quarto de século, adversários políticos eram unidos em seus respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas; hoje, candidatos que violam as normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam poder e influência. (MOUNK, 1992, p. 19)

Neste ponto, a observação de Yascha Mounk parece reafirmar a constatação de Adorno (2019) no que tange à viva disposição de parcela das massas em direção a um processo claramente autoritário. Para compreender o quanto há de ideológico nesta empreitada, em linha com o aspecto que liga as construções ideológicas desse movimentos, debruçaremos-nos principalmente na tríade formada por: Sigmund Freud, no que tange à psicologia das massas; em Hannah Arendt, quanto ao processo de propaganda de massas e Theodor Adorno, em relação à construção da personalidade autoritária do líder fascista. Estes autores nos fornecem elucidacões que nos auxiliam na leitura da complexa realidade que percebemos hoje.

A ascensão de governos autoritários no mundo em geral e no Brasil em particular, parece ser patente e óbvio. É provável que agora, cabe-nos analisar o como eles construíram uma monumental profonia política, de que maneira palmilharam o caminho do poder, qual o nível de profusão que suas ideias tiveram na sociedade e nas instituições de ensino do Brasil e obviamente, como dar enfrentamento às ações que abertamente ameaçam as liberdades em todos os seus sentidos. Em estado de constante simbiose ao nosso estudo, estaremos sempre, de forma direta e indireta, questionando se Theodor Adorno seria assertivo em sua angústia quando comenta um pensamento freudiano em *Educação e Emancipação*, “Se a barbárie encontra-se no próprio princípio civilizatório, então pretender opor-se a isso tem algo de desesperador” (ADORNO, 1995, p. 120).

Em tempo, inquieta-nos a seguinte reflexão: estaríamos então como humanidade, fadados ao fracasso, lutando ingloriamente em nome da preservação do que chamamos princípios civilizatórios, aguardando o impossível e esperando o improvável? A temeridade que a humanidade tem enfrentado mesmo após os exemplos vividos com o holocausto e outras experiências igualmente condenáveis, leva-nos a questionar se a tentativa de reformulação do ser humano não seria inútil e, portanto, se a educação teria força o suficiente para cumprir tal intento.

2.2.2 *Abordagem metodológica*

Nossa metodologia exige uma releitura do pensamento adorniano quanto ao que tange à educação e à psicologia das massas, pois ele abordou estas duas questões em seus universos específicos de abrangência. Nosso esforço consiste em identificar pontos e elementos da psicologia das massas que contribuem para a invasão do pensamento autoritário dentro da escola. Diante de tal desafio, conduziremos um trabalho de abordagem que desnude aspectos que interliguem o alvitre de nossa pesquisa. Em razão desse esforço interpretativo, o método consistirá de um novo estudo bibliográfico e uma reabordagem conceitual e categórica dos pilares que deslindam sobre a temática do autoritarismo e a educação. Conseqüentemente, será possível trazer de forma luzidia, novas informações sobre a visão que paira sobre as instituições públicas e privadas acerca do projeto Escola sem Partido e a suposta existência de uma sistemática doutrinação no ambiente escolar. Esta pesquisa nos trará algumas percepções pertinentes sobre o quanto dos elementos autoritários, como o do projeto Escola sem Partido, podem afetar e influir nos espaços escolares.

Para tanto, será pertinente apreender o reflexo que estas políticas autoritárias podem representar no corpo componente das escolas e o impacto destas políticas de vigilância propostas pelos movimentos conservadores para a educação brasileira. Saliente-se também que o nosso método interpretativo tem como horizonte de orientação o materialismo dialético, porque em “[...] nosso enfoque, a realidade social é compreendida como uma Totalidade, mas não como um motor ou um organismo e sim como uma Totalidade Complexa, dinâmica, processual, mutante e contraditória” (ARRAIS NETO; SOBRAL, 2002, p. 15).

Quanto aos levantamentos prévios acerca da bibliografia referente ao estudo do tema proposto, até onde nos foi possível analisar, encontram-se elementos que denotam um esforço intelectual bastante importante para a compreensão desse fenômeno autoritário no Brasil e sua inserção na escola. Entre estes estudos, é possível identificar variantes de leituras que perpassam os campos temáticos como a ingerência mercadológica de conglomerados econômicos, perspectivas políticas autoritárias, interesses religiosos conservadores, além de outras vertentes explicativas para o surgimento de fervorosos ataques à educação livre.

Como já esboçado anteriormente, os estudos que analisam o atual momento político brasileiro demonstram uma tendência de compreensão dos movimentos ditos conservadores inseridos em contextos que os ligam ao mote essencialmente político, sociológico, mercadológico da educação, entre outras tendências de análise igualmente importantes e pertinentes. Deveras, todas estas vertentes de estudos nos ajudam a perceber as variantes de

interesse que perpassam o projeto Escola sem Partido e o ligam a um esforço muito maior de desmantelamento das estruturas educacionais do Brasil. Nosso intuito principal centra-se na investigação, a partir da ótica adorniana, de projetos de caráter autoritário como o Escola sem Partido e do quanto eles detém inúmeros elementos de vigilância espelhados na estratégia de controle fascista, visando a massificação do ideal autoritário e a justificação de sua interferência nas instituições educacionais.

A abordagem bibliográfica que realizaremos a partir de Theodor Adorno, Hannah Arendt e Sigmund Freud, nos darão uma sólida base filosófica quanto à essência do fascismo em seus aspectos mais gerais e específicos. Será de vital importância compreender estes conceitos para que possamos fazer uma leitura da construção da personalidade autoritária em torno da liderança dos movimentos conservadores e o como este modelo político autoritário se reflete no escopo socioeducacional. A partir destas observações, precisaremos também levar em consideração o movimento social realizado pelas massas e extrair conceitual e analiticamente, seu modo comportamental no que tange à sua concordância às políticas antidemocráticas. Sendo assim, não podemos nos furtar em interligar as práticas de viés fascistas compartilhadas pelos movimentos autoritários sem entender em termos psicanalíticos o como o corpo social incorpora e corrobora destes princípios. Para tanto, a teoria freudiana nos será muito cara para perceber o quanto e o como os ambientes sociais da escola poderiam ser afetados pela difusão de uma ideologia socialmente corroborada de antiescola, anticiência e negacionista, além do fomento de um modelo de vigilância e denunciamento contra o corpo docente apregoadado pelo próprio governo atual.

A partir da análise de documentos do movimento Escola sem Partido, iremos pontuá-los com algumas tentativas de tramitação na Câmaras Legislativas do Ceará (ALCE), demonstrando justamente a simbiose que há entre o citado movimento e os partidos de matriz autoritária e conservadora no Brasil. Esta observação, nos mostrará que a capilaridade das ideias que criminalizam e perseguem a atividade educativa perpassam por estratégias políticas e incentivos financeiros que fomentam um processo de vigilância sobre a escola. As ações não se dão de forma aleatória, desordenada e sem um fluxo de ideologias que possam ser mostradas ao público como um conjunto coerente de proposições. Há a construção de elementos ideológicos que tentam transpor-se para o âmbito jurídico e assim, ganhar ares de legalidade em seus objetivos.

Entretanto, pretendemos demonstrar que existe uma trajetória e construção de uma narrativa que segue uma lógica muito bem estruturada. Tenta-se primeiramente construir no imaginário psicológico dessas massas uma ideia de desmoralização da educação crítica e de

seus agentes, tanto na educação privada quanto pública. Seguindo-se ao intenso ataque contra esta última o sufocamento e o estrangulamento financeiro da educação pública, esquivando-se os governos neoliberais de tal responsabilidade e por fim, tentando submetê-la às leis do mercado e do capital.

Dos passos anteriormente explanados e apesar da importância e indiscutível ligação entre estas discussões, nosso estudo se esforça em compreender o como as ideologias que compõem a letra do projeto Escola sem Partido em si, transmutam-se em comunicação no discurso autoritário. Também, o como esta narrativa brota no terreno fértil da personalidade autoritária já existente na sociedade, engendrando mecanismos e estruturas ideológicas profascistas do qual Adorno (1995) já desconfiava ser recorrente na humanidade. Se o discurso autoritário e antirracional adentrou na escola mesmo com todo o desenvolvimento, suposto avanço e conhecimento já acumulado pela humanidade, estaríamos então envolvidos de uma luta inglória contra uma tendência intrínseca à sociedade? É este o esforço que a nossa pesquisa fará para depreender da realidade.

3 O FASCISMO INSEPULTO

3.1 A construção social da personalidade autoritária

Como explanado no capítulo dois, os passos trilhados por Adorno na busca de compreender as motivações da sobrevivência dos ideais fascistas parecem ter ganho ares de angústia quando confrontados com a realidade atual. A desesperança em relação a capacidade da humanidade em criar mecanismo de impedimento para o ressurgimento da barbárie inquietou não apenas Adorno, mas outros pensadores em suas respectivas épocas.

Platão, por exemplo, desconfiava da democracia ateniense em sua obra *A República*. A degeneração popularesca do poder levariam os governos às distorções e os manteriam presos a uma espécie de pacto com a mediocridade, pois sendo a base para um governo virtuoso o pleno conhecimento da virtude, estaria o povo muito distante de decidir com sabedoria. Ademais, estando a qualidade do discernimento inacessível ao povo que, mergulhado em sua própria ignorância, não seria capaz de discernir o melhor caminho para a pólis, levando-a tragicamente ao colapso moral e social. A sofocracia⁴ proposta por Platão (2000) visava colocar

⁴ Termo grego que se origina a partir das palavras *sophia* (sabedoria) e *cracia* (governo): ou seja, governo dos sábios.

a direção do governo nas mãos dos melhores cidadãos. Estes aptos, os filósofos e sábios, seriam a concretização da crença platônica na incapacidade do povo em reger seu próprio destino. A pólis precisava guiar-se por aqueles que tivessem o pleno entendimento dos interesses da sociedade, evitando assim que aquilo que entendemos hoje por senso comum, aviltasse o direcionamento prudente dos filósofos.

Desta mesma ideia platônica, observamos com os exemplos da história duas realidades: a primeira é que nem de longe, os governos têm sido dirigidos por filósofos em busca do que seria plenamente justo para todos. Quanto ao segundo aspecto, na medida em que o povo foi ganhando crescente voz participativa e o fascismo soube explorar muito bem essa oportunidade de popularização da política, constitui-se nessa massa um poder de pertencimento cada vez mais forte a uma causa. Uma questão importante que se coloca, como temia Platão (2000), é quanto a massificação dessa ingerência no poder e o como ela poderia levar os princípios mais nobres da política ao patamar de deturpação de seu pleno entendimento e sentido coletivo. Estaria Platão correto quanto ao risco de degeneração da participação democrática do povo? Teria o fato do poder ter se tornado mais acessível ao povo responsável pelo sustentáculo de governos atrozés?

Ao contrário do que muitos imaginavam, o fascismo estava insepulto. Os temores de Theodor Adorno quanto a sobrevivência do ideal autoritário confirmaram-se no mundo e em nosso país. Evidente que o que hoje se apresenta, está muito distante do fascismo clássico, onde bandeiras nacionais desfilam ao lado de estandartes do movimento em questão. Além do que, segundo Paxton (2007), é improvável que sejam copiados à maneira como foram concebidos no século passado. Apesar da baixa possibilidade que o mundo possa vir a testemunhar o nazifascismo do século XX como fora organizado, a sociedade dita “livre e democrática” conseguiu derrotar o fascismo em guerra, mas não foi capaz de o fazer desaparecer por completo da mente e dos corações de muitos indivíduos. Possivelmente, a própria sociedade dita democrática não tinha interesse real em dispendiar tempo, energia e dinheiro em seu completo desaparecimento. Como aponta Konder (2009), governos tidos como liberais e democráticos toleraram durante anos a existência de agremiações nazifascistas disfarçadas das mais diversas denominações, na crença de que o fascismo jamais se levantaria novamente com a força que um dia tivera. A negligência ou conivência foi alimentada pelo espírito de que nada parecia ameaçar os pilares da democracia, além da forte crença na vitória inabalável do sistema democrático, que parecia inquestionável com o seu pleno reinado para os países civilizados, segundo Mounk (2019).

Os últimos eventos políticos e os resultados eleitorais que o mundo tem demonstrado, de longe nos provam que a democracia liberal predominante no ocidente seria, nos termos de Juan J. Linz e Alfred Stepan, a “única opção”⁵ para a humanidade e que seu estabelecimento era desta forma praticamente intocável. A democracia havia se degenerado e o poder que foi dado ao povo foi paradoxalmente utilizado contra a própria sociedade, levando uma parcela significativa das massas a corroborar com ideias que afrontam os princípios que lhes davam voz. As massas passaram a dar coro ao autoritarismo e em nome da própria “democracia e liberdade”, atacavam estes mesmos princípios. Os elementos basilares da sociedade passaram a ser ameaçados em nome de algo surreal e deturpado, ou seja, na defesa de um discurso e de uma política que já não se importava em acabar com os fundamentos democráticos para cinicamente agir em nome da própria democracia. Sendo assim, os princípios que constituem a convivência política foram completamente distorcidos em relação ao que se entende por democracia. É possível que a leitura de Platão se demonstre assertiva nesse ponto, observando nossas circunstâncias atuais e o quanto uma parcela nada desprezível das sociedades tem aderido e apoiado líderes que abertamente não se constroem ao atacar as instituições de representação democráticas de seus respectivos países.

Deveras, Adorno (2019) identificara um aspecto que dava continuidade ao processo autoritário que estava imbrincado na própria sociedade e nunca havia se dissociado dela. Com o estudo da personalidade autoritária foi possível dar um sentido mais consistente à concepção psicanalítica de Freud acerca da massificação de um ideal autoritário, até porquê, é menos provável que o autoritarismo venha a brotar onde não haja terreno propício para ele. A questão central então demonstra que o terreno propício se manteve, apesar do esforço supostamente elaborado pelas democracias liberais remanescentes no pós-Segunda Guerra, de desqualificação do fascismo como projeto social e de governo, como nos atesta Mounk (2019).

Consoante ao alerta de Adorno (1995) de que o nazismo ainda sobrevive, é natural que a potência do fascismo como força política encontre-se latente na sociedade e disfarçada de vários outros espectros políticos. De acordo com esta tese, o desafio mais urgente que a humanidade poderia possuir neste atual momento histórico, centrar-se-ia em reconhecer e identificar as tendências que levaram os projetos de matiz autoritária a chegarem ao poder. Inevitavelmente, será importante compreender que foi construída uma relação de unidade que instava no seio das sociedades europeias do período Entreguerras e esta circunstância, por sua

⁵ Juan Linz e Alfred Stepan, “Toward Consolidated Democracies”, *Journal of Democracy*, v. 27, n. 2, 1996, pp. 14 - 33.

vez, estava ligada ao processo de arremate das massas em sua relação com um líder. É desta força intrínseca do movimento das massas que surge o agente mobilizador de determinados setores em torno de certas ideias, como aponta Gustave Le Bon, citado por Freud, ao afirmar que “Há ideias e sentimentos que só surgem ou se transformam em ações nos indivíduos ligados numa massa” (FREUD, 2017, p. 41).

Conforme ao já exposto, podemos analisar um primeiro aspecto acerca daquilo que necessariamente se coloca como elemento básico dos movimentos fascistas em particular e autoritários em geral, consubstanciando-se em sua estreita ligação com as massas. Esta simbiose edifica os laços que engendram as relações que vão para além de uma simples ordenação de submissão e obediência, mas tomam consigo um importante sentimento de pertença por parte das massas à ideologia apregoada pelo líder. Com o retorno dos movimentos autoritários ao cenário da política mundial, não é possível ignorar a insólita posição destes líderes políticos no Brasil e no mundo e a maneira como eles transpõem suas posições para as massas hoje, conforme Mounk (2019). Este processo de transposição das crenças e sua respectiva assimilação por parte das massas, foi uma das questões que mais inquietou Freud, no que ele aponta: “Mas o que é uma ‘massa’, como ela adquire a capacidade de influenciar a vida psíquica do indivíduo de modo tão decisivo e no que consiste a modificação psíquica que ela lhe impõe?” (FREUD, 2017, p. 40). Conforme a perspectiva freudiana, há um delineamento importante na relação do líder para com as massas e destas por sua vez, com os indivíduos que a compõem. Nesta análise, Sigmund Freud parece aproximar-se do entendimento de Gustave Le Bon de que as massas anseiam por controle e admiram um líder forte e autoritário ao ponto de abrir mão da própria liberdade, conforme Le Bon (2018).

Consequentemente, o esforço elaborado por alguns pensadores posteriores a Le Bon e a Freud, centram-se na busca de compreender elementos da psicologia social que pudessem elucidar aspectos que perpassam o caráter comportamental das massas quanto aos fatores responsáveis por sua mobilização. Embora muitas lacunas acerca dos movimentos autoritários fascistas ainda estivessem se desenvolvendo à época de Freud e eram inexistentes ao tempo de Le Bon, a psicologia das massas desenvolveu-se e trabalhou arduamente a fim de investigar a natureza de um fato novo em relação a mobilização das massas, que eram os elementos psicanalíticos que serviam de sustentáculo ao fascismo. Por sua vez, nomes como Wilhelm Reich representaram posteriormente um esforço de entender a adesão das massas ao fascismo por um caminho de análise nomeado de “economia sexual”. Wilhelm Reich empreende um método de compreensão distante da linha tida como ortodoxa e economicista do marxismo

vigente, dando lugar a uma interpretação de elementos subjacentes do comportamento coletivo, até então tidos como subjetivos demais para serem dignos de um estudo mais sério.

Ademais, os debates acerca do caráter mobilizador do fascismo inevitavelmente levaram diversos pensadores a um embate sobre os elementos que, para muito além do materialismo marxista clássico, contribuiriam para esclarecer a psicologia das massas. Wilhelm Reich por exemplo, tece algumas críticas à pensadores que em sua perspectiva, não teriam dado a atenção necessária à movimentos que necessariamente precisariam de uma ótica diferenciada de análise. Erich Fromm seria um desses autores que segundo Wilhelm Reich, teriam relaxado em buscar uma abordagem mais abrangente da mentalidade que perpetuaria o autoritarismo nas massas, ao afirmar que “Foi sobretudo Erich Fromm quem veio mais tarde a desconsiderar totalmente o problema sexual das massas humanas e sua relação com o medo da liberdade e o desejo de autoridade” (REICH, 2001, p. 204). As críticas apresentadas por Reich à posição de Fromm, parecem não ser de todo justas, haja visto que Fromm (1965) defende a necessária ligação entre os indivíduos e a psicologia dos grupos, sendo essa relação também mediada pelos fatores de caráter sexual. De todo modo, o contributo de Erich Fromm que mais interessaria ao nosso estudo em questão, centra-se no fato de que os indivíduos e os grupos externam mecanismos comportamentais que os fazem sucumbir a autoridade. Este é um fator que, até os dias atuais, podem nos esclarecer algo acerca da sobrevivência de elementos fascistas e a submissão das massas aos seus princípios.

Decerto que, enquanto o estudo freudiano nos esclarece previamente alguns aspectos psicanalíticos da concentração das massas, esta perspectiva nos fornece importantes instrumentos para pensar os fatores de mobilização política das massas que Hannah Arendt irá trabalhar em sua obra acerca dos movimentos totalitários. Dentro desse ensejo, uma simples pergunta se coloca como fundamental para compreender a subsistência dos séquitos autoritários que voltaremos a investigar de forma mais profunda por base no questionamento: mas o que liga as massas e o que as mantêm unidas? Num prelúdio esclarecedor, Sigmund Freud nos dá uma concepção prévia do que seria a natureza comportamental desses grupos sociais

A massa é extraordinariamente influenciável e crédula; desprovida de crítica; para ela, o improvável não existe. Ela pensa por imagens que se evocam associativamente umas às outras, tal como ocorre ao indivíduo nos estados do livre fantasiar, e nenhuma instância razoável afere sua correspondência com a realidade. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exagerados. Assim, a massa não conhece nem a dúvida e nem a incerteza (FREUD, 2017, p. 50).

Conforme observado por Freud, as massas são altamente sugestionáveis e creem facilmente em ideologias que preencham o seu vazio crítico. Elas sentem uma necessidade coletiva de acreditar em algo que traga soluções para seus desesperos e anseios, sendo capazes de depositar de forma cega a sua completa confiança a um líder que consiga comunicar-lhes um amor ou ódio específico a algo ou alguém. A suspensão de seu juízo crítico dá lugar à juízos de valor que concordarão e seguirão cegamente uma ideia, não porquê ela faz sentido e sim porquê de alguma maneira, ela lhe diz e representa algo. O medo de apropriar-se da própria liberdade de pensar por si mesmo e deter o próprio juízo, entrega as massas aos braços daqueles que pretendem dirigi-las e manejá-las de alguma maneira (FROMM, 1965).

Os indivíduos, por sua própria natureza buscam crer e apegar-se a algo. Entretanto, a força de uma crença aumenta proporcionalmente ao número de pessoas que compartilham de um determinado ideal, pois estar isolado em uma crença para um indivíduo soa desesperador. Daí que, encontrar um terceiro ou um grupo que compartilha das mesmas ideias, dá fôlego e segurança a quem defende determinados princípios. O sujeito já não se encontra sozinho em seu livre fantasiar, ele agora compartilha com outros as ideias semelhantes. Entre estas pode estar a crença na existência de uma doença qualquer ou a necessidade de extermínio de um determinado povo. Quanto a este último, dizia Freud (2017) que as massas têm o caráter e a capacidade de esconder as ações individuais e, talvez, isto sirva muito bem ao papel de transformar os indivíduos em invisíveis na defesa social da violência, do preconceito ou do totalitarismo, por exemplo.

Sendo algumas das características essenciais das massas estudadas por Sigmund Freud em sua obra *Psicologia das massas e análise do eu*, mobilizadas por inúmeros fatores de caráter sóciopsicológicos, é importante que identifiquemos alguns dos elementos que interpenetram-se entre os indivíduos e os grupos dos quais fazem parte e o como os elementos psicanalíticos individuais, dialeticamente relacionam-se com as influências mobilizadoras externas analisadas por Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo*.

O ponto nevrálgico de convergência entre os fatores individuais e coletivos deste processo nos levam a duas observações que se entrecruzam de forma constante. Uma refere-se ao fato de como as massas se unem e a outra aponta para o elemento que impulsiona-as a um constante estado de mobilização. Para Arendt (2012), não bastaria apenas unir as pessoas em torno de um propósito, é necessário que elas enxerguem nesse ideal um exercício contínuo a ser perseguido sob a liderança de seus respectivos mentores. Quanto ao aspecto relacional do

indivíduo com as massas e os elementos que os unem, fortificam e os mobilizam, analisaremos adiante.

3.1.1 A personalidade autoritária e a simbiose com as massas

Percebendo os fatores psicanalíticos que geram crença e coesão entre os indivíduos numa massa, cabe-nos investigar agora alguns pontos cruciais que alimentam o indivíduo na construção de sua personalidade autoritária. Por conseguinte, observando o como as massas contribuem na manutenção de um sujeito atomizado e atrelado a uma ideologia e posição autoritárias. Esta posição só é perceptível na medida em que estes movimentos conseguem alimentar um sentimento de constante mobilização entre os adeptos dos grupos de orientação autoritária.

Identifica-se desta maneira que a construção deste tipo de força política, ao ser diluída no corpo social, é responsável por energizar todo e qualquer tipo de posição fundamentada em movimentos desta natureza. Empoderadas em suas crenças, mobilizam-se visando justamente desmontar os fundamentos democráticos da educação com a imposição de seus projetos conservadores. Consoante a este princípio, as massas caem numa constante necessidade de serem alimentadas por uma vaidade narcísica de identificação com o líder e assim se mantém até que algo significativo ocorra ao movimento.

A personalidade autoritária de um indivíduo, por si mesma, não garante a concretização das ações que alguém professa em palavras ou expõe em ideias. Ser possuidor da chamada “personalidade autoritária” não é garantia de levar até às últimas consequências as atitudes mais vis que um governo de natureza antidemocrática possa vir a fazer. Entretanto, como nos indica Adorno (2019), a personalidade autoritária é um “potencial” e um constante estado de “prontidão” que pode, dependendo das variantes, tornar-se ação efetiva e tendo em vista representar um apoio explícito ou implícito a tais ideologias. Dentro deste processo de relação entre indivíduo e coletivo, de alguma maneira são criadas percepções que preenchem os anseios personalistas do sujeito e de alguma forma, lhes dão voz ao corroborarem com suas impressões de mundo.

Entretanto, junto a uma amplidão de possibilidades e estratégias políticas que os movimentos autoritários pudessem se dispor, a sustentação de tais movimentos estavam intrinsecamente ligado às massas. Desta feita, estando um considerável número de pessoas

convencidas do propósito de tal movimento, os incautos, indecisos e covardes, estariam dispostos a no mínimo bradar em defesa de tais ideologias. Apesar de muito das ideias autoritárias estarem envoltas de um vistoso caixilho e até certo ponto, compreensível anseio conservador, os indivíduos mobilizados em torno de um propósito autoritário, agiam não apenas por convencimento momentâneo, mas por sua “prontidão e disposição” em fazer parte daquela determinada ideologia, como já denotado por Adorno (2019).

Ademais, para que algum indivíduo se dispusesse a defender tais princípios autoritários e sentir-se ainda mais seguro e confortável em sua decisão, é fundamental que este sujeito compartilhe ideias entre seus iguais e possa igualmente contrair os mesmos sentimentos de pertencimento que as massas podem dar aos indivíduos vulneráveis à discursos de caráter politicamente totalizantes. Desta feita, muitos aspectos morais de um indivíduo são aflorados ou escondidos dependendo do apoio social que ele possa vir a ter. Freud afirma que “O núcleo da chamada consciência moral é o ‘medo social’” (Freud, 2013. p. 44), sendo assim, é plausível dizer que incontáveis pessoas na Alemanha nazista tinham plena consciência do que estava ocorrendo no país, tanto aos judeus, quanto a outros grupos que eram sistematicamente perseguidos pelo regime. Decorrente ainda desta tese, como também afirma o mesmo autor ao dizer que “A massa tem o poder de esconder as ações individuais” (op. cit. p. 43), os sujeitos atraídos por este discurso, sentem-se empoderados para agir anonimamente sob a cortina coletiva das decisões e ações arbitrárias.

A massa compele o indivíduo a agir conforme os impulsos reativos aos seus mais diversos sentimentos como o amor, o ódio, a esperança, o medo, a frustração e/ou libido, etc. Seu encorajamento cresce de forma diretamente proporcional ao ímpeto que possui em confluência e simbiose do fervor das massas em vibrante fanatismo. O caráter anônimo que as massas evoluem o sujeito, o insuflam de coragem para agir e defender quaisquer ideias ou princípios, por vezes irracionais e claramente absurdas, mas que por serem compartilhados coletivamente, dão ao sujeito atomizado um arcabouço ideológico para a defesa de suas ideias. Sigmund Freud demonstra a força das massas sobre a crença dos indivíduos, quando afirma em sua obra *Psicologia das massas e análise do eu*

Ora, quando se fala de psicologia social ou das massas, costuma-se desconsiderar essas relações e isolar como objeto de investigação a influência simultânea exercida sobre o indivíduo por um grande número de pessoas com as quais ele está ligado por um vínculo qualquer, (...) Portanto, a psicologia das massas trata do indivíduo como membro de uma tribo, um povo, uma casta, uma classe, uma instituição ou como elemento de um grupo de pessoas que, em certo momento e com uma finalidade determinada, se organiza numa massa. (FREUD, 2017, p. 36 e 37).

O indivíduo por sua vez, nunca é completamente desligado das massas, pois esta é a sua condição natural como ser social. Porém, ao deixar-se levar vertiginosamente pelos anseios de determinados grupos sociais, sua individualidade passa a sofrer uma profunda influência de dois elementos psicológicos caros a todo ser humano, a aceitação e a rejeição. O chamamento do fascismo por exemplo, não era apenas o fazer parte de algo e a construção de uma camaradagem recíproca entre os seus membros, mas como nos aponta Paxton (2007), objetivava uma espécie de “revolução da alma”. Na leitura de Fromm (1965), esta perspectiva ganha ares ainda mais psicanalíticos ao colocar o medo do indivíduo em assumir a sua própria liberdade e sua regressão ao estado de submissão ao poder instituído. Em ambas as perspectivas, o processo de conversão aos princípios autoritários, transformaria o sujeito em um partícipe de qualquer plano que o líder estivesse disposto a implementar, fosse ele de mero aspecto estético e cultural, como até mesmo levar a termo o completo extermínio de um povo, como o praticado no holocausto. Neste último caso, verifica-se concretamente esta anuência nos casos já citados de Albert Speer e Adolf Eichmann. Ademais, retornando a estes dois exemplos de partidários que vieram do povo ou das classes médias, é possível depreender que tantos outros, como nos atesta a história, serviram deste mesmo elo entre os líderes e as massas na construção de tal movimento. Consequentemente, cabe a seguinte reflexão: como o ideal autoritário poderia compor um projeto de controle educacional e quais mecanismos fariam com que tivesse apoio das massas?

Para que possamos compreender um outro aspecto da relação dos indivíduos com as massas e o quanto elas ligam-se aos anseios individuais mais diversos, é preciso perceber que esta relação não se constitui apenas em convencer os indivíduos de uma determinada ideologia. As crenças, assim como são absorvidas, também podem ser abandonadas se não forem constantemente alimentadas com os princípios que lhes dão fundamento. Conscientes do papel indispensável da propaganda, mas também do processo de formação ideológica das massas, os movimentos autoritários sabem que a educação é o instrumento que pode formar continuamente indivíduos envoltos de uma determinada doutrina política.

Sobre o poderoso aspecto formativo que a educação possui, nos comenta o autor Bernard Charlot a partir de um fundamento básico da escola nascido no contexto da Revolução Francesa e do qual, todos os outros princípios que dela derivam

A educação é política. Esta afirmação, há ainda poucos anos, passava por uma profissão de fé revolucionária e causava certo escândalo. Opunha-se a ela a vocação

laica da escola. Era emprestar aos fundadores da escola laica um anseio de neutralidade política que estava longe de ser o seu. [...] No espírito dos fundadores da escola laica, laicidade, não significa portanto, neutralidade. [...] A neutralidade política da escola só se define, portanto, em função de um postulado, ele próprio, político. (CHARLOT, 1983, p. 11-12).

Para Charlot (1983), no princípio da escola laica, a laicidade não significa uma neutralidade e apatia política. Conseqüentemente, o postulado de neutralidade da escola esconde a tentativa de imposição do próprio elemento que os conservadores criticam, como é possível refletir no que segue: “A neutralidade política da escola só se define, portanto, em função de um postulado, ele próprio, político” (CHARLOT, 1983, p. 12). Observa-se portanto que, o discurso da suposta neutralidade da educação, em si, já carrega o seu cerne ideológico de negação da discussão crítica, que por sua vez, se consubstancia em ato político conservador. Sendo impossível suplantar o caráter político da escola, ao qual lhe é natural e essencial, visa-se no final das contas dissuadir a crítica e condicionar as interpretações que se coadunem com o objetivo de conformidade a ideologia dominante instituída.

Os movimentos autoritários em geral e os que particularmente se constituem no Brasil sabem que para iniciar a construção da “revolução da alma” através da homogeneização das ideias e comportamentos, o estrangulamento da liberdade reflexiva é fundamental. A composição de um ideal visa talhar as individualidades críticas e criar elementos de identidade entre os membros de tais movimentos políticos. Em nosso país, essa onda ganha novas conotações e representações, falando-se mesmo em uma suposta “Revolução Conservadora”, que levaria o país a retomar um rumo ideológico alinhado à valores relativos a um deturpado conceito de Deus, uma pátria imaginária e um tradicional e enviesado entendimento de família.

Assim, os líderes de movimentos autoritários, nacionais e internacionais, conhecem muito bem o valor do controle sobre as massas para a concretização de suas ideologias. A educação neste processo soa como um instrumento um tanto óbvio na construção desse ideal político com um todo. Ocorre, porém, que as relações que se dão entre os indivíduos componentes do movimento para que estas ideias vingam, é que farão toda a diferença nos governos de matriz ou inspiração fascista. Os indivíduos se reconhecem e se identificam entre si por suas crenças comuns e o grupo por sua vez, constrói o seu processo de simbiose e identificação com o líder, como nos aponta Freud (2017), Adorno (2015) e Arendt (2012).

3.1.2 O líder como personificação do “eu”

As massas podem construir relacionamentos em comum e por esta razão, elas ligam-se. Entretanto, cada sujeito é uma espécie de incorporação de um todo social e portanto, uma representatividade do líder autoritário. Quando o sujeito passa a concatenar as suas ideias com as do líder e perceber seus pontos de semelhança, temos então a identificação como primeiro ponto chave no processo de simetria e nivelamento das visões de mundo. A partir deste processo são construídos laços ainda mais estreitos entre aquilo que o sujeito crê como aceitável em sua percepção da realidade e o que é defendido pelo líder. Quando estes dois entendimentos entram em confluência, pautasse no correligionário uma ideologia da qual o sujeito se tem na conta de um possuidor de princípios potestades.

Sendo tal responsabilidade confiada ao indivíduo comum, o adepto por sua vez empodera-se como alguém que foi dotado pelo líder autoritário da incumbência de defender a todo custo, os princípios de um movimento que agora pertencem ao próprio assecla. Os dois, o líder e seu adepto, estão em luta encarniçada contra o inimigo comum, interno e/ou externo, que só pode ser derrotado com a imprescindível ajuda de um sujeito que até então, estava esquecido pela sociedade, sem protagonismo ou visibilidade. Envolto de suas convicções mais toscas, vivendo às sombras de alguma viela ou condomínio de luxo de seu país, inibido por não poder dizer o que realmente pensa sobre a sociedade, que ele enxerga como decadente, o sujeito encontra na figura do líder, alguém que potencializa a sua voz, como afirma Mounk (2019).

Por conseguinte, o sequiz vê como oportunidade de concretização de seus ideais, a sua completa anuência a um poder externo que representa princípios que ele muitas vezes não ousa defender de forma aberta. Constrói-se a possibilidade de refrigério por parte do simpatizante que verá fruir, embora não diretamente de suas próprias mãos, mas com o mesmo valor simbólico e prático, o poder sobre outras classes e grupos que o enojam. Conforme Fromm (1965), esta submissão ao poder tem uma tendência sadomasoquista por parte dos indivíduos, alimentada pela admiração ao poder e a autoridade, levando-a a submeter-se a esta. Entretanto, Adorno colocaria este comportamento de forma mais ativa do que resignada, onde a atuação dos sujeitos se coadunariam ao autoproclamado autoritarismo fascista, calcado justamente na “personalidade autoritária” já apregoada por Theodor Adorno e que constituiria a base das fundações humanas do fascismo.

Esse apoio demonstra-se cada vez mais inexorável na medida em que o fundamento deste poder torna-se mais pleno e o domínio se faz perceber de forma mais concreta sobre a

sociedade. Isso porquê, o seu deleite está justamente no fato dos membros dos movimentos autoritários estarem convictos de possuir um poder que lhes foi imputado pelo líder, a fim de agir contra todos aqueles que representem uma ameaça a nova ordem. Os inimigos devem ser combatidos, expostos, expurgados e/ou denegridos na condição social que representam, sejam comunistas, esquerdistas, artistas e no caso especificamente brasileiro, os professores. Para tanto, é imprescindível que as divisas existentes entre os líderes e as massas sejam simbolicamente estreitadas, como nos aponta Adorno na seguinte passagem

Os típicos líderes fascistas são frequentemente chamados de histéricos. Não importa como chegaram a essa atitude: seu comportamento histérico satisfaz certa função. Embora reflitam os seus ouvintes na maioria dos aspectos, diferem deles em um ponto importante: não conhecem inibições ao se exprimir. Eles atuam de forma vicária por seus ouvintes desarticulados ao fazer e dizer o que os últimos gostariam mas não conseguem ou não se atrevem a tal. Violam os tabus que a sociedade de classe média colocou sobre qualquer comportamento expressivo por parte do cidadão normal e realista. (ADORNO, 2015, p. 145).

A colocação de Adorno parece apontar de onde se oriunda o poder assimilado por certos alunos, para enfrentar professores que aproximam-se de uma determinada conduta condenada pelo seu líder. O poder concedido pelo líder espriasse pela sociedade como sinais claros de combate aos inimigos do movimento, da mesma maneira como boa parte da população da Itália fascista e da Alemanha nazista haviam sido não apenas coniventes com estes movimentos, mas entusiastas daqueles regimes, como afirma Paxton, (2007). Os partidários são conclamados a agir como sátrapas, os verdadeiros olhos e ouvidos do rei. Aqueles que vão ajudar o mentor e líder autoritário a implementar as mudanças necessárias, afastando e perseguindo todos que possam representar uma ameaça à concretização dos planos de governo.

No âmbito da educação, os sectários presentes nas instituições escolares ganharam a oportunidade de lutar por uma causa, sendo transformados em partícipes de um grande movimento no qual sentem-se construtores e, por sua vez, convencidos de seu papel precioso de agentes da mudança, convencendo-se não da necessidade de pensar, mas agir. Sua tendência personalista autoritária ganha ares de personificação. Se o líder incumbiu-lhe de tal poder, se lhe foi confiado tal tarefa, ele não podia ser um mero espectador dos acontecimentos e dos fatos. Era necessário estar ao seu lado, servir-lhe de escudo, multiplicador de seus princípios e membro de seu exército. Vislumbrava-se alguém com poder e no poder, que os avalizava para defender os princípios autoritários, não se envergonhar deles e dar combate a qualquer um,

inclusive aos próprios professores, que se atrevessem a levantar questões contrárias ao movimento.

Pensando que este espírito autoritário invada o o espaço social da própria escola, parece plausível corroborar com a ideia adorniana quando assertivamente ele volta à questão da sobrevivência do fascismo em sua obra *Aspectos do novo radicalismo de direita*, quando nos afirma que “os pressupostos sociais do fascismo ainda perduram. [...] apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduram de forma imediatamente política” (ADORNO, 2020, p. 45). Theodor Adorno alerta para o risco de subestimação desses movimentos ao refletir que “Não se deve subestimar estes movimentos devido a seu baixo nível intelectual e devido a sua ausência de teoria” (Ibid., p. 54). Consequentemente, dentro do próprio ambiente escolar é possível ser construído bastiões de vigilância conservadora, pois como já citado pelo filósofo, os movimentos de caráter autoritário não precisam valer-se de princípios racionais para abalar as estruturas do ambiente educacional. Segundo Wolfgang Leo Maar, a perspectiva adorniana concebe o sujeito “como resultado de uma interação com a realidade social. Ou seja, sobretudo como educação política” (MAAR, 1995), sendo a transformação na educação possível por meio da crítica da sociedade uma atitude política, não admira que as tentativas de controle da educação persigam estes mesmos meios.

Porém, para atingir esse controle conservador é necessário que o estágio da personalidade transmute-se em personificação. O sujeito autoritário não apenas concorda com o líder igualmente autoritário, mas é também a personificação dele em seus gestos, expressões, ideias, palavras, comportamentos, enfim, na reordenação espelhada de sua personalidade que agora se engendra de forma claramente autoritária em seu próprio cotidiano, inclusive escolar. Este segundo espectro de comprometimento ficaria reservado aos indivíduos mais tenazes e que transporiam do nível de concordância complacente, para o de atitude militante. Apesar desta concepção, é importante ressaltar que os estudos mais aprofundados acerca destes fenômenos, asseguram que o elemento fundante da proximidade do indivíduo com estas ideologias não estão somente nos fatores isolados e particularistas. Entretanto, é indubitável que existam correlações claras de determinados vetores sociais e que eles podem ser estudados e analisados, em particular ou em conjunto, na busca de compreender o processo de influência formadora da personalidade autoritária e a sua conseqüente personificação no sujeito. Quanto a concepção da receptividade às ideias autoritárias, nos aponta Adorno

A preocupação maior foi com o sujeito *potencialmente fascista*, aquele cuja estrutura é tal que o torna particularmente suscetível à propaganda antidemocrática. Dizemos,

‘potencialmente’ porque não estudamos indivíduos que eram declaradamente fascistas ou que pertenciam a organizações fascistas conhecidas. No momento em que a maior parte dos nossos dados foi coletada, o fascismo havia acabado de ser derrotado em guerra e, portanto, não esperávamos encontrar sujeitos que se identificassem abertamente com ele; ainda assim, não foi difícil encontrar sujeitos cujo perfil era tal que indicava que eles prontamente aceitariam o fascismo se este se tornasse um movimento social forte e respeitável (ADORNO, 2019, p. 72, grifo do autor).

Pelo objeto de estudo de Adorno, é possível perceber que de alguma maneira, o fascismo ainda existia como força pujante na sociedade do pós-guerra. Nossa atenção direciona-se ao fato de que a disponibilidade das pessoas em aderir a um movimento de caráter autoritário é mais presente do que se pensava até então, apesar dos exemplos demonstrado de forma tão trágica pela história. Entretanto, como também nos aponta o estudo em questão, para uns a derrota do nazifascismo demonstrou uma grande e dolorosa lição. Para outros, representou a nostalgia por um regime que havia sonhado com a edificação de uma sociedade melhor, e que encontra espaço e reverbera até hoje sob novas facetas (PAXTON, 2007).

Ademais, referimo-nos a indivíduos que demonstram não apenas a sua predisposição personalista em integrar as fileiras de tal movimento, mas se encontram em plenas condições de aliar-se e identificar-se com qualquer líder que venha a defender abertamente e sem atavios, os princípios que em geral ele próprio já professa, muitas vezes em discrição. Este sujeito autoritário carrega consigo a necessidade narcísica de transpor para o mundo, as suas convicções e sua visão de mundo. Sobre o caráter narcísico, Theodor Adorno considera que o conceito de *identificação* em freudiano, demonstra “mais uma vez, corresponde à semelhança da imagem do líder com o engrandecimento do sujeito: ao fazer do líder seu ideal, ele ama a si mesmo” (ADORNO, 2015, p. 169) e também ao afirmar, “Na psicanálise, narcisismo significa investimento libidinal no próprio eu, em vez do amor a outros seres humanos” (ibid., p. 195). Esta análise destoa de uma visão segundo a qual, a aceitação do autoritarismo como tal e a submissão do sujeito a tal regime, seria o voltar-se para o *isso* em detrimento exclusivamente do *eu*. Notadamente, o caráter fulgurante do processo de liderança nos regimes autoritários, faz do movimento algo, de fato, *sui generis*.

Na visão do filósofo Vladimir Safatle, as perspectivas racionais, que em si, sempre se demonstraram em aspectos bastante limitados no que tange à política, tomam corpo de forma ainda mais evidente pelo “circuito dos afetos”. Para Safatle (2016) os embates concernentes as diferenciações políticas em suas respectivas visões de mundo, consolidam a construção de uma leitura que não se volta para o entendimento das contradições do real e sim, da imposição de

uma percepção completamente ideológica e enviesada da realidade. O esvaziamento de sentido nas discussões de caráter político é propositalmente distorcido para que se procure sobrepor-se ao adversário e derrotá-lo em discursão, não importando a veracidade dos fatos ou a validade dos argumentos. Os afetos se sobrepõem aos fatos científicos e aos argumentos racionais, auxiliando na solidificação de um comportamento narcisista do sujeito autoritário, haja vista a busca incessante em diminuir o outro como objetivo principal.

Sendo assim, a sujeição ao líder dá-se para além do sentido de uma submissão absoluta e incontestada, como poderíamos ser levados a crer, mas que em sua sombra de servilismo, há o sopro da autoconstrução de um poder individual alimentado pelo pertencimento ao grupo. Daí depreendemos que para além do aspecto constituinte de pertencimento à massa, há o desejo narcísico de vangloriar-se por sentir-se melhor e superior aos outros da sociedade que são indiferentes ou contrários ao movimento autoritário em questão. Consequentemente, tanto os impulsos autoritários quanto narcísicos, estão imbuídos de um mesmo estratagema do “circuito dos afetos”. Quanto a isto, nos fala Vladimir Safatle na seguinte passagem

[...] a própria noção de ‘afeto’ é indissociável de uma dinâmica de imbricação que descreve a alteração produzida por algo que parece vir de exterior e que nem sempre é constituído como objeto da consciência representacional. Por isso, ela é a base para a compreensão tanto das formas de *instauração sensível da vida psíquica* quanto da natureza social de tal instauração. Fato que nos mostra como, desde a origem: ‘o *socius* está presente no Eu’. Ser afetado é instaurar a vida psíquica através da forma mais elementar de sociabilidade que passa pela *aiethesis* e que, em sua dimensão mais importante, constrói vínculos inconscientes (SAFATLE, 2016, p. 38, grifos do autor)

Desta maneira, sendo a ótica autoritária mobilizada pelos afetos, faz-se necessário não apenas compreender a construção narcísica do *eu* na ambivalência entre os indivíduos e seus líderes, mas na forma como lhe dar com tal construção social de submissão e transmutação em espelho personificado do líder. Em vista não apenas da análise, mas sobretudo do agir contra as estratégias autoritárias, seria profícuo perceber que se faz necessário ações dentro do mesmo circuito dos afetos, o que denotaria uma mudança na percepção da maneira como os embates políticos se dão e o como eles podem ser tratados na dinâmica da realidade, como nos apresenta o autor

Tal capacidade instauradora da afecção tem como consequências políticas maiores. Pois tanto a superação dos conflitos psíquicos quanto a possibilidade de experiências políticas de emancipação pedem a consolidação de um impulso em direção a mutação dos afetos, impulso em direção a capacidade de ser afetado de outra forma. Nossa

sujeição é afetivamente construída, ela é afetivamente perpetuada e só poderá ser superada afetivamente, a partir da produção e uma outra *aiethesis*. O que nos leva a dizer que a política é, em sua determinação essencial, um modo de produção de circuito de afetos, da mesma forma como a clínica, em especial em sua matriz freudiana, procura ser dispositivo de desativação de modos de afecção que sustentam a perpetuação de configurações determinadas de vínculos sociais (SAFATLE, 2016, p. 38 e 39, grifos do autor)

Levando em consideração esta assertiva, podemos refletir que a construção da personificação autoritária passa necessariamente pelos circuitos dos afetos, que por sua vez, preenchidas de uma natureza intensamente emotiva, nos fomenta a uma discussão ainda mais profunda acerca do caráter racional e irracional dos movimentos autoritários. Nesse ensejo, torna-se evidente que o viés narcisista da personificação autoritária, consoante a ligação prévia por meio da identidade com o líder, antes de mais nada reflete a base psicanalítica do *isso* para com o *eu*, sendo esta ligação, inevitavelmente também de caráter emotivo.

Mediante o que já fora analisado até aqui, depreende-se que a mobilização dos movimentos autoritários necessitam, assim como os movimentos políticos e religiosos de uma maneira em geral, atingir o ego dos indivíduos para que haja ação em defesa de certos princípios. Porém, esta mobilização dá-se quando primeiramente existe uma “predisposição” de certos indivíduos ao chamado autoritário. Importante salientar que, quando referimo-nos à predisposições autoritárias, no entendimento de Adorno (2019), levamos em consideração as predisposições psicológicas e as inclinações políticas que cada indivíduo carrega consigo, aliadas as circunstâncias políticas às quais ele será exposto e inevitavelmente inserido em seu contexto social, que lhe é natural e inseparável (FREUD, 2017; LE BON, 2018; MARCUSE, 1968). A civilização por sua vez, parece conter na citada “predisposição” a semente de um progresso que na realidade se consubstancia no que corrobora Herbert Marcuse ao dizer que “A dominação e o aumento do poder e da produtividade prosseguem através da destruição, para além da necessidade racional” (MARCUSE, 1968, p. 105).

Se por acaso as circunstâncias políticas de um determinado país forem favoráveis à propaganda fascista, mas um certo indivíduo em questão não possuir um viés de conformidade com a violência, mesmo que apenas em nível de concordância ideológica, é pouco provável que essa pessoa seja convencida de tal projeto e, conseqüentemente, compactue ou contribua com o regime. Por outro lado, um indivíduo que detenha, senão todos, mas o suficiente dos traços apresentados por Adorno (2015) que caracterizam a personalidade autoritária, é muito mais

preeminente que a sua capacidade de identificação com o líder e personificação das ideias autoritárias brotem com maior velocidade e vigor.

Na perspectiva de Theodor Adorno, os traços que comporiam a personalidade autoritária estariam fundamentados nos seguintes elementos gerais dos sujeitos sociais, “convencionalismo, submissão à autoridade, agressividade, anti-intelectualismo, antissentimentalismo, superstição e estereotipia, preocupação com poder e força, destrutividade e cinismo, projeção e preocupação exagerada com sexo” (ADORNO, 2015, p. 31). Estes elementos de longe, determinam se alguém comporá um movimento autoritário em sua integralidade. Entretanto, o que possivelmente o estudo de Adorno defende é que os indivíduos que se demonstram dispostos a apoiar tais movimentos, carregam esses mesmos traços de personalidade. Ou seja, os traços de personalidade que conseqüentemente compõem o ‘eu’ como sujeito propenso à ação na sociedade, não está preso a um simples elemento gregário do comportamento humano, como delineado por Le Bon e já criticado pelo próprio Freud em *psicologia das massas e análise do eu*.

Ainda que determinados traços de personalidade não sejam os indicativos fulgurantes que direcionem obrigatoriamente o agir dos indivíduos, é certo que este agir conta com a sistematização ideológica em torno de si e das próprias crenças, junto aos traços de personalidade que lhe são próprios. Esses traços não anulam as potencialidades da personalidade autoritária investigadas por Theodor Adorno, como afirma ele ao refletir que “O que as pessoas dizem e, em menor grau, o que realmente pensam depende em larga medida do clima de opinião no qual elas vivem” (ADORNO, 2019, p. 76). Sendo assim, estariam espalhados pela sociedade um número nada desprezível de pessoas que seriam suscetíveis ao ideal autoritário, se assim as condições sociais, políticas, econômicas, etc, entrassem em sintonia com o que o autor chama de “uma questão de potencialidades” em torno do indivíduo. Os fatores e variáveis que fomentam a arregimentação do sujeito ligam-se a outros pontos relacionados ao papel da propaganda massiva impetrada por estes movimentos, mas quanto a esta variante específica, abordaremos mais adiante em nosso estudo.

Apresenta-se então os ingredientes básicos que transformaram a política mundial e do Brasil, numa verdadeira polifonia de narrativas e discursos em conflito. A perspectiva dos afetos, que nos dizeres de Safatle (2016) ligam-se inevitavelmente a uma nova concepção de sujeito do sistema produtivo no capitalismo atual, leva este mesmo sujeito a um novo patamar de relação com a realidade. A realidade já há muito não é objeto de racionalização e objetividade honesta, se é que foi um dia. Qualquer colóquio, por mais óbvio que seja, é

passível de toda e qualquer tipo de relativização estapafúrdia, pois como também nos afirma Safatle ao falar da *razão cínica* de Sloterdijk que

Ou seja, se há uma razão cínica é porque o cinismo vê a si mesmo como uma figura da racionalidade. Para o cínico, não é apenas racional ser cínico, *só é possível ser racional sendo cínico*. E, enquanto processo de racionalização, o cinismo pode aparecer como posição discursiva em várias esferas da vida social (e não apenas no campo dos julgamentos morais) (SAFATLE, 2008, p. 13)

Não podemos perder de vista que o diapasão relacionado entre o líder e as massas centra-se no fato da manutenção do máximo de identidade possível. É necessário que do líder para com as massas e destas para com o líder, mantenha-se o máximo de coerência em relação as suas mútuas identificações. Entretanto, é sói acontecer que em vários momentos, as atitudes do líder não se coadunem com as dos asseclas e vice versa, sendo necessário, mecanismos que aplaquem as dissonâncias. Nesse contexto, entra o mais puro cinismo no âmbito da política, onde tudo e qualquer coisa, toda e qualquer circunstância, da corrupção ao extermínio de um povo, pode ser justificado para que o “eu” continue a fazer sentido para o “outro” e o sujeito continue a sentir-se parte do grupo e uma extensão coerente do líder. Ademais, se existe um espelhamento sendo o *eu* como líder, e o líder sendo o *eu*, se ele erra e eu admito esta possibilidade, então o *eu* também pode estar errado. Admitir estar errado, é dar espaço ao outro para a relativização da verdade hipostasiada pelo movimento, então, tudo é válido, inclusive o cinismo absurdo como fuga da contradição.

4 A PROPAGANDA COMO A ALMA DO REGIME

4.1 A propaganda ganha almas

O capítulo anterior demonstrou que a identificação criada entre o líder e as massas gera compromisso ideológico e de ação entre os dirigentes e seus asseclas. Contudo, tanto o aspecto relacionado as crenças como as ações exigidas de seus membros, são alimentadas por um intenso trabalho de propaganda.

Desta feita, a arregimentação das massas e o seu processo de mobilidade em direção ao poder deve muito ao papel dos líderes envolvidos no processo, como já demonstrara Freud (2017). O trabalho propagandístico frente ao esforço de doutrinação de grupos sociais é o élan

que os mantém em contínuo espírito de comunhão em torno da doutrina apregoada. Entretanto, não se trata apenas do líder como indivíduo em seu potencial de ação, mas do processo que envolve todas as outras questões que possam existir na sociedade. Decerto que uma das variantes principais que se colocam como peça chave no caminho de construção autoritária, relacionam-se de forma direta ao poder da propaganda (ARENDDT, 2012).

Todo e qualquer governo ou regime, compreende a importância e a necessidade da construção de uma estrutura de divulgação e disseminação massiva de ideias. A propaganda de massas tem o enorme poder de criar um entendimento médio sobre a população acerca de determinados pontos de vista, até porquê, são exatamente esses cidadãos médios que assimilam de forma acrítica o conteúdo divulgado pelos movimentos autoritários (REICH, 1993, 2001; ARENDDT, 2012; ADORNO, 2019). Organizar de maneira efetiva e direcionada as ideologias que devem ser divulgadas ampla e repetitivamente, coloca qualquer movimento político em evidência diante da sociedade, parecendo assim que estes determinados grupos são os possuidores das soluções que o povo precisa.

Em certa medida, Hannah Arendt parece colidir ironicamente com seu próprio estudo ao colocar em perspectiva negativa o papel da propaganda na construção da imagem do líder. A propaganda parece ganhar uma conotação secundária frente à proximidade do líder com as massas, como sugere a filósofa na seguinte passagem:

Não se pode atribuir essa popularidade ao sucesso de uma propaganda magistral e mentirosa que conseguiu arrolar a ignorância e a estupidez. Pois a propaganda dos movimentos totalitários, que precede a instauração dos regimes totalitários e os acompanha, é invariavelmente tão franca quanto mentirosa, e os governantes totalitários em potencial geralmente iniciam suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros (ARENDDT, 2012, p. 435)

Segundo esta ótica, no que tange ao fator de construção da imagem do líder, o papel reservado à propaganda não seria vital na edificação do próprio movimento em si. Sendo assim, como é possível não levar em consideração a influência exercida pela propaganda em todo o contexto do movimento autoritário? Levando em consideração que em outros momentos a própria Hannah Arendt chama a atenção para o poder da propaganda totalitária em sua incessante busca de arregimentação das massas, como é possível observar em outra reflexão:

Somente a rale e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo; as massas tem de ser conquistadas por meio da propaganda. Sob um governo constitucional e havendo liberdade de opinião, os movimentos totalitários que lutam pelo poder podem

usar o terror somente até certo ponto e, como qualquer outro partido, necessitam granjear aderentes e parecer plausíveis aos olhos de um público que ainda não está rigorosamente isolado de todas as outras fontes de informação (ARENDR, 2012, p. 474)

As duas passagens de *Origens do totalitarismo*, demonstram pontos contrastantes em relação ao papel fundamental da propaganda de massas. Apesar disso, a tendência geral da obra de Arendt caminha em direção ao inevitável, que é perceber a propaganda como espinha dorsal dos movimentos totalitários e que sem ela, as massas não seriam apresentadas à ideologia que se propunha a ser conhecida e muito menos manteriam os grupos radicais em constante estado de excitação de seu propósito.

Por meio da propaganda, muitos aspectos da sociedade e dos indivíduos são atingidos e alcançados pelos movimentos autoritários. Como aponta Christian Dunker, “Novas comunidades, redes de apoio, de amizade, de solidariedade e de cooperatividade se reuniram em torno de plataformas, comunidades e influenciadores digitais. Surge, então, um novo sistema de reconhecimento, de hierarquia simbólica e de autoridade” (DUNKER. In: *Democracia em Risco?*, 2019, p. 121). Com efeito, numa sociedade composta por inúmeros indivíduos que expressam da maneira mais diversa os seus pensamentos e posições, nada seria mais eficiente do que estar de posse de uma informação bem trabalhada, embora não necessariamente verdadeira, mas que fosse capaz de ser massificada ao ponto de atingir as pessoas que estivessem na situação que Adorno (2019) chamava de “potencialidades” ou “prontidão” para a ação. Assim, nessa dinâmica de predisposição psicológica e oportunidade de circunstâncias políticas e sociais, arregimentam-se os militantes do movimento que defrontados com o discurso de promessa e esperança, vislumbram uma saída ou quem sabe, um propósito pelo qual se combater.

Um exemplo do quanto o processo de exaustiva propaganda pode render frutos a qualquer movimento, talvez possa ser melhor representado no já citado caso emblemático do arquiteto de Hitler, Albert Speer. O jovem e predileto arquiteto de Hitler, até então, não demonstrava interesse pelos assuntos políticos até o dia em que tendo participado de um desfile nazista seguido de um discurso do próprio Führer. Sua fascinação e surpresa tomaram conta do seu âmago, segundo a reprodução de suas palavras na seguinte passagem

Algo decisivo para mim foi o discurso que Adolf Hitler fez aos estudantes, e ao qual meus alunos acabaram convencendo-me a comparecer. Depois do que havia lido na imprensa opositora, eu esperava encontrar um homem fanático e gesticulador trajando

uniforme, mas, em vez disso, eu encontrei um homem sereno usando um terno escuro, que nos dirigia a palavra no comedido tom de voz de um professor. Estou determinado a compulsar um dia os jornais daquela época para descobrir o que exatamente ele disse que tanto me impressionou. (SERENY, 1998, p. 125)

Comparativamente, assim como ocorreu com Speer, que não era um dos inúmeros sujeitos advindos da ralé social alemã, tantos outros foram seduzidos pelo ímpeto que a propaganda fazia emergir de um movimento que para além de seu discurso evasivo, tinha que apresentar pirotecnias retóricas e teatrais no lugar de uma incongruente, desconecta e irracional proposta ideológica. De toda e qualquer forma, o fascínio que Albert Speer demonstrou ao ter contato com a ideologia nazista serviu como elemento motivador para uma causa. É certo que os motivos que o levaram a adotar o nazismo como ideologia, eram possivelmente diferentes de um operário desempregado e socialmente desgraçado à época. Entretanto, o que nos chama atenção é o fato de que a propaganda que chegou aos dois indivíduos eram oriundos do mesmo partido, independente das variantes pessoais e sociais que os motivaram a aderir ao movimento. O fato é que eles aderiram e isto para muitos partidos, é o que basta e importa.

Apesar da falta de coerência e racionalidade do palavrório fascista e da justificação incessante do absurdo, a chamatividade e a forma como a ideologia é transmitida às massas constroem um sentido coerente para o sujeito que será atingido por este discurso na maioria dos casos e que Wilhelm Reich identifica como aquele indivíduo que faz parte de um movimento fascista que “na sua essência, nem o nível superficial nem o mais profundo do caráter mas sim o nível intermediário das pulsões secundárias” (REICH, 2001, p. 11). Dentro desta perspectiva, torna-se ainda mais compreensível dois pontos de percepção: o primeiro advém do fato de que o fascismo não se explica apenas pelo papel do líder de forma particularista, “mas sim a *expressão da estrutura do homem de massa*” (REICH, 2001, p. XXV. Grifo do autor); segundo que o fascismo estaria dentro de cada um de nós e “não existe um único indivíduo que não seja portador, na sua estrutura, de elementos do pensamento fascista” (REICH, 2001, p. XVIII).

Sendo estas análises plausíveis é possível perceber que o diapasão entre as lideranças fascistas e seus asseclas, seguem basicamente a ideia de que a garridice propagandística do fascismo irá chegar as pessoas que interessam ao movimento, pois elas estão espalhadas por toda e qualquer sociedade. Bastaria então que a mensagem fosse incessantemente repetida, propagada, exposta ao máximo, afirmada constantemente sem vacilação nem recuo e assim, aqueles que estarão dispostos a ouvir, darão a sua atenção, seu tempo, seu dinheiro e quiçá, entregarão a sua própria vida à causa. É como se várias centelhas

ideológicas fossem espalhadas a fim de alastrar um processo que dependeria de retirar algo que estaria adormecido no sujeito, como comenta Herbert Marcuse, “A coesão social e o poder administrativo são suficientemente fortes para proteger o todo da agressão direta, mas não bastante fortes para eliminar a agressividade acumulada” (MARCUSE, 1965, p. 100). Diretivamente, os movimentos de caráter fascista teriam meta necessária ao sucesso de sua empreitada, extrair o que havia de pior do ser humano, como diria Adorno (2019), só assim conseguiriam possibilitar às massas participar da construção da alienação e perseguição coletivas aos considerados inimigos, como no caso, os agentes da educação.

Diante das questões expostas, autores como Wilhelm Reich e Theodor Adorno nos deparam com um ponto que talvez represente um paroxismo acerca do comportamento por parte dos indivíduos simpatizantes de movimentos autoritários. O povo aparentemente lânguido e langoroso, trazia consigo traços psicológicos significativos para uma tendência inaudita ao comportamento autoritário. Estas chispas psicológicas, poderiam ser alimentadas e insufladas justamente pelo caráter da propaganda que elas seriam expostas. Entretanto, este parece ter sido um dos aspectos mais negligenciados pelos pensadores que dispensavam uma atenção mais voltada aos princípios puramente socioeconômicos da sociedade.

A falta de observância ao elemento psicanalítico do comportamento social teria levado a um déficit na compreensão das forças mobilizadoras do fascismo e nas suas estratégias para com as massas. Esta grave lacuna na leitura da realidade objetiva levou a carência de entendimento quanto aos motivos que resultaram em vários fracassos e retrocessos, como foi o caso do apoio das massas aos movimentos de direita, mesmo diante da grave crise econômica que os atingia de forma direta durante o auge do movimento fascista. Ou seja, a aguda situação econômica em que assolava os países europeus no período da Grande Depressão, não levou os trabalhadores para as políticas de esquerda como se imaginava em teoria, mas pelo contrário, serviram de base aos movimentos reacionários de extrema direita. Quanto a isto, nos fala Reich:

Racionalmente, seria de esperar que as massas trabalhadoras, economicamente empobrecidas, desenvolvem-se uma clara consciência da sua situação social, que se transformaria numa determinação em se livrarem da própria miséria social. Seria igualmente de esperar que o trabalhador numa situação social miserável se indignasse contra os abusos a que era submetido e dissesse para si próprio: ‘afinal eu realizo um trabalho social responsável. A prosperidade e a doença da sociedade dependem de mim e dos trabalhadores como eu. Tomo nas minhas mãos a responsabilidade do trabalho que precisa ser feito’ [...] Mas a clivagem entre a situação social das massas trabalhadoras e a sua consciência dessa situação implica que as massas trabalhadoras,

em vez de melhorarem a sua posição social, ainda agravam. Foram exatamente as massas reduzidas à miséria que contribuíram para a ascensão do fascismo, expoente da reação política. (REICH, 2001, p. 09)

Em termos de propaganda, a questão central colocada, refere-se as condicionantes que fizeram as massas tomarem posição reacionária ao invés de revolucionária mesmo com sinais claros de autodestruição, preferindo Thanatos à Eros, segundo Marcuse (1965). Quanto a este aspecto é plausível que a simples leitura econômica da crise que se abatia sobre o mundo em geral e a Europa em particular não seria suficiente para explicar o comportamento das massas. Aliás, tentar explicar esta calamitosa e inaudita situação por esse caminho não só se demonstrara inútil como até mesmo, contraproducente, pois assim como na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini, as chispas de ódio e reacionarismo alcançavam as massas pela intensa e contínua propaganda. O nazifascismo pareceu compreender muito melhor que oferecer pão e trabalho ao povo era importante, mas insuflar seu ego, orgulho, seus desejos e sua honra, mesmo que isto lhes custasse a liberdade ou até a vida, demonstrava-se uma ferramenta extremamente poderosa e eficiente de arregimentação das massas.

Aqui adentramos num aspecto nevrálgico da propaganda política na visão de Reich. Na perspectiva do autor alemão, os elementos ideológicos alcançavam os aspectos psicológicos das massas e por meio delas entravam em sintonia biunívoca de seus anseios e vontades. Wilhelm Reich e Sigmund Freud deram atenção ao elemento psicanalítico das massas, Adorno enfatiza o fator psicopolítico e Hannah Arendt por sua vez, nos leva ao ponto central do papel e influência política do líder em relação ao coletivo.

De forma abrangente, estes estudos longe de se contradizerem em seu conjunto, complementam-se na compreensão da complexidade de variantes que envolvem o processo de assimilação por parte das massas no meio autoritário que, como reafirma Slavoj Žižek, está longe de ser apenas inconsciente e involuntário. Para o filósofo “estamos perfeitamente cômicos da falsidade, da particularidade por trás da universalidade ideológica, mas, ainda assim, não renunciamos a essa universalidade...” (ŽIŽEK, 1991, p. 60). Doravante, levando em consideração a confrontação dos principais estudos relativos à psicologia das massas, uma das problemáticas mais intrigantes ao analisar esse conjunto de fatores que relacionam a psicanálise, liderança política, propaganda e pontos correlatos, circundam o grau de pré-disposição consciente das próprias massas em aceitar o processo. Quanto ao viés cínico dos indivíduos, contribui Slavoj Žižek ao afirmar

O cínico é justamente a resposta da cultura vigente à subversão cínica: reconhecemos o interesse particular por trás da máscara ideológica, mas mesmo assim conservamos a máscara. O cinismo não é uma postura de imoralidade direta, mas, antes, a própria moral colocada a serviço da imoralidade: a ‘sabedoria’ cínica consiste, e apreender a probidade com a mais rematada forma da desonestidade, a moral como a forma suprema da devassidão e a verdade como a forma mais eficaz da mentira. Assim, o cinismo realiza uma espécie de ‘negação da negação’ pervertida; por exemplo, diante do enriquecimento ilícito, do roubo, do assalto, a reação cínica consiste em afirmar que o enriquecimento legítimo é um assalto muito mais eficaz do que o assalto criminoso e, ainda por cima, protegido pela lei, como na célebre frase de Brecht em sua Ópera dos três vinténs: ‘Que é o assalto de um banco comparado à fundação de um banco?’ (ŽIŽEK, 1991, p. 60)

O valor da propaganda em si, como instrumento de proliferação das ideias e de massificação dos conceitos, confronta-nos diante de duas variantes no processo de arregimentação das massas. O primeiro quanto ao potencial intrínseco da propaganda e seu poder natural de difusão de ideias e em segundo plano, a receptividade dos indivíduos em aceitá-las. Neste último ponto, repousa a questão já abordada por Adorno (2019), Arendt (2012) e, recentemente, por Safatle (2008), quanto ao aspecto cínico que leva os indivíduos à aceitação consciente do ideal autoritário. Desta maneira, a propaganda por ela mesma não determinaria a sujeição do sujeito a tal ideia, mas a instrumentalização da propaganda, seria ferramenta que conformaria o indivíduo a atuar de maneira ativa ou conivente ao contexto materialmente percebido por ele.

Ademais, cabe pensar sobre as seguintes questões no que tange a relação entre o caráter da propaganda e o potencial do indivíduo. Os estudos, como os da Escola de Frankfurt, chancelam a percepção de que as duas esferas do processo de arregimentação das massas, de ordem coletiva e a de matriz particular, longe de anular-se, complementam-se. Levando em consideração que a natureza da propaganda fascista que chega às massas é a mesma, variando as vezes no conteúdo, do público ao qual se dirige. Isso talvez explique o porquê, tanto os setores das classes baixas alemãs aderiram de forma entusiástica ao nazismo, quanto as classes abastadas de onde provinha o próprio Albert Speer e Adolf Eichemann.

Sendo assim, a ideologia autoritária açambarcaria todas as classes sociais por transpor estruturas da sociedade que não estariam engessadas em fatores econômicos ou políticos. Outras variantes do aspecto psicanalítico fariam toda a diferença na aceitação dessas massas.

4.2 A propaganda autoritária e o ataque à educação

Como exposto anteriormente acerca do caráter autoritário da propaganda, é mister perceber que este instrumento de guerra ideológica foi apontado para vários alvos. O principal deles foi a educação e invariavelmente, ela sofreu graves efeitos acerca de sua imagem na sociedade. As resultantes da propaganda elaborados pelos movimentos autoritários, tem alvos e inimigos certos. É o foco e objetivo primário a luta encarniçada contra a influência das ideias que ameaçam os movimentos conservadores os objetivos basilares dos governos autoritários. O sentimento basilar que dissipava o medo entre conservadores e reacionários de toda sorte na Alemanha do Entreguerras, estavam diretamente ligados ao cício dos movimentos socialistas que fendiam a sociedade de então. Desta feita, podemos acertadamente afirmar que a força mobilizadora das massas representada pelo receio do comunismo, encontrava um arcabouço ideológico na construção da propaganda que dava-lhes suporte no campo das ideias, como nos é possível perceber mais uma vez na declaração do próprio arquiteto de Hitler.

Para começar, em 1931, ano em que eu tive o primeiro contato – por assim dizer, creio eu – com o nacional-socialismo, o partido, provavelmente no intuito de não desencorajar novas adesões, tinha uma postura um tanto moderada com relação a propaganda antissemítica, embora ela sem dúvida fizesse parte de sua plataforma. Na situação econômica daquela época, o comunismo – que sempre se beneficiou de tempos difíceis – cresceu enormemente, e muitas pessoas, inclusive eu, começaram a perguntar-se se o nacional-socialismo, com sua força e vitalidade, não seria a única alternativa para a solução dos problemas emergenciais do país. (SERENY, 1998, p. 125)

Ao voltarmos nossa atenção para o passado, percebemos que determinadas circunstâncias ideológicas continuam sendo expressas e divulgadas com diferentes estratégias, mas mantendo a mesma essência de intromissão na realidade de outrora. A política do medo e a propaganda do desespero contra a ideia de um certo inimigo, parecem continuar como estratégias eficazes e que um movimento político pode se valer. O exemplo do próprio Albert Speer aponta o quanto o medo do avanço do comunismo tornou-se um dos principais combustíveis mobilizadores das massas contra um inimigo comum. Demonstrando desta maneira o como as suas posições pessoais atreladas à oportunidade de contato com o movimento nazista, levou-o a decisão que o faria futuro ministro da Alemanha de Hitler.

Decorre que, da estratégia de imprecizações contra o comunismo, derivam múltiplos outros ataques a tudo que possa estar relacionado ao ideal de reflexão e pensamento crítico. Consequentemente, os métodos empregados pelos movimentos autoritários direcionam-se às instituições que podem promover uma crítica reflexiva e postura antiautoritária da sociedade. Estes espaços de pensamento estão estreitamente ligados ao universo da cultura e educação, sendo justamente eles os principais alvos do ataque ideológico do conservadorismo. Porém, assim como na indústria cultural onde “Toda conexão lógica que exija alento intelectual é escrupulosamente evitada” (ADORNO, 2002, p. 33), a propaganda deve ser direcionada em uma linguagem própria ao universo no qual se pretende estabelecer um canal de comunicação adequado e facilmente assimilável.

Contudo, a propaganda política parece atingir de maneira mais efetiva a uma leva de indivíduos que de forma consciente ou inconsciente, abdicaram da capacidade de análise crítica sobre a realidade, como defendem e corroboram conjuntamente Reich (2001), Adorno (2019) e Arendt (2012). No caso de um posicionamento conscientemente favorável à propaganda autoritária, é válido lembrar da postura necessariamente cínica à conformação da crença na realidade intencionalmente absorvida pelo indivíduo. Porquanto que a questão ideológica pode atravessar a fronteira da retórica cínica e constituir-se como uma parte da verdade, a propaganda por sua vez, pode constituir-se do que Žižek (1996, p. 14) chama de “uma mentira sob o disfarce da verdade”. Quanto a esta posição, nos comenta Rubens Torres Filho, ao afirmar um entendimento acerca do capacidade do indivíduo em assimilar uma determinada ideologia:

O cínico adere a seu discurso a tal ponto que não mente: não fala contra a verdade, pois não fala em nome dela; não é moral e nem imoral, pois não opera sobre o pressuposto dessa distinção, não é hipócrita: não esconde seu ser verdadeiro, pois não é nada, ‘no fundo’, não tem nenhuma essência (TORRES FILHO, 2005, p. 58 apud SAFATLE, 2008, p. 56)

Sendo assim, o papel do cinismo pode relaciona-se a uma posição escancarada de tomada de partido do indivíduo para com uma propaganda que não corresponda à realidade. A realidade ganha uma nova dimensão de leitura, na medida em que o sujeito não recorre necessariamente a expedientes que obscureçam sua absorção do real ou que mascarem opiniões e ideias. Desta forma, sem precisar cevar-se do lado abjeto da ideologia, admite de maneira descarada a defesa de algum ideal, pois a coerência da realidade em relação ao que se defende há muito já perdera a sua importância como elemento de alguma razão instrumental. Todavia,

a posição mais aberta ou aceitação tácita das massas a uma determinada posição autoritária não anula o comportamento tético ou zombeteiro daqueles que não se intimidam em apresentar suas ideias fascistas como elas o são. O tropel cínico defendido pelas hordas autoritárias, conseguem invariavelmente pegar inermes os que se iludem em achar que não seriam capazes de corresponder abertamente à propaganda autoritária. Sendo exatamente neste ponto onde as forças democráticas falham ao subestimar a capacidade das ideologias autoritárias em ganhar corpo e a disposição das massas em recebê-las.

Teóricos que foram contemporâneos do nazismo, estavam perfeitamente cômicos do poder que a propaganda exercia sobre as massas na Alemanha. Diferentemente da Idade Média, onde difundir informação a muitas pessoas era irremediavelmente caro e penoso, o século XX superara em muito o processo de reprodução dos monges copistas, que mais assemelhava-se a uma penitência, e o relativamente menos trabalhoso e limitado processo de Johannes Gutemberg. Consoante Yascha Mounk, os meios de comunicação tradicionais limitavam consideravelmente aquilo que iria ou não virar notícia. Se por um lado a mídia exercia controle quase absoluto sobre as informações usualmente distorcidas e manipuladas, por outro, serviam como um filtro para ideias extremistas que não encontravam eco nesses canais.

Desta maneira, com a democratização do acesso e massiva produção de informações pelas mídias digitais, movimentos políticos que outrora ficaram marginalizados e inermes ante os principais debates da sociedade, agora não apenas poderiam influir nas principais questões discutidas na sociedade, como também ganhar coro em suas ideias, como atesta Mounk (2019). Mormente, lembremos que há poucas décadas os meios de comunicação tinham o poder de selecionar as notícias e que esse poder esvaiu-se profundamente fazendo de qualquer um, a qualquer tempo e lugar, capaz de alcançar e influenciar milhões de expectadores. Esta nova realidade exigiria de seus fomentadores outras estratégias para a consecução massiva de ideologias autoritárias. Resta refletir, porém, se o caráter ideológico fomentado a partir destas novas realidades são construídos apesar das massas ou com a legitimação de seu próprio ímpeto.

Amiúde, o entendimento marxista de ideologia é remetido a uma conexão existente entre a realidade material e a produção espiritual dos homens. Por conseguinte, a forma como o esteio social criado pelas massas se solidifica como ideologia, fundamenta-se no fato de que “em toda ideologia, a humanidade e suas relações aparecem de ponta-cabeça, como ocorre em uma câmara escura, (...), da mesma maneira pela qual a inversão dos objetos na retina decorre

de seu processo de vida diretamente físico”, como afirma Marx (2004, p. 51). Ocorre que para além do caráter empedernido da ideologia autoritária em seu caráter manipulador, a propaganda dos regimes autoritários parecem ter contado não apenas com a beleza da estética de sua mensagem como meio puramente manipulatório, mas sobretudo com a anuência das massas. Como já afirmara Theodor Adorno, “O fascismo, (...) precisa assegurar não apenas a submissão temerosa, mas a cooperação ativa da grande maioria das pessoas” (ADORNO, 2010, p. 88). Sendo assim, as pessoas não seriam simplesmente enganadas ou manipuladas pela propaganda, elas coadunariam com os seus princípios. Não sendo possível assim, ainda conforme Adorno (2019), eliminar a ideologia como elemento constituinte da sociedade, embora seja de todo importante conhecer a sua ação no indivíduo a fim de combater o seu cinismo político transvestido de posições racionais (ŽIŽEK, 1992; REICH, 2001).

A propaganda autoritária contra a educação no Brasil desempenhou uma tentativa de desmoralização de todo o conjunto das estruturas que a compunha. Seus efeitos foram expostos no sentido de que, muitos alunos e pais de alunos ficaram susceptíveis à narrativa do discurso antiescola e anticiência. Seria questionável que o enaltecimento da propaganda por si mesma seria suficiente para sopitar os setores progressistas da educação. A concordância de parcela radicalizada da sociedade e como resultante, de sujeitos de dentro da própria escola, corresponde ao processo dialético que teve força o bastante para um meneamento dos profissionais da educação.

Destas momentosas assertivas derivamos que, invariavelmente, o flerte de parcela da sociedade com as narrativas do movimento Escola sem Partido resultaram numa aceitação daqueles princípios dos quais a escola não estava preparada e muito possivelmente, não soube dar combate. Este talvez seja o desafio que nos confronta daqui em diante, pois a escola, professores e alunos, de certa forma ficaram acuados diante das inúmeras ameaças sofridas caso discutissem determinados temas em sala.

4.3 Propaganda como meio, radicalismo como método

Inexoravelmente, observa-se no ponto anterior que a propaganda serve como meio de influência ideológica sobre as massas. Entretanto, as ações dos grupos radicais, a constante mobilização que os líderes lhes impingem, alimentam ainda mais o narcisismo e a identificação entre as massas e os respectivos líderes. Os indivíduos põem-se em ação não apenas porque corroboram com as decisões do ícone idealizado, mas mormente por identificarem-se com toda

a estética performática que ele representa. Adorno atenta-nos para ponto peculiar dessa investigação quando afirma o seguinte: “o agitador fascista é um exímio vendedor de seus próprios defeitos psicológicos. Isso somente é possível devido uma similaridade estrutural geral entre seguidores e líder [...]” (Adorno, 2015, p. 144).

Ao confrontar tais apreensões da realidade e mediante o caráter multifacetado do ser humano, obrigamo-nos a refletir acerca da seguinte questão de nosso estudo: como o discurso fascista é construído e como a sua formação autoritária consegue agregar as massas? Para compreender esta questão, é necessário identificar as ideologias que farão sentido e fomentem o agrupamento de indivíduos suscetíveis à tal propaganda. É plausível que o processo de publicidade autoritária traga em seu bojo estratégias de propaganda que impactarão os sujeitos presos às suas próprias leituras de mundo, contribuindo de forma marcante para a penetração e assimilação destes ideais, inclusive nas instituições escolares.

No tocante a estratégia relacionada à comunicação do ideal de caráter fascista na formação da personalidade autoritária, é valioso salientar o estudo realizado na década de trinta por Theodor Adorno, em torno das locuções radiofônicas do extremista de direita americano e autoproclamado pastor, Martin Luther Thomas. O estudo em questão nos fornece uma impressionante observação acerca da valiosa relação entre a estratégia discursiva do agitador autoritário e seu público.

A partir do elemento basilar de que a postura autoritária revelada através de seu discurso próprio, apresenta a necessidade intrínseca desse mecanismo para lograr êxito na diluição das subjetividades e na construção de um sujeito heterônimo e enquadrado numa crença coletivamente compartilhada. Sendo assim, a performatização da palavra, visando o enquadramento social das massas é típica da “sociedade administrada” (Adorno, 1995), sendo que a carência de eficácia no uso da propaganda instrumentalizada baldariam os fins de controle a que se propõem os movimentos autoritários.

O esquadramento do método sardônico e tétrico do próprio Luther Thomas apresentou algumas chaves para a centralidade investigativa de Theodor Adorno. Corroborando com Iray Carone, Theodor Adorno foi claro ao não espelhar identificações nos clássicos movimentos nazifascistas, mas procurou analisar os traços de cidadãos comuns, predispostos ao discurso extremista e a capacidade dessa propaganda em influenciá-los (Carone, 2012, p. 14). Por conseguinte, foi de vital importância que a sanha comunicativa do agitador fascista visasse ao repelão de sua atenção e concordância, atijando nestes cidadãos comuns o torvo lampejo da ânsia autoritária que por vezes, permanecia adormecido.

Porquanto, o discurso de caráter impositivo, é intumescido de uma áurea de autoridade e embebido de estratégias que o farão sedutor e atraente perante o povo, sendo alguns dos seus principais estratagemas: apresentar-se como um lobo solitário, construindo a ideia de um herói que luta pela integridade e verdade; colocar-se como alguém que está ligado a um propósito divino; posicionar-se com situação de constante combate e luta contra um inimigo; portar-se como mensageiro de um caminho no qual ele trilha ombreado em pé de igualdade com seus pares, pois a luta é coletiva. Ademais, cabe salientar que por mais poderoso que o discurso fascista possa se demonstrar na influência do caráter autoritário, não se pode fugir das complexidades presentes de maneira insopitável e que são próprias da sociedade.

O complexo de variantes que perpassam os fatores econômicos, sociais, políticos e/ou culturais, agem dialeticamente e contribuem de forma decisiva como força e chamamento social. Concorrem para o afloramento no indivíduo de um tipo de comportamento que tende à “inclinação arcaica pela violência” e às “tendências de regressão”, que colimam sempre na direção da barbárie, como nos aponta Adorno (1996). Por meio disso, torna-se notório que o discurso autoritário encontra eco naqueles que pensam e agem em conformidade com aquilo que professa e defende o líder que, por sua vez, é o seu espelho personificado. Entretanto, cabe salientar que o perfil daqueles que se identificam com o comportamento autoritário também é demonstrado de forma variada nos correligionários dos movimentos de inspiração fascistas, sejam eles mais explícitos ou sutis.

Mesmo assim, a aceitação e incorporação da ideologia de natureza autoritária no sujeito, invariavelmente é o reflexo de uma personalidade disposta ou, no mínimo, aberta a tais concepções de caráter agressivo e antidemocrático. São comportamentos voltados a inimigos imaginários que são socialmente construídos pelo discurso do líder. Isto porque, os inimigos a serem combatidos por todos são, certamente, os inimigos apontados pelo líder. Incluindo entre aqueles, os professores que questionam a autoridade do atual governo em questão, no caso do Brasil. Quanto a este fator performativo, esclarece Adorno:

Em cada situação em que a consciência é mutilada, isto se reflete sobre o corpo e a esfera corporal de uma forma não-livre e que é propícia à violência. Basta prestar atenção a um certo tipo de pessoa inculta como até mesmo a sua linguagem – principalmente, quando algo é criticado ou exigido – se torna ameaçadora, como se os gestos da fala fossem de uma violência corporal quase incontrolada (Adorno, 1996, p. 126-127)

A coletividade dos corpos, quando transmuta um dado grupo de indivíduos em um conjunto social que se harmoniza pelas ideologias em consonância, ganha poder de ação para

atuar seguindo a lógica das atitudes pragmáticas e imediatistas da causa defendida. Para tanto, a força em questão é retirada tanto do exemplo que o líder representa em todo o seu conjunto simbólico e performático, quanto pelo impulso social pelo qual o sujeito atomizado empodera-se, encorajado e justificado, para tomar partido em direção às atitudes mais irracionais das quais tenha oportunidade de participar. Dessa força, vem a coragem de vigilância e denunciamento do qual tantos discentes atacaram os seus professores nas incontáveis salas de aula do país.

5 UM ESPECTRO RONDA O BRASIL

5.1 Eclode o ovo do fascismo

A tendência de regressão apresentada no capítulo quatro, demonstra a materialidade estudada por Adorno em sua busca de compressão dos fatores psicanalíticos para a aceitação do autoritarismo pelas massas. Como ilustração desta circunstância é possível citar o filme de Ingmar Bergman chamado “O ovo da serpente”, que demonstra o momentoso risco que encoberta uma sociedade ao deixar-se gestar a semente da própria desgraça.

No caso brasileiro, há tempos o espectro do autoritarismo compõem a nossa sociedade das mais variadas formas. Entrementes, a construção autoritária nas sociedades institucionalizadas parece madrigar de forma exultante de dois caminhos principais na tentativa de se impor aos indivíduos. A primeira está aparentemente relacionada a um espírito de indiferença que algumas sociedades apresentam ao demonstrarem um estado de torpor desacorçoante acerca de sua realidade. Nesta primeira hipótese, Raymundo Faoro fornece-nos uma afirmação que remonta ao que poderia demonstrar um espírito, por vezes, arrefecido por parte de nossa sociedade ao lembrar-nos um dos principais eventos de nossa história: “No dia 15 de novembro de 1890 instalou-se, no Paço de São Cristóvão, a Assembléia Constituinte, sob a indiferença do povo da capital federal” (FAORO, 2001, p. 627). A segunda perspectiva, parece relacionar-se a um ímpeto ativo de caráter voltado ao sacrifício voluntário de edificação de uma ordem nacional. Por sua vez, derivativa de um profundo desejo de abnegação a uma causa, como nos afirma Norbert Elias: “Poucos dos outros povos tinham em sua mística nacional, em sua poesia e em suas canções, tantas alusões à morte e à abnegação quanto os alemães” (ELIAS, 1997, p. 295). Ou ainda nos dizeres de Theodor Adorno quando comenta que os alemães não estavam preparados para a própria liberdade ao afirmar que: “Antes é de se supor que o fascismo e o horror que produziu se relacionam com o fato de que as antigas e consolidadas autoridades do império haviam ruído e se esfacelado, mas as pessoas ainda não se

encontravam psicologicamente preparadas para a autodeterminação” (ADORNO, 1995, p. 123).

Apesar dos terrenos sociais em que determinados povos se apresentem, o paroxismo a que podem chegar os movimentos autoritários constroem-se em suas particularidades e complexidades. No caso brasileiro, o autoritarismo que se constituiu em nossa sociedade e que acompanha a nossa formação histórica absorve elementos de determinadas épocas, dando traços modernos ao antigo espírito de comando social. As novas tentativas de controle e observância autoritária ganham novas ferramentas e instrumentos que visam impor narrativas e comportamentos que tangem de forma acurada, a democracia. O projeto Escola sem Partido surge como um instrumento que tenta tipificar o modelo de pensar a educação. Sendo ela um instrumento que tenta homogeneizar o fazer educativo e tanger a todo custo a reflexão crítica no ambiente escolar, não seria isso uma forma de ressurreição de um aspecto do fascismo, senão a sua própria materialização, como temia Theodor Adorno?

O “ovo da serpente” do fascismo sempre encontra condições favoráveis para eclodir suas fiadas de ervas daninhas. O movimento Escola sem Partido constituiu-se como um desses instrumentos que dariam ares de legalidade e legitimidade para a implementação de um processo de corrosão da liberdade de cátedra. Narrativa esta que supunha agir em nome de uma outra suposta liberdade, difusa e destoante, da proteção dos valores dos alunos e a moral apregoada por suas famílias.

O site do Programa Escola sem Partido apresenta algumas das premissas que lhe dão base ideológica. Logo em sua página inicial, é possível ver uma frase em letras garrafais onde se lê: “DIGA NÃO À DOCTRINAÇÃO NAS ESCOLAS E UNIVERSIDADES. JUNTE-SE AO ESCOLA SEM PARTIDO”⁶. Na mesma página inicial, há um breve informe anunciando o abandono do Programa Escola sem Partido por parte do próprio fundador Miguel Nagib, assinado com a data de 22 de agosto de 2020. Na mesma página, consta uma entrevista dada pelo fundador do movimento a Rádio Guaíba em 25 de agosto de 2020⁷, onde ele argumenta que as motivações que o levaram a desistir do projeto, encontram-se na falta de organização da sociedade para tal empreitada e de apoio por parte de dirigentes políticos à causa. Demonstra-se claramente a ligação político partidária do movimento que, não havendo

⁶ Disponível em: www.escolasempartido.org/. Acesso em: 29 dez. 2021.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg&t=2s>. Acesso em: 02 jan.2022

como ser diferente, contava com pesado apoio dos setores mais reacionários do meio político e religioso nacional.

Sendo um movimento que nasceu por volta de 2004 e tendo seu auge no processo eleitoral de 2018, o Movimento Escola sem Partido parece ter entrado em sua fase de declínio político e ideológico. Contudo, embora o Movimento Escola sem Partido tenha perdido força por diversos motivos relacionados ao cenário político nacional, é importante perceber que ele se consubstancia exatamente no que Theodor Adorno alertara, de que as condições para a eclosão dos infortúnios que levaram o mundo tantas vezes à desgraça da barbárie, continuam vivos e pujantes (ADORNO, 1995). Por vezes, estes elementos estão mascarando propósitos lúgubres transvestidos de liberdade, como é o caso do Escola sem Partido.

Os ideias autoritários são bem perceptíveis no projeto Escola sem Partido e não há grande esforço por parte de seus defensores em ocultá-los. Este programa toma materialidade mais robusta por meio do Projeto de Lei nº 867/2015⁸, do qual serve de modelo para tantos outros projetos de igual teor que foram postos em tramitação em várias cidades e estados do Brasil. O PL nº 867/2015 é de autoria do deputado Izalci Lucas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no qual fora apensado um outro projeto, o PL nº 7180/2014, de iniciativa do deputado Eriavelton Santana, do Partido Social Cristão (PSC/BA). Inúmeros projetos foram replicados a partir desses modelos, tendo por princípios inspiradores os mesmos que dão base ao Projeto Escola sem Partido.

De forma análoga, o Estado do Ceará também foi palco de iniciativas que visavam implantar tal sistema, por meio do Projeto de Lei nº 273/15⁹. Este, por sua vez, arrastava-se desde o ano de 2015, resultando em seu emparedamento e malogro diante das discussões na casa legislativa durante os anos de 2018 e 2019. O naufrágio do PL nº 273/15¹⁰ no caso do Ceará é reflexo também do insucesso do Programa Escola sem Partido à nível nacional, o que se confirmou inclusive pelo abandono do programa pelo próprio fundador, como já fora exposto.

⁸ A tramitação do PL nº 867/2015 pode ser acompanhada pelo seguinte acesso: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 30 dez. 2021.

⁹ Não foi possível encontrar o texto da lei referente ao Projeto de Lei em questão para o Estado do Ceará. Sendo possível apenas encontrar a sua citação em textos jornalísticos.

¹⁰ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/projetos-opostos-sobre-manifestacoes-em-escolas-tramitam-na-assembleia-1.2062506>. Acesso em: 31 dez.2021.

A tentativa de aprovação no Ceará de projeto de tal natureza, representou o reflexo do calor em torno da discussão que o Programa Escola sem Partido ainda conservava pelos idos de 2018/2019. O arrefecimento da força que o projeto sofreu em várias cidades e estados, deveu-se a inúmeros fatores e dentre eles, ao tenaz embate que setores representativos da educação enfrentaram no debate público e nas casas legislativas, impingiu-lhes derrota. Contudo, este ponto de inflexão que deixou tal projeto autoritário coxeante, de longe fez com que ele fosse completamente eliminado como ameaça fascista. Projetos desta natureza estão longe de terem se tornado anátemas e como a sua própria existência já evidencia, podem sempre retornar em forma e conteúdo diferentes.

Levando em consideração o já exposto, o séquito que trabalhou pela imposição de tal projeto à educação brasileira, empertigam as suas mentes saturadas de fanatismo dogmático, em busca de chocar um dos “ovos da serpente” do fascismo. Se por hora o Programa Escola sem Partido parece adormecido, nada impede que ele possa ganhar novo fôlego e possivelmente ressurgir com outro modelo de controle da educação. Uma questão importante que se impõem diante disso refere-se as forças que a sociedade consegue compor para impedir que estas tentativas autoritárias ganhem corpo e influência. Se o Projeto Escola sem Partido surgiu com a força necessária para pautar discussões acaloradas inclusive nas eleições presidenciais de 2018, isso demonstra que nem a sociedade e muito menos as instituições escolares estavam preparadas para combater tal incursão. Talvez seja o momento adequado e porque não dizer urgente, para que a sociedade em geral e as instituições educacionais em particular, articulem instrumentos de defesa da educação. As forças autoritárias podem estar adormecidas, mas estão longe de estarem mortas.

Diante de todas as estratégias que os asseclas do conservadorismo tentaram realizar para impor tal projeto autoritário, as forças progressistas e democráticas pareciam não terem o meneio suficiente para aliquidar tal propósito. O projeto Escola sem Partido era para a sociedade uma espécie de cornimboque que não lhes dizia nada. Para compreender tão intrigante cerne partiremos para duas últimas proposituras: a da essência autoritária do projeto em questão como expressão clara de resfôlego do ideal fascista e do vacilo das instituições em combatê-lo, colocando-se muitas vezes em uma situação de consternação ante a ameaça autoritária.

5.2 Serpente oculta do fascismo

As tentativas de silenciamento das escolas e de vigilância do trabalho docente, de acordo com o apresentado anteriormente, demonstra mais uma vez que as forças retrógradas encontram-se pujantes na sociedade e com um discurso encoberto de legalidade. Conforme José Luis Sanfelice, “O Movimento Escola sem Partido tornou por principal inimigo, o professor. Ataca diretamente esse profissional em sua liberdade acadêmica” (SANFELICE. In: *Democracia em Risco?*, 2019, p. 273). Conseqüentemente, toda e qualquer iniciativa advinda desse projeto descortina-se como meio para impedir o professor de construir um debate crítico e reflexivo em sala de aula. Há uma construção narrativa que tenta justificar a interferência no trabalho docente sob a alegação retórica de proteção a supostos direitos do aluno e das famílias em preservar os princípios e valores cultivadas por cada uma delas.

Deste fato, decorre que as estratégias utilizadas pelos movimentos conservadores que fomentam essa política a fim de enternecer a sociedade, recorrem à estratagemas retóricas e posições que pendulam entre o cinismo e a hipocrisia. Embora a política de intervenção nas ações pedagógicas sejam claras, algumas de suas finalidades são ocultas dentro do universo de proposituras que o projeto apresenta. Todos os pontos defendidos pelo Programa Escola sem Partido carecem de uma base sólida que possa calcar o balido de suas falas. O seu conjunto de propostas são contraditórias, impraticáveis e superficiais, aja visto partirem de pressupostos equivocados e carecem, até mesmo, de conexões com a realidade que eles insistem em existir.

A princípio, é possível começar questionando a ideia de doutrinação que o projeto argumenta existir como regra em escolas e universidades do país. Afirmam seus defensores que os alunos são doutrinados a seguir determinadas ideias ou princípios de caráter filosófico, ideológico e/ou religioso, de forma impositiva pelos professores. Se recorrermos ao dicionário Aurélio da língua portuguesa, veremos que o significado de “doutrinar” refere-se a: “1. Instruir (alguém) numa doutrina. 2. Procurar converter (alguém) às suas ideias, ao seu credo político, etc.” (AURÉLIO, 2010, p. 266). Nesse sentido, a primeira coisa que é possível perceber é que o movimento parte de um pressuposto que existe essa doutrinação nas instituições educacionais. Ou seja, o debate já parte de uma suposta verdade, a de que a doutrinação existe, está entranhada no método educacional brasileiro e que é preciso combatê-la. Desta maneira, se o problema já é colocado para a sociedade como existente em si, então não cabe debatê-lo e sim, combatê-lo.

O segundo ponto refere-se ao falseamento do pressuposto em torno da existência e do que realmente venha a se constituir a “doutrinação”. Os princípios que constituem o arcabouço em torno do Programa Escola sem Partido e sua suposta luta contra a doutrinação estão contaminados de elementos ideológicos. A doutrinação em si mesma, não existe, pois

entra em completa contradição com o que ela realmente significaria na prática. Partindo do princípio semântico de que a prática da doutrinação refere-se a um processo de conversão e instrução ideologicamente dirigida de alguém por um terceiro, no sentido prático, não sobraria ao doutrinado outra possibilidade senão de aceitar qualquer ideia imposta. Nesse sentido, a doutrinação a que os movimentos conservadores referem-se, sejam um método de imposição de ideias por parte dos docentes aos discentes, onde não haveria possibilidade de contraditório destes por parte daqueles. Isto de fato, não é o que ocorre no ambiente educacional brasileiro.

A suposta doutrinação, no sentido em que o Movimento Escola sem Partido coloca, significaria a imposição de ideias, conceitos e dogmas, numa circunstância em que os alunos não poderiam ou não teriam oportunidade de discordar ou opor-se. De fato, esta concepção vai contra todo o ideário produzido pela pedagogia atual, onde o que se defende, é exatamente o oposto do que o movimento afirma ocorrer nas instituições educacionais do Brasil. A produção pedagógica atual tem por base exatamente transformar o aluno em agente pensante, livre em suas próprias reflexões, um indivíduo crítico da própria realidade do qual seria impossível construir tal sujeito, sem justamente a defesa intransigente da liberdade de opinião e do livre debate das ideias no ambiente escolar.

A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), já traz em seu cerne de forma clara e transparente, os princípios de liberdade de pensamento e pluralidade de ideias que garantem de forma concreta, a própria liberdade do aluno em posicionar-se de forma contrária a determinadas concepções que ele possa vir a discordar. Ou seja, o Escola sem Partido provoca um problema que em si, não ocorre da forma como explanam e se ocorre, a própria lei aponta as diretrizes que as instituições educacionais devem guiar-se a fim de superar as problemáticas expostas. No artigo 3º da LDB, observa-se o seguinte:

Art 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância. (BRASIL, 1996, p. 7).

Levando em consideração que a LDB já garante de forma ampla e evidente o aspecto democrático do ensino e aprendizagem em sala de aula, veremos adiante que o Programa Escola sem Partido visa na realidade a volver os ganhos democráticos já garantidos pela própria LDB. Consequentemente, os movimentos conservadores e autoritários brasileiros

objetivam com o tal projeto, atacar e sufocar a própria liberdade de ensino a aprendizado com propostas mascaradas de garantias democráticas. A visão oblíqua dos movimentos conservadores em suas estratégias autoritárias, de fato, estão envolvidas de um sentimento latente de controle das liberdades que possam produzir reflexão crítica por parte da sociedade.

A ideologia conservadora é alentada pelo desejo intenso de transformar as instituições educacionais em instrumentos de ensino de funções básicas voltadas ao trabalho, que por sua vez, não exigiriam um fomento de reflexão crítica acerca de suas realidades. É o processo ideal para aqueles que tentam impor a sociedade uma forma de postura ideológica voltada para uma obediência que não ameace os valores tidos como tradicionais e conservadores da família e da religião. Para tal intento, os movimentos conservadores precisariam moldar e/ou engessar o comportamento dos professores no intuito de tentar ao máximo, conter abordagens de ensino que pudessem apresentar aos alunos críticas e ideias que representassem uma ameaça à ideologia conservadora. A solução encontrada então, foi criar formas de controle, constrangimento por meio de gravações de aulas e punição aos professores que ousassem sair de uma determinada linha de abordagem metodológica, podendo até mesmo, ser acusado criminalmente por alunos ou pais de alunos de praticar “doutrinação” em sala de aula.

Os projetos de lei baseados no Programa Escola sem Partido, preveem anexar diretrizes expressas nas salas de aula, para que possam servir de “orientação” aos alunos e docentes quanto ao modo que o professor deve proceder em sua didática, afastando e tolhendo ao máximo a possibilidade do educador realizar uma análise ou reflexão abrangente ou crítica sobre um determinado tema tido como ameaçador aos valores da família. Ao analisarmos esses seis pontos básicos, poderemos ter uma ideia das estratégias elaboradas pelos movimentos conservadores para irromper tal intento. Assim, será possível observar de forma clara, o tom ameaçador que esparzem de tais regras.

Importante ressaltar que o site do Programa Escola sem Partido, apesar de cinicamente autoproclamar-se apartidário e sem viés político, o que conceitualmente é um contrassenso grotesco e hipócrita, deixa claro em seu site que as críticas a que se refere são direcionadas à movimentos de esquerda e visa ao ataque frontal de políticas educacionais baseadas no método freiriano. Assim, o programa elenca seis diretrizes em sua plataforma, dos quais são nomeados de “deveres do professor” e que visam disciplinar o trabalho discente, sendo elas as seguintes:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias
2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (NAGIB, Acesso em: 03/01/2022).

O conjunto dessas diretrizes esbarram numa série de questões legais e práticas do fazer pedagógico. No tocante ao ponto 1 por exemplo, seu princípio entra em flagrante conflito com a Constituição Federal que, como já visto, garante a liberdade de cátedra do professor. Ainda mais, como e quem vai definir o que é ou não “promover os próprios interesses, opiniões, concepções, ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”? Qual o limite entre uma opinião e um fato? Se, por exemplo, um professor ao dar aula sobre Revolução Francesa afirmar categoricamente que a execução de Luís XVI foi uma grande tragédia e que os franceses cometeram um grande erro em tal ato. Isso configura-se como uma mera visão particular do professor ou pode ser levada como uma outra perspectiva de reflexão sobre o tema?

Quanto ao ponto de número 2, como seria possível distinguir o favorecimento ou prejuízo de um aluno que por ventura viesse a se sair mal nos exames, por parte do professor. Como saber se as questões puramente subjetivas teriam influenciado tal atitude. Ainda mais, em caso de pura discordância de um aluno quanto a um fato histórico, não poderia o professor corrigi-lo baseado nos estudos consagrados pelos semafóricos estudos sobre os temas que são levados às escola? As opiniões prevaleceriam sobre as pesquisas científicas?

Quanto ao ponto 3, soa estranho que instituições como as forças armadas possam ser direcionadas para uma ideologia específica enquanto em espaços de saber e debate de ideias como a escola, privem o seu principal agente, o professor de poder se expressar livremente. Como já afirmado anteriormente, algum tipo doutrinação se configuraria não quando o

professor colocasse em debate a sua visão de mundo, mas que não fosse dado ao aluno a possibilidade de posicionar-se e expor a sua ideia, como ocorrem nas intuições religiosas e nas forças armadas. Nestas instituições, o contraditório e a discordância, de fato, não são bem vindas, sendo até mesmo, proibidas e punidas.

O item 4, além de redundante acerca da prática docente, demonstra mais uma vez o quanto de faz desnecessária tais imprecizações contra a educação. A fim de amainar a escuna que é o discurso conservador, o Programa Escola sem Partido joga com as palavras e os termos de maneira retórica, com a intensão de plantar na mente do leitor uma verdade pré-concebida e partir de uma afirmação falseada, o seu discurso. Primeiramente que, as principais teorias ou escolas clássicas do pensamento científico, político, social e humano em geral, já são estudados em seu conjunto. Segundo que, o que seria “apresentar aos alunos de forma honesta”? O nazismo por acaso deveria se relativizado e discutido buscando as causas e contextos que pudessem não só o entender como também o justificar? Deveria o professor de biologia por exemplo, ter receio de falar de forma clara, objetiva, baseado nos clássicos consagrados pela ciência, sobre a teoria da evolução, porque uma família é religiosa e criacionista? Deveria o professor procurar vinte, vinte e cinco ou até mesmo trinta abordagens diferentes e até antagônicas, porquê a família de uma aluna ou aluno é cristã, a outra mulçumana, outra do candomblé e outra, ateia?

O ponto 5 se constitui em mais uma aberração legal e pedagógica. É uma quebra de todos os padrões que se pensa constituir de um projeto educacional para o país. Se as escolas tem que se adequar as convicções morais, ideológicas, políticas e religiosas de cada família, então a escola deixa de existir como instituição que tem como finalidade também, trabalhar na construção da cidadania. Isso seria impossível se não houvesse parâmetros a serem seguidos por todas as escolas nacionais nas quais os estudantes receberiam não apenas as habilidades técnicas necessárias ao exercício das atividades próprias ao cotidiano de sua vivência e trabalho, mas a sua formação como ser humano consciente do seu papel como cidadão membro de uma comunidade maior que a sua família. Desta feita, a escola não deveria adequar-se às famílias, as famílias sim, é quem devem se adequar à escola, aja vista o seu caráter laico e portanto, aberto para todas as pessoas independente de suas crenças e convicções, aja visto que, na escola se discute ciência baseadas em pesquisa, e não especulações e achismos do senso comum.

Por fim, o item 6, além de tudo, argumenta no intuito de tentar transferir a responsabilidade para o professor a fim de que ele seja o responsável para evitar e dirimir discussões entre os próprios alunos de temas considerados polêmicos. Em suma, a aula seria

transformada numa espécie de um monólogo radiofônico que seria interrompida ora ou outra por uma dúvida esparsa de algum aluno cansado de informações desconectas de sua realidade. O objetivo é claro, impedir que em sala de aula, se discutam temas, ideias, reflexões, contraditórios que possam fazer do aluno um ser pensante. Pretende-se sufocar o debate e que os discentes tenham acesso a ideias diferentes, visões de mundo diversas, mantendo-os apenas em gaiolas ideológicas do pensamento conservador que atualmente contamina a sociedade. Assim, em nome de um suposto direito de uns a ignorância, querem impedir outros do saber e da reflexão.

Todos os seis pontos expostos, juntamente com suas variantes, representam uma estratégia muito bem pensada e articulada. Em várias instâncias da sociedade, setores conservadores de várias matizes organizaram-se com o intuito de pautar esta discussão e transformar em leis, propostas que iriam minar de forma apocalítica a estrutura da educação brasileira. Algo que talvez intrigue tanto quanto a proposta autoritária e de viés fascista do Movimento Escola sem Partido, refira-se nem tanto ao conteúdo do projeto, mas quanto a incapacidade da sociedade em impedir que um projeto desta natureza, encontrasse espaço para estrugir e ganhar corpo, inclusive no meio educacional. O ganho de importância que um projeto de tal matiz tenha tido no Brasil, demonstra possivelmente que a educação não estava preparada para combatê-la ou não teve forças o suficiente para desconstruir as suas falácias com a energia e o tempo necessário.

É possível que a chave para compreender o que ocorre com determinadas sociedades quando se deparam com tamanha ameaça autoritária diante delas, esteja num imbricado aspecto de suas subjetividades do qual a psicanálise nos proporciona uma importante linha de interpretação. De todo modo, resgatando o entendimento de Robert Paxton ao afirmar que boa parte da população alemã era conivente, senão, entusiasta do regime (PAXTON, 2007), é possível não ficar tão admirado quanto seria necessário, ao ver um fenômeno parecido ocorrer com os brasileiros em relação a tantas outras tentativas de caráter tão agressor à democracia, como o próprio Programa Escola sem Partido.

5.3 A “serpente do fascismo” ameaça a educação.

Como visto até então, o projeto Escola sem Partido conseguiu materializar as propostas conservadoras de imposição de um modelo de educação acrítico e antireflexivo. Este

projeto conseguiu pautar em certa medida e capilarizar na sociedade, questões que até então não se impunham como ameaça ao modelo de livre pensamento na escola.

Apesar de todos os alertas e sinais óbvios, o ovo do fascismo eclodiu e a serpente encontra-se livre. A indiferença claudicante de parte da sociedade e/ou a sua própria postura consciente em favor da obliteração da democracia, abriu caminho e até mesmo, estendeu tapete vermelho para a edificação de um governo de caráter autoritário. Tão grave quanto isso, talvez seja perceber que a esperança de que a parcela democrática da sociedade não permitiria que isso viesse a ocorrer, não passasse de um mero devaneio dos que sonham ser a liberdade algo inexpugnável. Entretanto, as mudanças ocorridas no mundo e no Brasil nas últimas décadas, demonstraram que não se estava tão seguro quanto se pensava e que o perigo da ascensão de governos centralizadores e de inspiração fascista, era mais real do que se podia imaginar. Quanto a isto, nos fala Mounk:

O cidadão nunca esteve menos comprometido com a democracia, nem mais receptivo a alternativas autoritárias. O respeito pelas normas e regras democráticas caiu de forma vertiginosa. Não sendo mais a única opção, a democracia está se desconsolidando.

Essa conclusão é difícil de engolir, eu sei. Gostamos de pensar que o mundo melhora com o tempo e que a democracia liberal aprofunda suas raízes a cada ano que passa. Talvez seja por isso que, de todas as minhas afirmações, nenhuma outra desperta mais ceticismo do que a ideia de que os jovens são especialmente críticos da democracia” (MOUNK, 2019, p. 148)

A afirmativa de Yascha Mounk possibilita um paralelo com Max Horkheimer que afirma: “O liberalismo desemboca no fascismo [...]. O conteúdo da razão, arbitrariamente reduzido a uma parte desse conteúdo, o particular ganha prioridade sobre o universal. E esse golpe de força, no plano intelectual, prepara o reino da força no plano político” (HORKHEIMER, 1974, p. 29-30). Consequentemente, a coorte fascista sempre esteve circunjante da democracia, a fim de aproveitar-se de sua própria estrutura para abatê-la quando sobrevier a oportunidade. Como se a democracia de caráter liberal, de certa forma, desse o alimento necessário para que o “ovo da serpente” do fascismo pudesse eclodir de sua própria estrutura. Os movimentos fascistas parecem arribar-se de forma imediata, no entanto, a sua gestação ocorre dentro das inúmeras instâncias da sociedade, por vezes passando despercebido, evoluindo e corroendo as instituições da democracia, surgindo depois como se fosse de forma repentina e num átimo de tempo.

Uma outra questão impõe-se diante de ameaça tão pujante contra a democracia por meio de seu ataque à educação. Por que as instituições educacionais não conseguiram combater de forma mais rápida essa ameaça? O Programa Escola sem Partido conseguiu ser temporariamente derrotado, mas sua força demonstrou-se grande e projetos inspirados em seu modelo matricial foram replicados e colocados em discussão em diversas casas legislativas do país. Isto demonstra de forma inequívoca que: primeiro, a sociedade brasileira manteve em seu seio uma força autoritária suficiente para ameaçar as liberdades democráticas; segundo, não fomos capazes de barrar de forma eficiente essa avalanche fascista e terceiro, essa força não está morta.

Na realidade, as forças autoritárias foram mantidas bem vivas. Adorno já alertara que as forças do fascismo não haviam morrido na Segunda Guerra Mundial e mesmo as sociedades de democracia mais sólida, não fizeram muito esforço para evitar que o que parecia ser apenas uma ameaça imaginária, chegasse ao poder. A questão é que o Programa Escola sem Partido foi apenas um de vários invólucros que os movimentos autoritários que tomaram o poder no Brasil desde 2016, se valeram para ganhar a opinião pública contra um inimigo ideologicamente construído. Há uma urgência por parte da sociedade em combater e impedir que estas forças se reorganizem e voltem a ameaçar os pilares da democracia.

Apesar do fracasso institucional, o teor autoritário do Projeto Escola sem Partido deixou na sociedade uma péssima herança. Uma mancha que ela conseguiu impregnar na imagem das instituições educacionais diante da sociedade de que estes espaços são lugares de doutrinação ideológica. Está posto um desafio que levará tempo, que é conseguir restabelecer uma relação que pendulava entre a indiferença e o desprezo, entre as instituições de ensino e a sociedade em geral. Sendo atingidas em sua autoridade de produção de saber e conhecimento indispensáveis ao desenvolvimento técnico e humano de uma sociedade, a quem caberia preencher tais espaços? Estaríamos novamente reféns do poder religioso sobre a ciência como na Idade Média? Supreendentemente, em pleno século XXI, este é um elemento de grande preocupação como já observado por Hannah Arendt, no que segue:

Uma crise na educação em qualquer ocasião originaria séria preocupação, mesmo se não refletisse, como ocorre no presente caso, uma crise e uma instabilidade mais gerais na sociedade moderna. A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos. (ARENDR, 2016, p. 234)

Não à toa, os movimentos autoritários e conservadores no Brasil buscaram transformar as estruturas educacionais e culturais do país, pois sendo estes setores capazes de criar transformações fundamentais em níveis humanos, arregimentariam as massas para um molde de comportamento adequado aos propósitos autoritários. A narrativa turbilhonante gerada por aqueles movimentos, deixaram seus rastros na educação brasileira. Alunos, pais de alunos e até mesmo, alguns professores, voltaram-se contra os próprios colegas, gerando uma crise desnecessária no processo pedagógico das instituições. Além do quê, tentou-se implantar um propósito completamente infrutífero para o processo educacional. Deixando claro que, o único objetivo e torno de toda a pressão sobre o sistema educacional brasileiro, seria nada menos do que gerar na sociedade um sentimento de inutilidade do atual modelo, propondo instrumentos de controle, para depois então, dominá-lo.

Segundo Adorno (1995), a educação é responsável pela formação cultural das pessoas conscientes que promovem a emancipação e a não-violência. Entretanto, este processo não é possível sem liberdade de pensamento e livre reflexão. Qualquer movimento de caráter fascista sabe disso e por este mesmo motivo, por necessitar de um corpo social disciplinado à obediência cega, precisam a todo custo controlar as intuições que contribuem de forma decisiva para a formação do caráter humano, como a educação. Ainda em conformidade com tal colocação, torna-se possível compreender a disputa em tão importante campo da produção de conhecimento de um país, gerando conflitos que vão transpor a própria estrutura das instituições que a compõe. A disputa pelo campo educacional é o embate pelo controle da formação dos sujeitos sociais, como coloca Carlos Rodrigues Brandão ao explicar que:

Pois, do ponto de vista de quem a controla, muitas vezes definir a educação e legislar sobre ela implica justamente ocultar a parcialidade destes interesses, ou seja, a realidade de que eles servem a grupos, a classes sociais determinadas, e não tanto lia todos", "à Nação", "aos brasileiros".

Mas a razão de desavenças é anterior e, mesmo entre educadores, ela tem alguns fundamentos na diferença entre modos de compreender o que o ato de ensinar afinal é, o que o determina e, finalmente, a que e a quem ele serve. (BRANDÃO, 2007, p. 60)

Evidentemente que o controle do processo educacional não quer dizer necessariamente o domínio de todo o processo de formação do sujeito. É sabido que em termos econômicos, há uma tentativa de subjugação completa da educação a fim de sequestrar da sociedade o real objetivo que dela se espera. Como pontua Christian Laval: “Em matéria de

educação, hoje o liberalismo é a doutrina dominante e inspira as linhas gerais das políticas adotadas no Ocidente” (LAVAL, 2021, p. 126). Esta tendência é também corroborada por Libâneo (1990) quando reflete acerca do caráter inevitavelmente mercantil da educação atual:

A educação brasileira, pelo menos nos últimos cinquenta anos, tem sido marcada pelas tendências liberais, nas suas formas ora conservadora, ora renovada. Evidentemente tais tendências se manifestam, concretamente, nas práticas escolares e no ideário pedagógico de muitos professores, ainda que estes não se deem conta dessa influência. (LIBÂNEO, 1990, p. 6)

É notório que há uma esfera econômica por trás do interesse pelo controle da educação, entretanto, este não é nosso objeto de estudo nesta pesquisa. Contudo, é perceptível que há uma importante contribuição incisiva das forças econômicas aos movimentos políticos conservadores no sentido de construção de um novo arcabouço ideológico que atenda aos interesses mútuos do mercado e seus agentes menores.

Consequentemente, ao contrário do que tentam apresentar à sociedade, os movimentos autoritários almejam o controle da educação, não com o objetivo irruptivo, mas sim corroborativo da estrutura de poder vigente. Para tanto, como já defendido anteriormente, é necessário desconstruir qualquer modelo próximo de uma educação crítico-emancipadora, para uma seminformativa. Quanto a este entendimento, nos afirma Jackson Braga:

Só com a educação crítico-emancipatória ou a formação cultural crítica é que podemos enfrentar a semiformação, os saberes descontextualizados e os saberes especializados desconexos dialeticamente da realidade contraditória, sendo o compromisso maior de educadores e educandos a construção de um projeto alternativo de sociedade ao modelo capitalista vigente. (BRAGA, 2016, p. 150)

Fora todos os escolhos que a educação já vem sofrendo com o avanço da visão mercadológica, os ataques advindos de programas organizados e dirigidos pelos movimentos conservadores brasileiros, agem no âmbito de justificar para a sociedade a necessidade de mudanças nas políticas públicas voltadas para este setor. Para alçar tal intento, não bastava ao Programa Escola sem Partido agir por meio de falseamento, divulgar uma imagem distorcida da educação pública brasileira. Os ataques, muito bem arquitetados e direcionados, buscaram mesmo a pura e simples desinformação. Apenas apresentando à sociedade de uma educação que em seus atuais moldes, ameaçariam a “moral e os bons costumes da família tradicional brasileira”, seria possível ganhar a opinião para um processo excludente, autoritário e privatista da educação.

Decerto que o aclave dos movimentos de tendência fascista ganhou notória energia com o contexto político vivido pelo país, intensificando-se a partir de 2013, conforme Solano & Abranches (2019). Para os autores, estava claro que os movimentos conservadores aproveitaram a avalanche de crises advindas de governos anteriores, com o intuito de ganhar a opinião pública em torno de um discurso moralizante. Com o estupor daquele contexto, a narrativa construída com base em eficientes estratégias de propaganda, conseguiram açambarcar o apoio de uma significativa parcela da população para tal programa. Contudo, o programa político conservador foi o vencedor nas eleições de 2018, expondo de maneira espalhafatosa e flagrantemente falsa, imprecisões contra o modelo educacional do Brasil.

Com a vitória do projeto conservador em 2018, o movimento que ganhou as eleições e tendo significativo apoio da população, as forças sociais ficaram inertes ante o avanço das ideologias autoritárias que expunham de forma impositiva os seus propósitos. A ameaça à democracia era patente e dentro de um ambiente onde odes a ditadura, tortura e fechamento de instâncias garantidoras do Estado democrático de direito, atacar as instituições educacionais, parecia o mínimo. A instituições democráticas pareciam ter sido pegues de surpresa, embora o que seria mais passível de surpresa, fosse exatamente a incapacidade de combate, a inercia, para não dizer omissão dos diversos setores democráticos. Diante disso, apesar do arrefecimento de tais forças de caráter fascista e, dado o exemplo vivenciado nos últimos anos, nada impedira que as mesmas forças possam voltar ao poder.

Por que as instituições educacionais não tiveram força suficiente para impedir que o discurso autoritário perpetrasse por dentro das próprias instituições? Não havia sido possível, após quatorze anos de governo situacionista, criar uma classe de estudantes relativamente cômicos e preparados para o enfrentamento de tal ameaça? Será que, voltando ao temerário dilema freudiano e adorniano, o que se vivenciou no Brasil é uma resultante inevitável do próprio germe da barbárie intrínseco a humanidade? A pergunta final é: terá a educação forças para evitar uma nova ameaça a sua liberdade?

6 CONCLUSÃO

A urgência desta pesquisa justifica-se pela patente crescimento dos movimentos autoritários no Brasil e pela necessidade de analisar as causas que possibilitaram o seu discurso adentrar o espaço escolar. É necessário compreender as causas e efeitos desse processo autoritário estudado por Adorno, a fim de identificar os mecanismos que possibilitem às

instituições educacionais afastarem ao máximo a ameaça de dominação da escola pelas pautas conservadoras. Estes ataques foram possíveis graças a fragilidade de nossas instituições democráticas e como concluímos neste presente trabalho, da falta de assertividade por parte dos movimentos em prol de uma educação emancipadora, em dar resposta à tais investidas de tutela e vigilância sobre a educação brasileira. Desta forma, fica bem claro que o ataque ao modelo de educação crítica só seria possível por meio de uma ampla ameaça vinda das forças conservadoras que, mobilizando os seus agentes, procuraram transformar em leis o seu intento, como é o caso do projeto Escola sem Partido.

Esta investigação foi elaborada durante o paroxismo de um governo de caráter conservador e autoritário. Governo este que, embora estivesse longe de ser caracterizado como propriamente fascista em seu modelo clássico, por questões de competência e conhecimento, esforçou-se ao máximo para perseguir opositores e fechar instituições democráticas, como o judiciário. Os estudos acerca da ascensão do autoritarismo no mundo permitem demonstrar que o chavascal ao qual o Brasil afogou-se, está relacionado com um momento político maior vivido no mundo. A premissa primeira de nosso estudo ancorasse na tese adorniana de que o fascismo, ou seus mortícios, ainda perambulam pelo mundo e de longe foram exterminados com a derrota nazifascista na Segunda Guerra Mundial.

De certo que a Escola de Frankfurt nos forneceu aditivos importantes para o entendimento do porquê o fascismo não foi lacrado em seu ataúde. É fato que os movimentos inspirados no fascismo, permaneceram em geral acucados em círculos políticos que não puderam eriçar-se em maior tom, devido à diversos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais produzidos no pós-guerra. De toda maneira, elementos que ficaram ocultos a estes fatores, contribuíram de forma significativa para a eclosão destes movimentos em diversas partes do mundo e no Brasil.

Embora as vicissitudes de um mundo onde a informação circula velozmente pudessem apontar alguns caminhos para o ressurgimento de tais movimentos, a análise psicanalítica demonstrou-se fundamental e indispensável para compreender elementos que encontram-se vívidos no comportamento coletivo de tais grupos. Sendo naturalmente um fenômeno político de ordenação coletiva, não seria possível furtar-se de uma abordagem freudiana e reichiana para entender as complexidades que mobilizam a personalidade autoritária dos indivíduos que se agrupam e se identificam com os movimentos de caráter fascista.

A propósito, o conceito adorniano de personalidade autoritária é de fundamental importância para perceber de forma completa, os princípios psicanalíticos abordados por Sigmund Freud e Wilhelm Reich. Adorno, Freud e Reich, trazem interpretações que analisadas em seu conjunto, nos levam a perceber que a força mobilizadora das massas que compõem os indivíduos dispostos a entrar nas fileiras do fascismo, podem sair de setores mais simples possíveis da sociedade. Na visão marxista clássica, poderia representar um contrassenso diante do fato da exploração e da desgraça econômica e social a que as classes subalternas são submetidas por estes próprios governos. Então, como compreender de forma racional que os próprios prejudicados e submetidos a uma obediência odienta, sejam eles mesmos a base de apoio do fascismo? A psicologia das massas nos fornece este indicativo, como demonstrado neste trabalho.

Deste antagonismo, que não pode ser compreendido por meio das explicações econômicas e puramente racionais, surge a necessidade de adentrar o universo subjetivo destes sujeitos. Não no âmbito psicológico atomizado, mas na psicologia das massas, na psicologia coletiva, tentando compreender o como e o porquê as massas comportam-se de uma determinada maneira, como ovelhas para o abate. Há algo na relação entre o líder e as massas que fazem com que elas sintam possuir um caminho em meio a sociedade espavorida. O líder oferece-lhes um diorama itinerante, algo que encha-lhes os olhos de estética e a mente de esperança. Quanto a isso, mesmo a perspectiva de Le Bon parece bastante atual ao percebermos o quanto as massas hoje em dia, comportam-se de uma maneira que pareça uma espécie de receita de como modular os indivíduos para qualquer propósito.

Sem crença, sem acreditar de forma cega em um propósito, por mais óbvio ou racional que ele se apresente, as pessoas não o farão. As paixões, a crença cega, a falta de questionamento oriunda do fanatismo, a ignorância ou até mesmo o cinismo, como pontuaram Vladimir Safatle e Slavoj Žižek, servem de impulso para as massa fanatizadas. Se há algo que principalmente Le Bon e Freud demonstraram, é que uma ideia não precisa ser racional, pode carecer de lógica ou obviedade, não necessita fazer ou ter sentido. Para que as pessoas sejam mobilizadas contra os professores nos dias de hoje ou como foram contra os judeus na Segunda Guerra, basta crer. Se essa crença for mobilizada e contar com a ressonância coletiva de terceiros, mais o indivíduo atomizado estará convencido de sua própria verdade e disposto a matar um judeu ou denunciar o seu professor por doutrinação.

O movimento de caráter fascista sem paixão, seria nada mais que um chilreio qualquer. Contudo, o ímpeto da mobilização elaborado pelos movimentos inspirados no

nazifascismo clássico, embora não expressem de forma clara muitas de suas ideologias, resguardam algo que lhes é muito caro: o método de tocar o máximo de mentes e corações. Sem a convicção de que se está agindo em prol de um ideal maior, não há movimento de massas.

O relativo êxito do Programa Escola sem Partido em conseguir pautar na sociedade questões relacionadas ao método e forma que os professores ensinam os seus conteúdos, não é nada desprezível. Nada disso teria sido possível sem as condições sociais e políticas atravessadas pelo Brasil nos últimos anos, sem excluir evidentemente, os elementos que envolvem os aspectos relativos à mobilização das massas. Neste ponto, chegamos ao elemento vital e papel imprescindível da propaganda de massas. Parte da sociedade brasileira não lançou suas imprecisões contra os professores de forma gratuita e desordenada. Foi criado de forma extremamente estratégica e precisa, ações propagandísticas voltadas à construção de narrativas contra o inimigo comum, o professor.

Hannah Arendt trabalha no sentido de contribuir na compreensão do processo de propaganda totalitária, o que nos fornece instrumentos que nos possibilitam perceber o como e o quanto disso foi assimilado pelos movimentos conservadores brasileiros. De toda forma, os grupos autoritários no Brasil conseguiram usar a propaganda de forma feérica em seus propósitos, deixando as massas embevecidas de suas próprias crenças alucinadas e fanáticas. O performatismo da propaganda e a estratégia de demonização do inimigo, velhas estratégias tão bem conhecidas pelos nazifascistas, parecem ter surtido um efeito positivo e retumbante aos propósitos conservadores. Milhões foram convencidos que, de fato, os professores eram inimigos da nação e portanto, deveriam ser vigiados e expostos para todo o país.

Sem dúvidas, o élan criado entre o contexto social e econômico estressado do país às vésperas do Golpe Parlamentar de 2013 e as personalidades dispostas a embarcar no discurso conservador e autoritário contou com uma política implacável de propaganda que, precisava atingir apenas aqueles que Adorno chamava de “socialmente predispostos” a tais ideologias. O que talvez nos surpreenda é o fato de terem sido um número expressivo espalhados pela sociedade.

Complementando a premissa adorniana de que o caráter autoritário e fascista da sociedade permanece bastante vivo, é preciso reafirmar que a sociedade em geral e a educação em particular demonstraram-se deficitárias em impedir que este movimento crescesse no Brasil. De certa forma, a educação não foi capaz de impedir que o Movimento Escola sem Partido ganhasse tanto fôlego na sociedade. Instituições e profissionais ficaram acuados, não podendo

nem mesmo, exercer a sua profissão livremente sem correr o risco de perseguições ou denúncias caso falassem de assuntos, pasmem, consagrados pela ciência e a investigação dos séculos.

Infelizmente, a ciência, o método, a investigação, a autoridade do professor, a escola, etc, foram ofuscados pelo senso comum. Foram obliterados pela mera opinião fustigada pelas redes sociais. O professor era um doutrinado que pretendia formar outros doutrinados. Alunos e pais de alunos consideravam-se salvos do “falso conhecimento acadêmico”, por ter acesso as redes sociais e assim, conhecerem as verdades sobre o mundo dando credibilidade a gurus que duvidam da esfericidade da Terra. O porquê a educação fracassou nesse sentido, talvez seja objeto de estudos futuros. Apesar disso, no momento, ela ainda luta e tenta combater a ignorância com a armaria do conhecimento.

Talvez a educação tenha que partir de um novo paradigma. Seus desafios parecem ter se transformado e seus inimigos, além de fortes, parecem estar espalhados e mais próximos dos educadores do que possamos imaginar. A educação não foi capaz de responder atento, as urgências que os ataques autoritários lhes infligiram de forma ordenada e organizada. Desta feita, é pujante a necessidade de uma reordenação do processo educacional que esteja preparado para as futuras investidas que certamente virão e que tentarão, de forma incessante, impor o seu caráter autoritário ao processo educacional. Perceber as falhas já cometidas em todas as frentes que sejam possíveis ser reconhecidas, possibilitarão disponibilizar instrumentos que certamente serão vitais no combate ao crescimento de movimentos que almejam enquadrar a educação a um modo medieval de ensino. Não se pode perder de vista que, estando os movimentos de inspiração fascista estão muito vivos na sociedade, como apontou Adorno, seus asseclas procurarão em todas as frentes, desacreditar a democracia e o seu principal pilar de pensamento crítico, a escola.

Assim, é preciso rever urgentemente os modelos que falharam em impedir que as ideologias de caráter fascista pudessem invadir o espaço escolar. Se estas ideias tiveram força para isto é porquê, de fato, o modelo até então vigente, apresentava brechas que obviamente nunca serão perfeitas, mas podem ser edificadas em defesa da fortificação do ideal emancipador da educação. No entanto, o que deve ou poderá ser feito, será fruto de profunda investigação futura em torno de relação entre tecnologia, propaganda e educação, por exemplo. Resta agora desconstruir e reconstruir novas estratégias para que o processo de educar possa ser, como desejara Adorno, objeto de emancipação da humanidade. Para além disso, que possa representar a edificação daqueles que tendo como únicas armas os livros, almejam a plena e verdadeira libertação dos homens e mulheres do mundo, os professores.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio (et. al.). **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.
- ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ADORNO, Theodor. **La técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas**. Ediciones Akal, S.A, 2008.
- ADORNO, Theodor. **Ensaio Sobre a Psicologia Social e Psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015.
- ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019.
- ADORNO, Theodor. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Unesp, 2020.
- ALGEBAILLE, Eveline.; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Edições LPP/ UERJ, 2017.
- ARRAIS NETO, Enéas; SOBRAL, Erilênia. **Políticas Educacionais e Sociais**. In: _____. Estado e políticas sociais e educacionais no Brasil: esclarecimentos acerca do método e das teorias sociológicas. Fortaleza: Editora UVA, 2000.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.
- BRAGA, O. Jackson. **Educação Integral no Brasil: reflexões acerca da formação para o esclarecimento e a autonomia na perspectiva de Adorno**. 2016. 103 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22080>. Acesso em: 04 jan. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; n. 20)
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Fid%2F70320%2F65.pdf&clen=558000&chunk=true>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- BRASIL. Projeto de Lei n. 867/2015: **inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o “programa escola sem partido”**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

CARONE, Iray. Fascismo on the air: estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista. *In: Revista Lua Nova*, São Paulo, nº 55-56, p. 195-217, 2002.

CECILIO, Camila. **Enem, ideologia e metas agressivas: veja o que foi discutido entre Bolsonaro e ministro da Educação**. *Revista Nova Escola*. Ano 14, Edição 321, 26 de abril de 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17093/enem-ideologia-e-metas-agressivas-veja-o-que-foi-discutido-entre-bolsonaro-e-ministro-da-educacao>. Acesso em: 09 out. 2020.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

DOSSIÊ. **Marxismo21.org/escola-sem-partido, out. de 2016**. Consulta em 26/12/2016.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Rio de Janeiro: L&PM, 2013.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar da cultura**. Rio de Janeiro: L&PM, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Edições LPP/ UERJ, 2017.

FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1965.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

HORKHEIMER, M. **L’Éclipse de la raison**. Paris: Payot, 1974.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: que é esclarecimento?** In: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo editorial. 2021.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 1990. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8jeXMvFHiD-c3FtRFRnd11MN00/edit?resourcekey=0-m5dIw39ByDP8ReBQPekJO>. A. pdf. Acesso em: 04 jan. 2022.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. “Toward Consolidated Democracies”, **Journal of Democracy**, v. 27, n. 2, 1996, pp. 14 - 33.

LUCENA, Carlos; PREVITALE, Fabiane; LUCENA, Lurdes. (org.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando publicações, 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2002.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

MAAR, Wolfgang Leo. **À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa**. In: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. 1. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NAGIB, M. **Conheça o Programa Escola sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINKER, Steven. **O novo iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2000.

PUCCI, Bruno (org.). **Teoria crítica e educação: A questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFISCAR, 1994.

REICH, Wilhelm. **Psicologia das massas do fascismo**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

REICH, Wilhelm. **Escuta Zé Ninguém!** 11. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SENADO FEDERAL, **Projeto de Lei 7180/14**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em: 27 abr. 2019.

TORRES FILHO, Rubens. **Ensaio de filosofia ilustrada**. São Paulo, Iluminuras, 2005.

ZIZEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.